

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ  
UNIOESTE/CAMPUS DE TOLEDO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCHS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – MESTRADO**

**MARILANA APARECIDA MACHADO**

**A ACESC E A HUMANIZAÇÃO DO MERCADO DA MORTE EM CASCAVEL - PR**

**TOLEDO - PR  
2018**

**MARILANA APARECIDA MACHADO**

**A ACESC E A HUMANIZAÇÃO DO MERCADO DA MORTE EM CASCAVEL - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo.

Orientadora: Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva

**TOLEDO  
2018**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

MACHADO, MARILANA APARECIDA

A ACESC e a humanização do mercado da morte em Cascavel - PR / MARILANA APARECIDA MACHADO; orientador(a), ANDRÉIA VICENTE DA SILVA, 2018.  
162 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2018.

1. MERCADO DA MORTE. 2. CONSUMO FÚNEBRE. 3. HUMANIZAÇÃO DA MORTE. I. VICENTE DA SILVA, ANDRÉIA. II. Título.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

MARILANA APARECIDA MACHADO

### **A ACESC E A HUMANIZAÇÃO DO MERCADO DA MORTE EM CASCAVEL - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Toledo, pela seguinte banca examinadora:

---

Profa. Dra. Andréia Vicente da Silva  
Orientadora – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

---

Titular - Profa. Dra. Shirley Alves Torquato  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

---

Titular - Prof. Dr. Nilceu Jacob Deitos  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

---

Suplente – Dra. Aline Yuri Hasegawa  
Universidade Federal do ABC – UFABC

---

Suplente – Prof. Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Toledo, 2018.

## **AGRADEÇO,**

A Deus, por me dar paz e sabedoria em todos os momentos desta trajetória.

À Universidade Estadual do Oeste do Paraná, especialmente ao Magnífico Reitor Paulo Sérgio Wolff, pela oportunidade.

À Professora Dra. Andréia Vicente da Silva, pela compreensão, orientação, dedicação e carinho a mim dispensados durante a realização desse trabalho.

Aos colegas e amigos do mestrado: Adriana, Christiano, Elza, Josefa, Marli, Marta e Marcelo. A vocês, gratidão.

Aos docentes do mestrado, pelo repasse do saber.

Aos docentes da banca de qualificação, Dr. Nilceu Deitos e Dr. Paulo Henrique Barbosa Dias.

Aos docentes que fizeram parte da banca examinadora, Dra. Shirley Alves Torquato e Dr. Nilceu Jacob Deitos.

À Marilucy Gregório, assistente do mestrado, pelo pronto atendimento, sempre.

À Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel, em especial aos agentes funerários que participaram desta pesquisa, pela valiosa contribuição. E aos demais servidores da ACESC.

Aos Srs. Salazar Barreiros e Sérgio Mariotto, pelas relevantes informações que nortearam este estudo.

Aos enlutados que concederam as entrevistas.

Aos funcionários da Tanato, dos Planos de Assistência Funeral, da Floricultura Pai e do cemitério Jardins de Cascavel, pela disponibilidade e colaboração.

As amigas Profa. Dra. Enf. Fabiana Gonçalves de Oliveira Azevedo Matos e Ruti Rosane Pego dos Santos, pelo apoio e incentivo.

Ao meu esposo José Carlos, que faz parte desta conquista, pois esteve sempre ao meu lado, me incentivando e demonstrando confiança na minha capacidade. A ele, meu amor.

Aos meus pais, Waldemar e Maria, bem como aos meus irmãos Denoir, Fábio e Willian, pela torcida.

Ao pequeno Enzo, sobrinho amado que nasceu durante o transcorrer desta caminhada. Meu lindo, com você os meus dias se tornam mais iluminados.

A todos, muito obrigada!

Ela pode ser fatal, mas também tem seus sentimentos. Magoada porque os seres humanos tanto a detestam, a morte resolve mostrar como, no fundo, eles são uns ingratos. A falta de falecimentos logo se revela um problema, e não só para as agências funerárias. Os hospitais ficam lotados de pacientes agonizantes impedidos de "passar desta para melhor".

*As intermitências da morte*

José Saramago

MACHADO, Marilana Aparecida. **A ACESC e a humanização do mercado da morte em Cascavel – PR**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Toledo/PR.

## RESUMO

Esta dissertação discute o mercado da morte na cidade de Cascavel, no Paraná. A pesquisa foi realizada na ACESC - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel - autarquia municipal criada em 1989, cuja principal finalidade é administrar o sistema funerário do município. Busca-se verificar, ao longo do trabalho, se a filosofia de humanização da morte, proposta como inovadora diante do modelo de mercado funerário existente à época da fundação, continua sendo aplicada no atendimento prestado aos familiares enlutados e ao morto. Desenvolvida em forma de etnografia, a pesquisa foi realizada na referida instituição, através do acompanhamento de todo o processo post mortem, que se inicia no atendimento aos enlutados e tem seu término no sepultamento. O objetivo principal foi analisar o mercado da morte com ênfase no consumo dos artigos e serviços utilizados nos funerais. A partir da realização de trabalho de campo, de entrevistas e de revisões bibliográfica e documental, foi possível compreender que a gestão do mercado da morte realizada pela ACESC continua baseando-se nos seus princípios fundadores, mesmo que recentemente seja possível verificar que há uma abertura para a participação de empresas privadas na oferta de itens utilizados nos ritos de morte praticados atualmente.

**Palavras-chave:** mercado da morte, consumo fúnebre, humanização da morte.

MACHADO, Marilana Aparecida. **The ACESC and the humanization of the death market in Cascavel – PR.** 2018. Dissertation (Masters in Social Science). State University of Western Parana – Unioeste, Toledo/PR.

### **ABSTRACT**

This dissertation discusses about the death market in Cascavel city, Paraná. The research was carried out at ACESC - Administration of Cemeteries and Funeral Services of Cascavel - a municipal autarchy, founded in 1989, whose main purpose is managing the funeral system of the municipality. It aims at verifying, throughout this study, if the philosophy of death humanization, which is proposed as an innovative decision-making according to the funeral market model that already existed at the foundation period, keeps on being applied in the service rendered to the bereaved relatives and the deceased one. The research was carried out in this institution and developed based on ethnography. It was observed the completely postmortem process, which begins on the mourners' care and ends at the burial. Its main goal was to analyze the death market with emphasis on the consumption of articles and services used at funerals. Thus, interviews, bibliographical and documentary reviews were carried out based on fieldwork. Therefore, it was possible to understand that the death market managed by ACESC is based on its founding principles, even though it has recently been possible to observe that private companies have an opportunity to take part in the supply of items used in the rites of death currently practiced.

**Keywords:** death market, funeral consumption, humanization of death.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Rua principal do cemitério Central	28
Figura 2: Capela Central C, arrumada para velório	39
Figura 3: Vista externa da Capela Central A	40
Figura 4: Vista interna da Capela Central B	41
Figura 5: Vista externa da Capela Central Master	41
Figura 6: Sala de velório Capela Central Master	42
Figura 7: Subterrâneo familiar com seis pessoas sepultadas em gavetas	44
Figura 8: Túmulo sem revestimento	45
Figura 9: Túmulo revestido em granito	45
Figura 10: Túmulos de adultos em construção na área que era utilizada para sepultar crianças	47
Figura 11: Túmulos prontos, na área que era utilizada para enterro de crianças	48
Figura 12: Túmulo de criança	48
Figura 13: Túmulo de casal	49
Figura 14: Túmulo familiar	49
Figura 15: Gavetário cemitério Central	50
Figura 16: Tabela de artigos e serviços comercializados pela ACESC	51
Figura 17: Contrato de prestação de serviços da ACESC	60
Figura 18: Pasta com documentos do funeral	62
Figura 19: Mostruário dos modelos de urnas	71
Figura 20: Urna mais vendida na ACESC	74
Figura 21: Urna modelo mensagem bíblia dourada	76
Figura 22: Urna semiluxo com imagem sacra	76
Figura 23: Vista da Rua do Rosário	85
Figura 24: Vista da entrada do plantão da ACESC	85
Figura 25: Recepção e sala de espera do plantão da ACESC	86
Figura 26: Sala para atendimento dos familiares	89
Figura 27: Véu cobrindo o corpo do morto na urna	95

Figura 28: Folder Sistema Prever	102
Figura 29: Verso folder Sistema Prever	102
Figura 30: Folder Plano Familiar em Vida	103
Figura 31: Folder Plano Umuprev	103
Figura 32: Contrato de prestação de serviços da ACESC com um plano	107
Figura 33: Cemitério Jardins de Cascavel	125
Figura 34: Cruzeiro do cemitério Jardins de Cascavel	126
Figura 35: Jazigo subterrâneo com três gavetas com área lateral para exumação	127
Figura 36: Jazigo com três gavetas, sem área para exumação	128
Figura 37: Sala Azul para velório	130
Figura 38: Sala de meditação	130
Figura 39: Brinquedoteca	131
Figura 40: Banner cemitério Jardins de Cascavel	132
Figura 41: Coroa de flores naturais	137

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	9
<b>1 ARTIGOS E SERVIÇOS FÚNEBRES EM TEMPOS DE ACESC</b>	18
1.1 A CRIAÇÃO DA ACESC	20
1.2 DAS ATRIBUIÇÕES DA ACESC: ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E OS SERVIÇOS FÚNEBRES REALIZADOS	27
1.3 OS ARTIGOS FÚNEBRES COMERCIALIZADOS PELA ACESC	32
1.3.1. As urnas funerárias adulto e infantil	32
1.3.2 Artigos e vestuários especiais	34

1.3.3 Tarifas, serviços e terrenos	41
<b>2 DA MORTE AO SEPULTAMENTO: A ECONOMIA DA MORTE E SUAS SIGNIFICAÇÕES</b>	52
2.1 OFERTA, CUSTOS E TENDÊNCIAS DO CONSUMO FUNERÁRIO EM CASCAVEL	56
2.2 A ROTINA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO DA ACESC	81
2.3 PRINCÍPIOS DE HUMANIZAÇÃO DA MORTE EM AÇÃO	85
<b>3 A INTERMEDIÇÃO DA ACESC NA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FÚNEBRES INOVADORES.</b>	95
3.1 OS PLANOS DE ASSISTÊNCIA FUNERAL	98
3.2 A TANATOPRAXIA	109
3.3 O CEMITÉRIO PRIVADO	120
3.4 AS FLORICULTURAS	129
<b>4 CONCLUSÃO</b>	136
<b>REFERÊNCIAS</b>	140
<b>ANEXOS</b>	145

## INTRODUÇÃO

As atitudes diante da morte vêm sofrendo transformações ao longo dos tempos. Observando atentamente cada uma das etapas dos ritos<sup>1</sup> de morte - velório, cortejo e sepultamento - foi possível perceber que as representações<sup>2</sup> e as práticas fúnebres que fazem parte da nossa cultura estão sendo constantemente ressignificadas.

Em Cascavel, um ato do poder executivo municipal representou um marco importante na transformação do modelo de mercado funerário que vinha sendo praticado por funerárias privadas. A Lei nº 2.033/89 estabeleceu que, a partir do dia 04 de abril de 1989, a administração dos cemitérios e a comercialização de artigos e serviços fúnebres passariam a ser de responsabilidade do município, criando-se, dessa forma, a ACESC – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel, sob a forma de autarquia.

Na ocasião, a lei que autorizava a concessão de funcionamento das funerárias privadas foi revogada e a ACESC passou a atuar com o propósito de dar conta de todo o processo mortuário – do óbito ao sepultamento - cobrando valores “adequados e justos”<sup>3</sup> pelos artigos e serviços. Essa nova cultura funerária que despontava, fundamentou-se no princípio de *humanização da morte*.

Entre as diversas atribuições da instituição estão: a regulamentação da execução dos serviços e dos artigos; a definição de classes, padrões, tipos de caixões e paramentos; o transporte e demais serviços auxiliares ou

---

<sup>1</sup> Martine Segalen no livro *Ritos e rituais contemporâneos* (2002, p. 31) definiu *rito* e *ritual* como [...] um conjunto de atos formalizados, expressivos, portadores de uma dimensão simbólica. O rito é caracterizado por uma configuração espaço-temporal específica, pelo recurso a uma série de objetos, por sistemas de linguagem e comportamentos específicos e por signos emblemáticos cujo sentido codificado constitui um dos bens comuns do grupo. Segundo a autora é através da dimensão simbólica que o rito adquire uma linguagem eficaz na medida em que age sobre a realidade social, “decorrendo daí que o rito não se pode fazer de qualquer maneira, precisando apoiar-se em símbolos reconhecidos pela coletividade” (SEGALEN, 2002, p. 32).

<sup>2</sup> É de Durkheim o primeiro importante estudo sobre representações individuais e representações coletivas como fenômeno social (1970 [1898]). Um dos fundadores da Sociologia, ele propõe que sobre os indivíduos paira uma força coercitiva determinante, de modo que a sociedade não pode ser vista pelas suas partes (indivíduos) ou mesmo pela soma dessas partes, mas sim pela síntese desta coletividade e suas características específicas. Da mesma forma, para Durkheim, as representações - ainda que se originem das relações entre indivíduos ou mesmo entre esses e grupos - são necessariamente exteriores ao individual e possuem a capacidade de conservar e integrar a sociedade, se constituindo em representações coletivas. Além disso, as representações são comparáveis e configuram um fenômeno com características próprias. Elas podem, inclusive, ser conservadas, e para ele de fato o são, podendo ser reacessadas e recombinadas por meio de associações, dando assim origem a novas e outras representações (AZEVEDO, 2015, p. 127).

<sup>3</sup> Diante estas ideias serão problematizadas.

complementares. Mas não só isso. Ao longo deste trabalho, demonstrarei que existe uma intrínseca relação entre a gestão praticada pela instituição e as novas sensibilidades dos indivíduos diante da morte. Apontarei ainda que a vivência da morte, na atualidade, compreende a necessidade de concepção de novos espaços e o consumo de artigos e serviços outrora inexistentes. Diante da percepção de uma nova demanda e na busca por uma “morte humanizada”, a ACESC foi transformando sua atuação ao longo dos anos, assumindo o papel de mediadora entre os enlutados e empresas privadas que comercializam artigos e serviços diferenciados, considerados cada vez mais essenciais, como os planos de assistência funeral, a tanatopraxia, a concessão para cemitérios particulares e floriculturas que vendem principalmente produtos póstumos.

Diante do panorama traçado, esta dissertação tem como proposta analisar o mercado da morte na cidade de Cascavel, no Paraná, com ênfase no consumo dos artigos e serviços utilizados nos funerais. Através de um estudo realizado na ACESC, procurei observar, em relação ao consumo e às práticas funerárias, aquilo que pode ser considerado como prática permanente, em oposição às questões que sofrem mutações. Busquei identificar, também, quais são os significados atribuídos ao consumo dos produtos ofertados pela autarquia, bem como aos produtos inovadores disponibilizados por empresas privadas. Procurei compreender ainda qual é a atribuição desempenhada pela autarquia na comercialização de artigos e serviços que ela não oferta e, por fim, busquei identificar se a proposta de humanização da morte, que fundamentou a criação da ACESC, se faz presente na contemporaneidade.

No exercício de observação, percebi que, uma vez que a morte ocorreu, o consumo de alguns artigos e serviços funerários mostra-se imprescindível, enquanto que outros podem ser negociados. Observei ainda que alguns desses itens possuem uma função ritual e cultural muito significativa, que está relacionada tanto àquele que morreu quanto ao consolo aos enlutados, e tem por objetivo prover uma “boa morte” e um “funeral digno”.

Essas ideias foram problematizadas a partir da revisão bibliográfica, através da qual foi possível observar que o processo de “humanização da morte” incorporado pela ACESC, apresenta características semelhantes à perspectiva da *morte invertida*, tema classicamente estudado pelo historiador francês Phillipe Ariès. Como procurei ponderar ao longo do texto, essas percepções permitem a

visualização de uma nova sensibilidade diante da morte, que cada vez mais está associada à “uma morte aceitável (que) será uma morte que possa ser admitida ou tolerada pelos sobreviventes” (ARIÈS, 2010, p. 63).

No entanto, não acredito que as *sensibilidades da morte*, tão em vigor na atualidade, possuam a perspectiva de que a mesma esteja sendo banida, como parece sustentar o mesmo autor no trecho “(a) recusa de um afastamento radical da morte, e repugnância por uma destruição física sem ritos nem solenidade” (ARIÈS, 2010, p. 186). Isto porque, ao longo do trabalho de campo, foram encontradas diversas evidências de que aquilo que os familiares estão buscando, são alternativas para lidar com a morte, que passam por questionamentos e transformações do modelo anteriormente praticado, mesmo que as solenidades e os ritos ainda sejam os mesmos. Assim, ao lidar com a inevitabilidade da finitude do corpo e ao realizar os ritos funerários, alguns interlocutores da presente pesquisa demonstraram incorrer na busca por uma série de práticas que inviabilizam alguns aspectos relacionados à morte e ao morrer, enquanto que outros estavam em pleno processo de desenvolvimento e adesão. Outra questão importante a ser demonstrada no decorrer deste trabalho, tem relação com a percepção de algumas singularidades no processo que se segue à morte, como por exemplo: o corpo morto não pode apresentar sinais explícitos de degradação. Ele deve estar limpo, bonito, agradável e inodoro. Os novos cemitérios são parques. O caixão tem que ser bonito. A capela mortuária deve estar enfeitada com flores, linda e bela. Existe toda uma etiqueta da morte, evidenciada pelos cuidados com a preservação da intimidade, com a discrição e contenção das emoções.

Diante destas constatações, busquei explicitar que é justamente essa nova sensibilidade com relação à morte que vai guiar a política institucional da autarquia e proceder a regulação do mercado funerário na cidade. Objetivando manter os princípios pelos quais foi pensada, ou seja, a humanização da morte, a ACESC não só controla os preços e centraliza o mercado, como também realiza seus atendimentos focando em práticas que evidenciam sua adesão às formas mais contemporâneas de lidar com a finitude.

O trabalho de análise do mercado da morte foi realizado a partir do diálogo com alguns autores da antropologia do consumo, que abordam os aspectos simbólicos que os bens carregam consigo e da relação entre a cultura e o consumo na sociedade contemporânea. Os principais autores são Mary Douglas e Baron

Isherwood (2004), Livia Barbosa e Collin Campbell (2006), Grant McCracken (2003), Don Slater (2002) e Hylaine Yaccoub (2016)<sup>4</sup>.

O direcionamento ao tema *mercado da morte* emergiu durante a minha pesquisa sobre o referencial teórico. Após inúmeras buscas efetuadas, constatei que existe uma vasta literatura que trata do consumo fúnebre. Importante ressaltar, contudo, que a pesquisa foi embasada no modelo de mercado funerário existente em Cascavel. Esse modelo de prática funerária sob a forma de autarquia municipal não é comum, tendo sido este o fator relevante e decisivo para a escolha da observação e estudo dessa forma de consumo.

Como a escolha de uma metodologia depende do objeto da pesquisa, da ótica e do local delimitado para buscar as respostas às nossas indagações, o estudo trata-se de uma pesquisa antropológica de caráter etnográfico.

Segundo Geertz (2008, p. 4) “[...] é justamente ao compreender o que é a etnografia, ou mais exatamente, o que é a prática da etnografia, é que se pode começar a entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento”. Para o autor, a etnografia não é só uma questão de métodos “[...] é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante” (GEERTZ, 2008, p. 5).

Antes da inserção no campo, solicitei autorização formal ao superintendente da ACESC, com a apresentação da proposta de estudo, que passou pelo crivo da análise e aprovação, com o consequente consentimento<sup>5</sup> para o desenvolvimento da pesquisa. Na ocasião, o superintendente informou aos servidores dos setores administrativos, aos agentes funerários e zeladores sobre o trabalho que seria realizado, solicitando a colaboração de todos em relação ao fornecimento das informações relevantes e necessárias para a realização da investigação.

O trabalho de campo para a pesquisa foi realizado principalmente na autarquia, por considerar-se a ACESC como um espaço sociocultural onde se concentra todo o sistema mercadológico fúnebre, uma vez que, após a morte, é para lá que os familiares se deslocam para dar encaminhamento aos rituais fúnebres. Nos momentos de realização da observação fora do espaço interno da autarquia,

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://hilaineyaccoub.com.br/>

<sup>5</sup> O modelo de autorização encontra-se no anexo 1.

procurei seguir as instruções previstas pela mesma, na busca pela reconstituição dos procedimentos para sua criação e para o cumprimento de suas funções.

Como a interação entre o pesquisador e os informantes é uma das premissas da pesquisa antropológica, a primeira conduta ao ingressar no campo propriamente dito, foi a busca de uma aproximação com os agentes funerários, para que estes pudessem aceitar a presença de um ser estranho àquele ambiente durante os plantões, de forma que a observação das práticas sociais que acontecem no cotidiano pudesse transcorrer.

Tal interação na realização de uma etnografia, envolve, em regra aquilo que os antropólogos chamam de “observação participante”, o que significa dizer que o pesquisador assume um papel perfeitamente digerível pela sociedade observada, a ponto de viabilizar uma aceitação senão ótima pelos membros daquela sociedade, pelo menos afável, de modo que não impeça a necessária interação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 24).

Para compreensão da dinâmica que envolve o recolhimento do corpo do local do óbito até a ACESC, seu tratamento na autarquia, seguido do transporte para o enterro e, ainda, o atendimento dos enlutados, considerei oportuno e pertinente o acompanhamento desses trajetos. Para tanto, acompanhei o trabalho dos agentes funerários em diversas ocorrências, momentos estes que foram importantes para o registro de impressões e entabulações de diálogos, tanto com funcionários quanto com parentes dos mortos. Esses momentos estão registrados em caderno de campo e em gravações de áudio (efetuados com telefone móvel). O trabalho de campo foi intensivo.

A observação [...] permite captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenômenos são observados diretamente na própria realidade” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 75).

Destaque-se que o trabalho de observação esteve sempre norteado pela escuta e olhar atentos ao contexto e a tudo que acontecia no ambiente, objetivando uma compreensão mais apurada no que concerne à dinâmica geral de acolhimento e atendimento aos enlutados.

Talvez a primeira experiência do pesquisador de campo - ou no campo - esteja na domesticação teórica de seu olhar. Isso porque, a partir do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto, sobre o qual dirigimos o nosso olhar, já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo. Seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006, p. 19).

Para demonstrar um desses momentos, será discorrido, na sequência, sobre as etapas operacionais executadas, tomando-se como exemplo uma morte ocorrida em hospital – uma vez que no trabalho de campo foi oportunizado o acompanhamento da equipe neste atendimento. Saliento que, além dos corpos em óbitos ocorridos nas instituições de saúde, a ACESC também recolhe os corpos cujas mortes ocorreram nas residências e aqueles que obrigatoriamente são necropsiados no Instituto Médico Legal (IML). No caso das mortes ocorridas nas residências, a comunicação à ACESC é realizada pelos próprios familiares ou pelo Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (SAMU) - quando este é acionado para prestar atendimento. Quanto aos corpos necropsiados, é o técnico do IML quem informa a autarquia.

Uma das situações relatadas ocorreu durante a realização do trabalho de campo, em um sábado à tarde, quando o setor de internamento de um hospital comunicou à ACESC a ocorrência de uma morte. Todo o procedimento foi devidamente observado e documentado no diário de campo. A sequência dos fatos, após a comunicação do óbito, deu-se da seguinte maneira: o agente chefe preencheu o formulário “Liberação de Óbitos” e o entregou a dois agentes funerários, que por sua vez, realizaram o traslado do corpo para a ACESC. No local de remoção de corpos, mais especificamente no necrotério (situado aos fundos da instituição), encontrava-se o falecido, estirado sobre uma maca, desnudo, coberto por um lençol. Uma tira de esparadrapo fixada em sua testa trazia a identificação do morto.

Com o auxílio de um técnico em enfermagem que se encontrava no local a fim de liberar o cadáver, os agentes transferiram o morto para a urna de remoção<sup>6</sup>. Quando retornamos à ACESC, o corpo foi retirado do carro funerário e deixado na sala de preparação até a chegada dos familiares que fariam o reconhecimento do

---

<sup>6</sup>Cocho, como é chamado esse tipo de urna pelos agentes funerários.

morto e os encaminhamentos necessários para a realização do velório e sepultamento.

Como vem sendo explicado, o trabalho de campo na ACESC foi realizado na tentativa de se compreender todas as etapas do atendimento aos enlutados. Cada uma das etapas dos procedimentos e locais investigados propiciou a verificação da existência de uma série de dados desconhecidos, permitindo a ponderação a respeito de problemas específicos. Até mesmo a sala de recepção do plantão onde os familiares aguardavam o atendimento serviu de campo fértil para o olhar do observador atento. Percebi, por exemplo, que nos dias em que ocorrem mais de um óbito, os familiares costumam aguardar juntos pelo atendimento.

Nesta espera (enquanto estavam sentados no sofá da recepção) era comum os enlutados se dirigirem à mim com perguntas, tais como “Você está aguardando a vez para ser atendida?” ou “Você perdeu alguém da família também?”. Algumas vezes contavam a história da morte do parente. Note-se que muitos destes momentos foram naturalmente desconcertantes para mim. Mesmo com o hábito de frequentar a ACESC, ou seja, mesmo tendo comparecido a vários velórios, eu estava diante de uma situação diferente. Em alguns velórios estive presente apenas por solidariedade à família de amigos e conhecidos. Nestes casos, o morto era para mim somente mais uma pessoa que havia falecido. Entretanto, nessas primeiras observações, constatei que estava diante de famílias que haviam perdido seus entes queridos em razão de diferentes causas, circunstâncias e contextos sociais que eu não havia ponderado antes do “estar lá”. Acredito que o conhecimento de campo “[...] depende, entre outras coisas [...] do contexto sócio histórico mais amplo, situações que se configuram no dia a dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados” (PEIRANO, 1995 p. 22).

Como o atendimento aos familiares é realizado individualmente pelos agentes funerários (chefes) em sala específica que possui a estrutura de um escritório, passei a acompanhar essa dinâmica interna da ACESC, no que concerne à comercialização dos aparatos fúnebres.

A partir desse momento, observei um total de quinze vendas relacionadas à organização do funeral, e formalizei vinte e cinco entrevistas durante o trabalho de campo, as quais foram gravadas e transcritas na íntegra. Os entrevistados foram familiares enlutados, agentes funerários, executiva de vendas de jazigos e dos planos de assistência funeral, atendentes dos planos, tanatopraxistas e as

vendedoras das floriculturas. Além destes, foram entrevistados o prefeito de Cascavel e um diretor que participaram da criação da ACESC. Com exceção dos nomes da autarquia, da empresa de tanatopraxia, dos cemitérios, capelas, planos de assistência, instituições de saúde, prefeito e diretor, que são pessoas públicas, os demais nomes citados nesta dissertação são fictícios, a fim de preservar o anonimato dos informantes.

Considereei indispensável a utilização de fontes de diversos tipos e naturezas para enriquecer o trabalho de pesquisa. Estes materiais permitiram a coleta de mais informações sobre o objeto do estudo. Fizeram parte desse conjunto: formulários da ACESC (principalmente os contratos de prestação de serviços), folders dos planos, banners, tabela de preços, anotações do diário de campo, visitas aos cemitérios e casas dos familiares enlutados, fotografias, leis, decretos e artigos de jornais.

A dissertação foi estruturada em três capítulos para atender aos objetivos traçados. Assim, no primeiro capítulo a partir de um breve histórico, procurei recontar o processo de criação da ACESC, baseando-me principalmente nos depoimentos do ex-prefeito e do ex-diretor. Salientei sobre as atribuições da autarquia e explorei as principais mudanças e/ou permanências com relação ao consumo funerário dos artigos e serviços que são comercializados pela ACESC, fazendo uma interlocução, principalmente com a literatura brasileira da história da morte a partir do século XIX, chamando a atenção para a ideia de humanização da morte proposta pelos fundadores.

No capítulo dois, a partir da análise dos contratos de prestação de serviço da ACESC, identifiquei quais são os artigos e serviços mais consumidos nos funerais cascavelenses, levando-se em consideração os fatores e os significados atribuídos pelos enlutados e agentes funerários com relação a estes produtos, num diálogo com a antropologia do consumo. Na sequência, de forma breve, fiz uma descrição sucinta do campo, assim como da ACESC e do circuito por onde transitam os familiares durante o encaminhamento do funeral. O capítulo foi finalizado com a descrição de como ocorre a dinâmica de atendimento no interior da autarquia - que acontece mediante a relação de compra e venda entre os enlutados e os agentes chefes. Em todas estas etapas, procurei evidenciar os princípios de humanização da morte preconizados pela autarquia.

Por fim, no capítulo três, dei ênfase ao consumo dos artigos e serviços fúnebres que são intermediados pela ACESC e que são comercializados por

empresas privadas, para, com isso, identificar os significados e os motivos que levam os familiares a adquirir estes produtos e qual é o papel exercido pela autarquia diante dessas relações comerciais realizadas nas suas dependências. Neste capítulo, procurei considerar que o consumo desses produtos está relacionado às práticas culturais constituídas historicamente e também por influências contemporâneas.

Assim ficou dividida esta dissertação, que tem como pretensão contribuir com as discussões em torno do mercado da morte e o consumo funerário na contemporaneidade.

Considerando que os costumes e as práticas fúnebres estão diretamente relacionados à história da morte, nada é mais cultural do que a maneira como cada sociedade realiza o funeral de seus mortos, da mesma forma que o consumo também é cultural, procedente da crença e cultura dos indivíduos. Assim, os bens de consumo carregam e comunicam significados culturais, sendo que esses significados estão constantemente em trânsito, uma vez que fazem parte do mundo social e se constroem no mesmo (McCRACKEN, 2003).

## 1. ARTIGOS E SERVIÇOS FÚNEBRES EM TEMPOS DE ACESC

Ao longo dos séculos, mesmo que de maneira lenta, mudanças expressivas aconteceram na forma da sociedade se relacionar com a morte e com o morrer. Os estudos já realizados contribuem para compreendermos essas transformações, que não acontecem de forma isolada. Elas têm ritmos variados e obedecem a padrões e lógicas socioculturais próprias (ARIÈS, 2010).

Compreendendo que essa tendência à mudança ocorre de maneira inconstante e disforme, a indústria fúnebre investe nas inovações dos artigos e serviços, com a finalidade de atender às demandas de consumo dos familiares enlutados (MORAIS, 2009). Tais práticas podem ser observadas através da comercialização de produtos que visam prover estas demandas. Entre os itens ofertados pelo mercado fúnebre, encontram-se aqueles que são tradicionais e também os inovadores.

Em Cascavel, no ano de 1989, ocorreu um evento inovador no que diz respeito ao que vinha anteriormente acontecendo no mercado funerário da região e até mesmo do país. A fundação da ACESC, através da Lei nº 2.033/89, representou um rompimento no padrão de exploração comercial da morte no município, assim como a substituição deste modelo pela criação e desenvolvimento do que vem sendo chamada uma prática de consumo humanizado da morte.

A prática de humanização da morte em Cascavel constituiu a emergência de uma nova filosofia e de um novo modelo de gestão no atendimento funerário. Estas ações foram concebidas em resposta a um modelo de mercado que era considerado excessivamente lucrativo. Se no atendimento realizado pelas funerárias privadas o foco da venda recaía sobre o lucro, no atendimento humanizado da morte a diferença começou pelos preços praticados. Entretanto, a questão dos custos foi apenas um dos componentes desta mudança, porque a ACESC buscou prestar um atendimento com ênfase nos cuidados com o morto e à atenção dispensada aos enlutados nesse momento de pesar, propiciando aos mesmos aquilo que os interlocutores desta pesquisa reconhecem como um “funeral digno”.

Essa nova construção de morte humanizada reflete e implica reconfigurações surgidas em contraposição ao modelo anterior da “morte desumana” e “objetificada”, e busca resgatar uma totalidade perdida. Assim, o modelo recente de atendimento funerário praticado pela ACESC pode ser compreendido, aos menos em parte, como

um resgate de valores que teriam sido abolidos ou ocultados. A morte, anteriormente silenciada e objetificada, passa a ser vista e percebida. Então esse modelo contemporâneo de morte propõe um atendimento que alcance esse aspecto, chegando à imersão em uma totalidade (MENEZES, 2003, p. 141).

A leitura da lei que criou a autarquia fez despertar em mim o interesse em conversar com o prefeito responsável por instituí-la. Através dos agentes funerários da ACESC, foi possível conseguir o número telefônico do ex-prefeito. A partir disso, efetuei contato prévio com o mesmo, e apresentei o teor da pesquisa, bem como os objetivos da entrevista. Através da conferência com o ex-prefeito, obtive o nome e contato de alguns dos primeiros superintendentes e diretores da autarquia, os quais exerceram o cargo durante o mandato desse prefeito e que haviam participado do ato de criação da ACESC.

Além da entrevista com o prefeito fundador Salazar Barreiros<sup>7</sup>, que foi realizada em seu escritório, consegui entrevistar também o primeiro diretor Sérgio Mariotto<sup>8</sup>, em sua residência. Infelizmente não obtive êxito nas tentativas de contato com os superintendentes.

Algumas questões semiestruturadas foram elaboradas sobre o assunto para nortear a investigação, tais como: O que motivou a criação da ACESC? Quais as funções da autarquia? Quem a criou? Como a criou? Como era o sistema funerário antes? Quantas funerárias privadas existiam? Quais problemas ocorriam? Quais foram as resistências enfrentadas mediante a criação da autarquia? Quantos cemitérios existiam?

O propósito com as entrevistas foi compreender em detalhes as razões da extinção das empresas funerárias privadas e a consequente criação de uma entidade pública para administrar os cemitérios, prestar serviços e comercializar artigos fúnebres na sociedade cascavelense. Além das entrevistas com o ex-prefeito, ex-diretor e familiares enlutados, também utilizei, para a construção deste capítulo, variadas pesquisas em leis e decretos municipais, matérias de jornais, dados do campo, fotografias ilustrativas e referências teóricas.

---

<sup>7</sup> Foi eleito Prefeito do Município de Cascavel – Paraná em duas gestões: o primeiro mandato foi de 1989 a 1992, e o segundo, de 1997 a 2000.

<sup>8</sup> Foi diretor e também superintendente da ACESC. A primeira vez assumiu o cargo de diretor (no ano de 1989) no qual se manteve até 1992. A segunda vez assumiu o cargo de superintendente, de 1997 a 2000. As duas vezes na gestão do então Prefeito Salazar Barreiros.

Assim, na primeira parte do capítulo, apresento a ACESC através de um breve histórico relacionado à sua criação, utilizando como base as fontes documentais e a narrativa dos entrevistados.

Na segunda parte, trazendo como referência as atribuições da autarquia, explorei as principais mudanças propostas a partir da sua criação, na tentativa de demonstrar as mudanças e/ou permanências relacionadas ao consumo dos artigos e serviços fúnebres que atualmente constituem o mercado funerário na cidade de Cascavel, no Paraná, que são comercializados diretamente pela ACESC.

### 1.1 A CRIAÇÃO DA ACESC

A ACESC é uma autarquia que há vinte e oito anos presta assistência funeral no município de Cascavel. Até o final da década de oitenta, o mercado funerário local era regido pela Lei 1.788/85. Essa lei tratava do sistema funerário em Cascavel, o qual era prestado por pessoas jurídicas de direito privado, com fundamentos no Decreto 2.079/87, que regulamentava o funcionamento das empresas funerárias na cidade. Os serviços e a comercialização de artigos fúnebres eram realizados por regime de permissão<sup>9</sup>, concedidos por um ano, e poderiam ser renovados por igual período, com o objetivo de atender as necessidades do município.

A fim de se rememorar o período anterior à criação da instituição, os entrevistados informaram que a perda de um ente querido em Cascavel antes da criação da ACESC se tornava ainda mais penosa, pois as empresas funerárias se aproveitavam do momento de fragilidade dos enlutados<sup>10</sup> para praticar abusos em relação aos valores do funeral. Ainda de acordo com os relatos dos entrevistados, os valores cobrados eram exorbitantes, mas o mais agravante eram os indícios de existência de uma máfia que atuava no mercado da morte para conseguir clientes.

Além da cobrança de preços elevados, os relatos permitiram observar que havia, à época, contendas entre os agentes funerários, que disputavam os mortos

---

<sup>9</sup> Lei Federal 8.987/95, Art. 2º, Inciso IV – define permissão de serviço público como: a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

<sup>10</sup> Considerando que na maior parte das sociedades ocidentais a morte de um familiar é um momento de dor, luto, tristeza e comoção.

nos hospitais de Cascavel, no Instituto Médico Legal (IML) e até mesmo nas rodovias circunvizinhas.

A reclamação era demais por causa de funerária [...] muita briga de funerária e preço muito elevado. A coisa era tão feia que eles tinham motocicleta nas BR, daqui a Ibema, daqui a Céu Azul, daqui a Toledo rodando para pegar acidente (SÉRGIO MARIOTTO, 30/06/16).

De acordo com o ex-prefeito Salazar Barreiros, também era frequente que os agentes funerários travassem verdadeiros duelos pelos mortos. Havia inclusive contratação de funcionários dos hospitais para que comunicassem uma morte, assim que ela ocorresse. Se o atendimento ao familiar fosse concretizado, a funerária pagava uma comissão ao informante.

Neste cenário, algumas empresas funerárias faziam plantões na porta dos hospitais, no Instituto Médico Legal (IML) e em outros estabelecimentos de saúde, com o propósito de abordar e convencer os familiares das pessoas falecidas a contratar o seu serviço fúnebre.

A gente tinha notícias do sofrimento das famílias de Cascavel quando havia falecimento de alguém. Por exemplo: nos hospitais era uma guerra, as funerárias brigavam pelos cadáveres como se tivesse mexendo ali com um “pedaço de pau”, coisa sem importância nenhuma. Era muito dinheiro em jogo. As funerárias ganhavam muito, davam propina para poder pegar o morto e levar. Outro ia atrás do seguro DPVAT<sup>11</sup>, pegava da família o seguro DPVAT, e eu na Prefeitura tomei ciência dessas coisas (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

Os entrevistados enfatizaram que os valores praticados pelas empresas funerárias na exploração de artigos e serviços fúnebres constituíam-se em um mercado que produzia consequências sociais, como a exploração dos familiares enlutados. Segundo o ex-diretor Sérgio Mariotto (2016), os valores praticados por tais empresas chegavam a custar três vezes mais do que os preços reais.

Essa preocupação com a exploração dos enlutados contribuiu para que a administração da cidade buscasse uma forma de resolver o problema da comercialização da morte em Cascavel. Decidiu-se regular os artigos e serviços

---

<sup>11</sup> Seguro de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, é o "Seguro Obrigatório" que é pago anualmente junto com o IPVA (imposto sobre a propriedade de veículos automotores) que é um imposto brasileiro que incide sobre a propriedade de veículo.

desse mercado. De acordo com o relato do ex-prefeito da cidade, uma das razões para a criação de um novo modelo foi a tentativa de se acabar com o constrangimento que as disputas entre os agentes funerários causavam aos familiares, haja vista que tais disputas se davam na intenção de coagir os parentes a contratar o serviço. “*A morte devia ser tratada de forma mais humana*”, sustentou o ex-prefeito durante a entrevista.

Nesse sentido, a proposta de humanização da morte sugerida pelo prefeito Salazar Barreiros estava vinculada em pensar a morte como um momento sagrado e humano, contrapondo-se à prática de exploração comercial, à livre concorrência de disputa indiscriminada pelos mortos. A morte devia ser compreendida como um processo que envolve sentimentos pela dor do falecimento. Na própria fala dele “a família na hora do desespero, quando perde um ente querido, fica fragilizada”. Contrapor o mercado ao tratamento humanizado da morte foi fundamental para a criação da ACESC.

Diante dessa circunstância, para os gestores públicos da época, o agenciamento que as empresas funerárias praticavam dentro dos hospitais e demais estabelecimentos de saúde, bem como os valores que cobravam pelos funerais, foram decisivos para a criação da autarquia, pois a inquietação não estava presente apenas em relação aos aspectos pecuniários, mas também na forma de abordagem no momento do luto, quando estão presentes os sinais da fragilidade humana.

A mercantilização foi o que mais me chocou quando eu tomei a decisão de criar a ACESC. Fui ao funeral de uma pessoa rica e alguém me disse esse caixão custou tanto, era uma verdadeira fortuna. Eu falei mas não é possível um negócio desses, alguém está ficando rico em cima da morte dos outros [...] (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

Nesse trecho da narrativa de Salazar Barreiros, nota-se que existe uma contraposição às ideias de livre exploração comercial e morte. Para os fundadores da autarquia, o momento de finitude não deveria ser objeto de lucro, pelo contrário, deveria ser um momento ritualístico no qual os familiares fragilizados pudessem adquirir certos produtos visando a despedida do falecido.

Na perspectiva de Ariès (2010), foi a partir da segunda metade do século XIX que a morte se mercantilizou e o morto passou a ser tratado como um objeto. As pessoas já não morrem mais em casa em meio a seus familiares, amigos e vizinhos.

A morte foi transferida ao hospital e a assistência familiar foi substituída pela equipe hospitalar. Devido a estas mudanças institucionais relativas à morte e ao morrer, o falecido passou a ser considerado simplesmente um corpo, destituindo-se de outros valores. A morte então se transformou em um objeto mercantilizável, como qualquer outro produto.

No entanto, como se percebe através de toda essa argumentação, para os fundadores da ACESC, essa realidade de mercantilização da finitude se configurou como intratável. Para acabar com esse comércio irregular, a administração municipal recorreu ao modelo funerário existente em Londrina, também no Paraná. Naquela cidade já havia ocorrido a municipalização do serviço com a criação da ACESF – Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina, instituição autorizada a constituir-se de acordo com a Lei nº 2.837, de 01 de Dezembro de 1977, e que passou a executar com exclusividade os funerais.

Eu já tinha uma amizade grande com o Belinati que era prefeito de Londrina, ele tinha criado lá a ACESF né (sic) em Londrina, aí eu falei pro Hostílio que era meu vice-prefeito nós vamos à Londrina imediatamente ver esse projeto lá, por que aqui em Cascavel tá um roubo, um absurdo, as famílias estão sendo espoliadas por essas funerárias. Aí nós dois, pegamos um carro, só eu e ele fomos à Londrina. Lá em Londrina nos reunimos com o pessoal da ACESF, pra tomar conhecimento de como funcionava e nos inteiramos de tudo eu voltei pra Cascavel imediatamente e falei com o pessoal vamos preparar uma lei [...] eu já trouxe de lá mais ou menos o formato que eles trabalhavam pra poder implantar [...] aqui. Vamos criar uma autarquia aqui em Cascavel (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

Tomando como princípio esse sistema, o executivo municipal decidiu intervir diretamente no comércio funerário que estava sendo praticado em Cascavel. Após algumas discussões entre vereadores governistas e oposição, no dia 04 de Abril de 1989 foi aprovada e sancionada a Lei nº 2.033/89<sup>12</sup> que criou a “ACESC - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel”, sob a forma de autarquia<sup>13</sup>, com personalidade jurídica, patrimônio próprio e autonomia financeira. A lei foi constituída de dez capítulos e trinta e oito artigos que passaram a regular todas as questões relacionadas aos cemitérios e o serviço funerário do município.

---

<sup>12</sup> A lei da criação da ACESC encontra-se no Anexo 2.

<sup>13</sup> Autarquia é uma expressão de origem grega "autárkeia" que significa comandar a si mesmo. Autarquia é um termo utilizado em economia, em filosofia e na administração pública.

O novo modelo funerário criado ocasionaria a perda do monopólio que os empresários da morte exerciam sobre o comércio fúnebre. Esta foi a motivação para os mesmos se posicionarem contra a autarquia municipal. Para eles, a ACESC representava a falência financeira.

Tinha umas oito ou dez funerárias aqui, algumas inclusive da mesma família, criavam duas a três funerárias pra poder ter o monopólio e isso era uma situação muito complicada. Então nós tomamos essa decisão criamos a ACESC [...] isso foi uma guerra, quando nós criamos a ACESC ficaram proibidas as atividades das funerárias em Cascavel. Eles não podiam recolher mais cadáver, tudo tinha que passar pela ACESC. E aí vieram as ameaças, ameaçavam. Ligavam para a prefeitura, ligavam para gabinete, ligavam, por que nós vamos matar, ficou aquela guerra. Mas eu falei olha tomei a decisão e tá tomada. E nós vamos fazer isso aí funcionar. As funerárias fizeram um barulho danado mais isso o poder público teve força para superar. Porque era um mercado. É como você tirar de um comerciante uma fatia, só que era um mercado espúrio [...] vamos dizer assim era quase uma máfia atuando em Cascavel (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

A ideia de “mercado espúrio”, segundo o prefeito, era percebida porque aqueles profissionais lidavam com a morte como se esta fosse uma mercadoria, um negócio lucrativo, considerada como um evento, objeto de operações comerciais, comercializável como qualquer outro produto.

No pensamento de Elias (2001) a morte se profissionalizou, porque as atividades de cuidado com o morto, bem como a organização do funeral saíram das mãos da família, parentes e amigos e passaram a ser delegadas às empresas funerárias. Assim, o defunto passou a ser tratado como mercadoria, objeto de negociação comercial.

Conforme argumentou o prefeito, naquela época a morte de alguém se configurava como um comércio altamente lucrativo. Por esta razão, os agentes funerários não mediam esforços na disputa pela contratação dos serviços póstumos. De um lado estavam as funerárias, e do outro a família do falecido. Os enlutados fragilizados, vulneráveis e ignorantes acabavam se tornando reféns desse comércio.

A família não tinha como discutir com a funerária o custo, quanto vai ser, quanto não vai ser. Eles pegavam o seguro, pegavam promissórias, pegavam cheques e aquilo trazia uma situação pra família muito, muito difícil (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

No contexto dessa mudança, constituiu-se em filosofia da autarquia tornar o processo da morte humanitário e social, evitando, dessa forma, que o corpo do falecido fosse tratado como objeto de exploração comercial e que a família enlutada continuasse a ser explorada com as cobranças abusivas praticadas pelas empresas funerárias.

A ACESC, autarquia municipal, está completando 10 anos de criação, e, com ela, funerárias particulares encerraram atividades na cidade. As empresas praticavam preços embutindo grandes lucros e prestavam serviço sob permanente contestação - inclusive com acirrada disputa por corpos para sepultamento -, enquanto a autarquia não visa lucro. [...] Na inauguração da nova sede administrativa, o prefeito Salazar Barreiros (PPB) salientou que “o Poder Público” deve ter compromisso com a oferta de serviços indispensáveis à população, “e isto inclui os momentos de dor, representados pelo funeral”. Salazar criou a autarquia em sua primeira gestão como prefeito (PEGORARO, Jornal Folha de Londrina. Folha cidades. Londrina Paraná, 03/07/1999).

Neste trecho da reportagem, percebe-se que a criação da autarquia visava a oferta de serviços indispensáveis à população da cidade. Ao contrapor-se ao ideal do comércio e do lucro, a ACESC passou a gerenciar a morte como uma obrigação da administração pública, ou seja, sem o objetivo do lucro, mas buscando atender os cidadãos cascavelenses em suas necessidades.

Considerando essa característica social da ACESC, foram selecionados os serviços funerários, a definição das classes, os padrões, os tipos de caixões e paramentos. A partir desse momento, a autarquia passou a assegurar apenas os serviços e artigos indispensáveis para o funeral.

Nós criamos a ACESC com a seguinte finalidade: quem puder pagar paga. Preço justo. A ACESC não pode visar lucro, fazer caixa, estar ganhando dinheiro, tem que estabelecer um valor, entendeu? E quem não puder pagar muito tem aquele funeral baratinho, quer dizer um caixão modesto, sem nada de suntuosidade, mas a família prova que não pode pagar e tá isenta, essa era nossa filosofia, foi pra isso que eu criei a ACESC [...] ajudar a família num momento difícil com um suporte ali, que ela não precise estar sendo sufocada por um terceiro. Pra dar à família uma assistência e tratar todo mundo dentro de um aspecto social igual, tanto o rico quanto o pobre. O rico vai pagar o justo porque ele pode e o pobre que não puder pagar não paga nada (SALAZAR BARREIROS, 24/05/16).

Percebemos que no final da década de oitenta, ao atentarmos para esse breve histórico, a sociedade cascavelense vivenciou uma enorme transformação no mercado funerário mediante a ruptura do modelo existente. Essa inovação fez surgir um sistema de consumo relacionado ao *post mortem*, com a transferência da gestão da morte para o âmbito municipal.

No Brasil, em geral, os serviços funerários são geridos por diferentes regimes, sendo de competência dos municípios, elaborar leis e organizar esses serviços. Quase a totalidade dos municípios possuem seus serviços funerários prestados em regime de monopólio ou com acesso restrito, por meio de autorizações, permissões ou concessões<sup>14</sup>, por vezes exclusivas (MIRANDA, 2011). Como exemplos, no Paraná, podemos citar a cidade de Toledo, que tem seu serviço funerário realizado por empresas privadas sob o regime de concessão, e o município de Guarapuava, que estabelece contrato de permissão para a execução do serviço.

Pesquisas anteriores têm demonstrado que na maior parte do Brasil, o mercado funerário tem como “axioma principal o lucro” (MORAIS, 2009). Diante disso, pode-se afirmar com alguma segurança que a ACESC constituiu-se um modelo diferente e inovador, tendo como objetivo principal a comercialização de artigos e serviços funerários por um preço justo, adequado e razoável, sem haver uma cobrança exagerada dos consumidores, mas sem que isso causasse prejuízos à autarquia. “Os valores arrecadados são aplicados na construção de novas capelas mortuárias em bairros e na manutenção de cemitérios, capelas e frota de veículos” (MACHADO, 2015)<sup>15</sup>.

De acordo com os dados da 6ª edição da Feira Funerária Brasil<sup>16</sup>, realizada em 2016, foi possível identificar que atualmente existem 11.761 empresas funerárias em funcionamento no país. E nesse segmento, a ACESC inovou ao oferecer à sociedade um novo paradigma de comercialização de artigos e serviços fúnebres.

O presente trabalho constituiu-se, até este momento, de um breve histórico relacionado à fundação da ACESC. A partir de agora, falarei das atribuições e da venda de artigos e serviços, na intenção de perceber o desenvolvimento do

---

<sup>14</sup> Lei Federal 8.987/95, Art. 2º, Inciso II – define concessão de serviço público como: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.oparana.com.br/noticia/morrer-em-cascavel-pode-custar-de-r-1-2-mil-ate-quase-r-20-mil>.

<sup>16</sup> Feira Funerária Brasil. Disponível em: <http://www.feirafuneraria.com.br/>

consumo funerário contemporâneo, tomando como pressuposto o modelo da autarquia. Inicialmente, apresentarei alguns artigos e serviços, no intuito de demonstrar como os mesmos estão relacionados ao processo de construção do mercado da morte atualmente. Procurarei abordar, ainda, algumas transformações dos costumes e práticas ao longo do tempo, de modo que seja possível compreender alguns componentes formadores do mercado funerário praticado em Cascavel, com apontamento das principais mudanças e permanências.

## 1.2 DAS ATRIBUIÇÕES DA ACESC: ADMINISTRAÇÃO DOS CEMITÉRIOS E OS SERVIÇOS FÚNEBRES REALIZADOS

Na ACESC, o trabalho é organizado em regime de escala de plantão, sendo que cada turno é composto de vinte e quatro por setenta e duas horas - isso compreende trabalhar um dia e folgar três. O plantão se inicia às dezoito horas de um dia e termina às dezoito horas do dia seguinte. Os agentes funerários da ACESC atendem em média dez óbitos por dia. Destes, aproximadamente um terço é constituído de pessoas residentes e domiciliadas na cidade. Os demais funerais incluem os mortos que residem no interior, os funerais gratuitos e os mortos de outros municípios.

Cada turno é composto por agentes funerários, zeladoras e coveiros. E existem quatro equipes que realizam o atendimento aos familiares. Estas equipes são coordenadas por um agente funerário denominado chefe<sup>17</sup> do plantão, que é responsável pela equipe e por realizar a venda dos artigos e serviços. Também é atribuição do chefe realizar a supervisão dos quatro agentes que executam as demais tarefas - traslado, preparo do corpo, instalação de velório, cortejo, etc. A administração da autarquia é constituída pela superintendência, direção, contabilidade e financeiro e está aberta para atendimento ao público de segunda a sexta-feira.

A tarefa de administração dos cemitérios compreende executar, manter e conservar os cemitérios municipais; conceder sepulturas para inumações, em quaisquer das modalidades, bem como ossuários e relicários; conceder,

---

<sup>17</sup> Agente funerário responsável pela equipe e por realizar a venda dos artigos e serviços. Também é atribuição do chefe realizar a supervisão dos quatro agentes, que executam as demais tarefas tais como o traslado, preparo do corpo, instalação de velório, cortejo, etc.

independentemente de licitação, o uso de sepulturas e construções funerárias individuais ou coletivas, em caráter temporário, mediante expedição de documento hábil; autorizar exumações e reinumações, apurar e processar os casos de abandono ou ruína de sepulturas, até a final declaração de extinção da concessão; efetuar a escrituração dos terrenos dos cemitérios, prover os cemitérios de todo o material necessário ao desenvolvimento de seus serviços e obras, bem como autorizar e fiscalizar os serviços executados por empreiteiros credenciados (Art. 2º da Lei 2.033/89).

Estão sob a responsabilidade da ACESC os trinta e cinco cemitérios públicos, entre eles: cemitério Central, São Luiz, Jardim da Saudade e Cristo Redentor, localizados no perímetro urbano, e trinta e um cemitérios nos distritos. Os Cemitérios Municipais, localizados na área urbana, para efeito de cadastro e utilização, estão divididos em praças, ruas e quadras. As quadras estão divididas em lotes ou sepulturas, todas, convenientemente identificadas (DECRETO Nº 2.111/1987).

Essa divisão dos cemitérios contemporâneos em ruas principais, ruas secundárias, quadras e lotes, segue as mesmas divisões características das cidades dos vivos. No Brasil, esse urbanismo foi inspirado nos modelos europeus. “Visto no conjunto, o esquema predominante é o do traçado dividido em quadras regulares, entrecortadas por grandes alamedas e pequenas ruas” (MOTTA, 2014, p. 239).



Figura 1: Rua principal do cemitério Central. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Fazendo uma análise sobre o espaço dos mortos é possível perceber que outra característica que o iguala à cidade dos vivos é a estratificação social. A localização e a arquitetura dos túmulos observados, principalmente no cemitério Central de Cascavel, reproduzem a identidade, a diferença social e o status do morto. Conforme observou Höfke (2008), na sociedade, os lugares destinados aos mortos reproduzem o mundo dos vivos, estando “ambos conduzidos pela mesma lógica de organização, os cemitérios foram estendidos como um lugar de repetição simbólica do universo real” (HÖFKE, 2008, p. 278).

Dentre as atribuições da ACESC está a prestação de serviços fúnebres que compreendem a remoção e o transporte das pessoas que faleceram nos centros de saúde, nas residências ou em quaisquer outros locais, exceto no caso de morte acidental ou violenta em que a remoção e o transporte do corpo devem ser realizados pelo IML – Instituto Médico Legal. Como os óbitos ocorrem devido a diferentes causas e em locais diversos, o percurso da remoção do corpo sofre alterações. Contudo, em qualquer tipo de morte que ocorra dentro dos limites do município de Cascavel, obrigatoriamente o corpo será trasladado para a ACESC, independente do município de residência do morto. Conforme estabelece o Art. 2º, § 8º da Lei nº 2.033/1989:

Toda e qualquer liberação de corpos feita pelo Instituto Médico Legal, Hospitais ou Casas de Saúde do Município de Cascavel, deverá ser feita somente à ACESC, ficando proibida a liberação para empresas funerárias sem a competente autorização da autarquia sendo que aos infratores será aplicada uma multa correspondente a 50 (cinquenta) UFM - Unidades Fiscais do Município<sup>18</sup> [...].

Os locais mais corriqueiros de remoção de corpos pela ACESC são: Instituto Médico Legal (IML); Hospital Universitário do Oeste do Paraná; Hospital Nossa Senhora da Salette; Hospital Policlínica de Cascavel; Hospital e Maternidade Dr.

---

<sup>18</sup> A UFM é o índice oficial do Município para correção de dívida ativa e de créditos tributários vencidos, levantados por ação fiscal ou declarados pelo contribuinte. Também é utilizada para o cálculo de vários tributos cujo valor para lançamento é definido em quantidade de UFM. O cálculo das multas previstas na maior parte dos projetos de lei também é feito através da UFM. Unidade Fiscal do Município - UFM, para o exercício financeiro de 2018, passa a vigorar com o valor de R\$ 42,05 (quarenta e dois reais e cinco centavos). DECRETO Nº 13.954 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2017.

Lima; Hospital São Lucas; Hospital UOPECCAN<sup>19</sup>; Hospital CEONC<sup>20</sup>; Unidades de Pronto Atendimento e residências.

Somando-se ao conjunto de serviços encontram-se, da mesma forma, a instalação e manutenção de velórios, ornamentação das câmaras mortuárias, cortejo fúnebre, sepultamento e transporte dos mortos por estradas de rodagem dentro dos limites do município de Cascavel e para outros municípios ou estados.

Mediante a cobrança de taxas, igualmente fazem parte desses serviços, a locação de capelas mortuárias, abertura e fechamento de subterrâneos, abertura e fechamento de gavetas, abertura de covas, abertura de jazigos para exumação e a expedição de escrituras. São cobradas taxas também quando os familiares fazem melhorias nos túmulos, como reformas e revestimentos em lápides, entre outros.

Os serviços funerários compreendem, também, os serviços auxiliares relacionados às providências administrativas junto aos Cartórios de Registro Civil para emissão da Certidão de Óbito, documento sem o qual é vedado o sepultamento (Art. 78 da Lei 6.015 de 31 de setembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências). Importante frisar que, para os sepultamentos que ocorrem aos sábados, domingos, feriados e dias santos, há revezamento mensal de plantões entre os cartórios para emissão da referida certidão. Os plantões são prestados preferencialmente no período das 8h à 00h, respeitando-se os casos de comprovada urgência, em que devem ser prestados a qualquer hora. Nos meses ímpares, os plantões serão atendidos exclusivamente pelo cartório de 1º Ofício e nos meses pares, os plantões são de responsabilidade do cartório de 2º Ofício.

Existem casos em que as famílias não possuem condições financeiras para arcar com as despesas do funeral. Nestes casos, a ACESC realiza funerais *isentos* que estão previstos na Lei Municipal n.º 4.756/2007. Os agentes funerários são os responsáveis por informar sobre a existência desse benefício aos enlutados, e aqueles que não necessitam ou não se adéquam às exigências assinam um termo recusando o serviço. Para usufruir de tal direito, os enlutados devem comprovar que o falecido era residente do município de Cascavel. Também é necessário que a família apresente à administração da ACESC um atestado de pobreza e a guia de isenção com assinatura de duas testemunhas.

---

<sup>19</sup> UOPECCAN – União Oeste Paranaense de Estudo e Combate ao Câncer.

<sup>20</sup> CEONC – Centro Oncológico Cascavel.

Com o propósito de assegurar - quando necessário - o serviço de funeral isento, a ACESC investe recursos próprios, disponibilizando os artigos e serviços necessários para o velório e sepultamento, tais como: urna funerária, velas, véu, preparação do corpo (higienização e tamponamento), transporte funerário e sepultamento. A utilização da capela para o velório também é gratuita para usuários carentes ou impossibilitados de arcar com o pagamento das taxas.

Em relação ao local do sepultamento, são disponibilizados jazigos no cemitério Jardim da Saudade (localizado na periferia da cidade) aos indigentes ou pessoas com menos recursos financeiros. Este cemitério é desprestigiado por pessoas com maior poder aquisitivo, e muitas se recusavam a ser enterradas lá (quando ainda havia terrenos à venda).

Polêmicas em relação à localização dos cemitérios destinados ao enterramento de pessoas menos abastadas acontecem desde o século XIX, conforme registros no Brasil. Reis (1991) reconta que em Salvador, um dos lugares destinados aos segmentos desprivilegiados era o cemitério do Campo da Pólvora. Nele enterravam-se os suicidas, criminosos, indigentes e escravos. “E os vivos se empenhavam em proteger seus mortos dessa desgraça adicional [...]” (REIS, 1991, p. 192).

Tal como na *Bahia dos oitocentos* (relatada pelo autor), em Cascavel os corpos dos indigentes e dos falecidos cujas famílias optarem pelo funeral gratuito, são sepultados em um cemitério específico. Neste caso, o cemitério Jardim da Saudade, no bairro Guarujá. Tanto a gaveta quanto o terreno nos quais o corpo é sepultado, são disponibilizados em forma de cedência, em regime de comodato, ou seja, uma forma de empréstimo, que varia de três a cinco anos.

Após o vencimento do prazo da concessão, a autarquia faz a exumação do corpo e a família fica responsável em acomodar os restos mortais em terreno e túmulo próprios. Caso ninguém da família compareça no período estipulado, os restos mortais desenterrados são acondicionados em ossuários coletivos existentes nos cemitérios Central e/ou Jardim da Saudade. A gaveta que foi desocupada é reutilizada para outro sepultamento.

A prática de manter em ossuários coletivos é muito antiga. Desde a Idade Média os pobres eram enterrados em valas comuns nos cemitérios distantes dos espaços urbanos. Quando uma dessas valas ficava cheia, a mesma era fechada e

abria-se outra mais antiga, depois de se terem transferido os ossos para os ossuários.

Os mais pobres ou mais humildes eram relegados para o que se tornou o cemitério, isto é, para o mais longe possível da igreja e das suas paredes, nas imediações da cerca, no meio do claustro, em profundas valas comuns. Mal imaginamos o amontoado de cadáveres que se abrigou durante séculos nas nossas igrejas e seus claustros! Periodicamente, a fim de arranjar espaço, retiravam-se do solo das igrejas e cemitérios os ossos mal secos e empilhavam-se nas galerias dos ossários, nas águas furtadas da igreja, sob os encontros das abóbadas, ou então metiam-se em buracos inutilizáveis das paredes e pilares (ARIÈS, 2010, p. 142).

Segundo Reis (1991), desde o século XIX eram concedidas covas comuns nos cemitérios do Brasil para o enterramento dos pobres que comprovassem sua condição social, e quando seus corpos estavam reduzidos a ossos, eram exumados e os restos mortais depositados em ossuários coletivos.

### 1.3 OS ARTIGOS FÚNEBRES COMERCIALIZADOS PELA ACESC

Com objetivo de resguardar os costumes culturais e religiosos dos familiares enlutados e para atender a demanda dos consumidores, a partir da sua criação, a ACESC passou a comercializar cerca de oitenta produtos mortuários.

Esses produtos são classificados em três categorias, e para que esta análise pudesse ser feita, procurei seguir a tabela de preços da ACESC, que está disponível no site da autarquia<sup>21</sup>. Verifiquei que, inicialmente, a tabela apresenta os preços das urnas funerárias adulto e infantil (itens I e II). Tomei a decisão de realizar análise conjunta das urnas de adultos e crianças. As demais categorias - Artigos e Vestuários Especiais (III), Tarifa, Serviços e Terrenos (IV) - são analisadas seguindo a mesma ordem elencada na referida tabela.

#### 1.3.1. As urnas funerárias adulto e infantil

---

<sup>21</sup> <http://www.acesccascavel.com.br/>

As urnas funerárias comercializadas pela ACESC possuem diversas categorias. Há as urnas populares, as intermediárias, os modelos de luxo, superluxo e especiais. Conforme preconizado pelo Art. 15-A da Lei nº 4.634/2007 “[...] as urnas, caixões, ataúdes ou esquifes, devem ser impermeabilizados internamente com material apropriado como medida de prevenção contra a contaminação do lençol freático pelo necrochorume”<sup>22</sup>. Atualmente, a autarquia disponibiliza aos consumidores enlutados mais de trinta variedades, que são classificadas por um número de referência e padronizadas conforme os modelos.

Urnas funerárias modelo adulto; superluxo, luxo, mensagem bíblia dourada, popular com e sem visor, assistência sem visor, porta ossos e rosário. Urna com comprimento especial 2,10 m grande; luxo, especial fibrada luxo, popular zincada, assistência, popular com e sem visor, luxo e semiluxo. Tamanho especial grande; luxo, semiluxo, com filete, simples sem visor e tamanho especial grande para mortos com peso até 300 kg, simples sem visor, luxo, semiluxo, com visor e filete (DECRETO nº 12.520/2015).

Segundo Reis (1991), até meados de 1836, no Brasil, o morto era dispensado do caixão durante o período que durava a vigília. Durante o velório, o defunto ficava exposto na sala sobre uma espécie de estrado alto ou mesa. Em geral, o uso do caixão se restringia ao cortejo, e sua finalidade era acondicionar o corpo para facilitar a sua condução, seja para a igreja, seja para o cemitério. Dificilmente o corpo era sepultado com o caixão. Era costume também o uso de caixões de aluguel, nos quais os mortos eram transportados, um atrás do outro, até o local do sepultamento.

Já ao longo do século XIX, o uso do caixão se expandiu, tornando-se um acessório fúnebre individual e próprio. Eram confeccionados pelos armadores e podiam ser comprados prontos ou sob encomenda.

Havia caixões sem tampa e com tampa (ou “de abrir”), estes últimos obviamente mais finos. [...] em todos os casos, só na hora do acerto do serviço eram forrados e cobertos de veludo, belbutina, glória ou outros panos pretos, e decorados de galão dourado ou prateado, falso ou fino, às vezes galão importado da França (REIS, 1991, p. 150).

---

<sup>22</sup> Necrochorume é um líquido viscoso, de cor castanho-acinzentada, resultante da decomposição dos cadáveres.

O caixão para enterro de crianças seguia a mesma lógica dos adultos. O seu uso não tinha ainda o papel fundamental que compõe a prática fúnebre infantil de hoje. As crianças-defunto não eram enterradas com o caixão. Este servia apenas para exposição e transporte do corpo. E uma vez que o corpo não era enterrado dentro dele, um mesmo caixão podia ser utilizado em inúmeros funerais.

Segundo Debret apud Vailati (2002, s/p),

para as crianças mortas de família medianamente abastada era comum se utilizar para o transporte do corpo um caixão sem tampa [...] com forro de tafetá branco ou cor-de-rosa e galonado em prata. Para os que possuíam definitivamente maiores recursos, havia o caixão fechado, cuja tampa se abria em duas folhas, uma para cada lado, também este coberto de seda cor-de-rosa, forrado de branco com galões de ouro ou prata.

Na ACESC, as diferenças de idade também dão margem para a variação de urnas para crianças. As urnas funerárias infantis comercializadas pela ACESC possuem os seguintes modelos: natimorto, zincada infantil, zincada infanto-juvenil, popular com visor 1,60 m, popular com verniz 0,60 a 1,00 m, popular com verniz 1,20 a 1,40 m, semiluxo 0,60 a 1,00 m e semiluxo 1,20 a 1,40 m.

O diferencial das urnas pode ser observado no que concerne ao tamanho, ao material de fabricação (madeira de mogno, cerejeira), no revestimento em cetim (com babado e sobrebabado em rendão), nos detalhes de acabamento (visor, filetes, varão, alça em bronze, alças duras, alças basculantes, sextavada, quadrada, etc.) e nas ferragens (parafusos e dobradiças). Existem urnas para todos os gostos e bolsos, sendo que os preços variam de R\$ 250,00 a R\$ 11.800,00.

### 1.3.2 Artigos e vestuários especiais

Conforme descrito na tabela, os artigos e vestuários especiais incluem a preparação do corpo<sup>23</sup> e seu transporte, a locação das capelas mortuárias, as velas, o arranjo de flores para ornamentação da urna (somente o crisântemo é disponibilizado), o véu adulto, o terno masculino luxo e tailleur feminino para adultos. A ACESC não comercializa vestimentas nos modelos infanto-juvenis.

---

<sup>23</sup> A preparação do corpo realizada pela ACESC compreende vestir o defunto, colocá-lo na urna e ornamentá-la.

Nos funerais contemporâneos são consumidos artigos e serviços que permanecem inalterados, pois são oriundos de diversos costumes anteriormente praticados. Essas permanências estão relacionadas aos cuidados com o corpo, o uso de adornos e, ainda, aos espaços e as formas de sepultar, que continuam sendo objeto de muita atenção dos enlutados. Desde tempos imemoriais, cuidar do corpo do morto é parte do rito de despedida. Reis (1991), inclusive, explica que as primeiras providências que a família tomava era tratar do funeral e preparar o corpo do falecido, no qual davam banho e amortalhavam (REIS, 1991).

Segundo o mesmo autor, o moribundo não temia a morte. O medo maior era morrer sem um plano, o que para muitos incluía a feitura de um testamento. Geralmente, as preocupações dos mortos que eram descritas nesses testamentos, diziam respeito às particularidades da sepultura, as orações, as missas e o tipo de mortalha, que podiam ser variadas.

Além disso, aqueles que manifestavam suas vontades em testamento também deixavam instruções sobre o sepultamento e modelo de vestimenta que desejavam para o próprio funeral. Os parentes ou os testamenteiros ficavam encarregados de comprá-la ou mandar fazer.

No próximo capítulo, demonstrarei de modo mais aprofundado como a preocupação com a preparação do funeral ainda permanece entre os enlutados.

Ainda em relação ao vestuário dos falecidos, observei que na ACESC não existe um padrão de vestimentas para cobrir o corpo dos defuntos, embora ela mesma comercialize terno e tailleur. A maioria dos defuntos são vestidos com as próprias roupas. Entretanto, mesmo que não exista um costume dos cascavelenses em vestirem seus entes com as roupas ofertadas pela autarquia, em alguns casos a compra é realizada, conforme relatou uma informante:

Como eu não tinha em casa uma roupa boa, nova para colocar na minha mãe eu resolvi pegar aqui da ACESC mesmo, que ficava melhor né? pra ficar mais arrumada (JOANA<sup>24</sup>, 30/01/18).

Diferente de hoje, é possível constatar que até a metade do século XIX, era grande a preocupação das pessoas com a roupa com a qual seriam enterradas, sendo que a maioria escolhia a própria mortalha. Tal costume é narrado por

---

<sup>24</sup> Serviços gerais, 36 anos.

Rodrigues (1997). Segundo a autora, o vestuário fúnebre fazia parte do rol de objetos simbólicos sobre os sentidos atribuídos pela sociedade, e não era um elemento neutro. Seu significado excedia a sua característica utilitária. Habitualmente, entre os cristãos católicos, era comum vestir o morto de acordo com o santo de sua devoção. A veste expressava a importância ritualística do morto na sua integração com o outro mundo e, ainda, com a sua ressurreição no fim deste mundo. As mortalhas contendo imagens de santos, em especial, representavam o desejo da graça junto a Deus.

Acreditava-se, portanto, que a mortalha era garantia de proteção santíssima e que ajudaria o morto no dia do juízo final. Nessa época, os tipos de mortalha ou de roupas fúnebres variavam bastante. De acordo com Reis (1991), as mortalhas com que se vestiam os mortos eram nas cores brancas, pretas, coloridas e vermelhas. Também se usavam mortalhas de várias invocações, como as de Nossa Senhora, as de São João, São Miguel, São Domingos, Santo Agostinho, Santa Rita, Santa Ângela. Os padres eram sepultados com as batinas, os soldados com suas fardas e algumas pessoas trajavam o hábito de suas confrarias.

As crianças geralmente eram amortalhadas com vestimentas que lembravam frades, freiras, santos e anjos em tecidos coloridos e brancos que simbolizavam inocência e pureza. Constatei, dessa forma, que grande parte do sentido da roupa fúnebre tinha relação com a capacidade de transportar e comunicar significado cultural. Nesse caso, a simbologia das vestes era uma forma de se garantir a boa morte, uma espécie de código que permitiria a passagem para o outro mundo, objetivando a salvação da alma.

Além da veste fúnebre que a ACESC comercializa, pude observar que o véu se destaca como um item importante na relação de artigos e vestuários especiais. Interessante notar que o ato de cobrir todo o corpo do morto com o véu não era comum no século XIX. Este costume fazia parte da vestimenta fúnebre apenas das mulheres. “Era costume das baianas brancas usar véu quando saíam à rua, e assim também quando saíam para a outra vida” (REIS, 1991, p. 128). As mulheres casadas eram amortalhadas com vestido e véu pretos. Já as solteiras eram vestidas de branco, com véu e grinalda de flores brancas. (RODRIGUES, 1997).

Ainda entre os artigos ofertados pela entidade, destaco a importância da vela. Muitos familiares adquirem a vela para iluminar os seus mortos durante o funeral. Isso é passível de ser percebido entre católicos, por exemplo. Pela observação,

tornou-se possível afirmar que o uso de velas nos rituais fúnebres realizados em Cascavel continua tendo elevada importância, assim como acontecia no passado. A vela ainda é considerada um componente muito significativo e envolve crenças sagradas para algumas religiões. De acordo com a fala do chefe de plantão Nelson (02/12/17), “os espíritas também utilizam velas e os evangélicos luteranos também”.

Além disso, pode-se dizer que as velas acesas e as orações durante o funeral católico representam símbolos e objetos fundamentais na economia da salvação das almas (REESINK, 2012). Esta fala da autora confirma os dados contidos na entrevista realizada com os familiares, mais especificamente em relação ao uso da vela e o significado a ela atribuído durante o funeral.

Foi consumido velas também. Eu acho que é a religião. A nossa sempre foi católica. Eu sou. A gente sempre acendeu uma vela para rezar e eu acho o Espírito Santo. Você invoca o Espírito Santo. Sempre a gente aprende na nossa religião, você invoca o Espírito Santo. Porque o Espírito Santo vem através da vela. Invocar pra receber o Espírito Santo. Pra pessoa que faleceu receber junto com a reza (VANDER<sup>25</sup>, 01/08/17).

A ACESC mantém a vela como um item importante no rol de produtos comercializados, pois percebe-se o importante significado que a mesma possui nas relações entre os familiares e seus mortos. A espécie de vela ofertada no local é a votiva de parafina pura, na cor branca, que mede 50 mm de altura x 50 mm de diâmetro. Esse tipo de vela pode permanecer acesa por até trinta e seis horas.

A construção de capelas mortuárias para a celebração do velório também faz parte das mudanças relacionadas às práticas fúnebres ocorridas após a criação da ACESC. Dentre as transformações, nota-se que o antigo costume de realizar o velório em casa foi substituído pelo velório em capelas. Afinal, velar o corpo na própria casa do falecido, fazer a vigília e orações eram práticas que faziam parte de um cenário fúnebre que deixava lembranças de tristeza nas residências. O deslocamento do velório, das casas para as capelas, representou o rompimento de um costume tradicional da época, resultando em implicações culturais e religiosas.

Desse modo, os rituais religiosos, “como os cultos e missas católicas que encomendavam a alma do morto, as conhecidas missas de corpo presente que

---

<sup>25</sup> Chapeador, 42 anos.

findado o velório eram celebradas nas igrejas foram transferidas para essas capelas. Em alguns casos foram abrandados ou até mesmo suprimidos” (LIMA, 2015).

Os serviços necessários para que os velórios possam ocorrer nas capelas mortuárias (onde o defunto será velado) são executados pelos agentes funerários da ACESC. Os aparatos fúnebres que compõe o ambiente são: a mesa para livro de condolências; o suporte para a urna; o suporte para velas e bíblia e a imagem de Cristo. Entretanto, de acordo com a religião do falecido, alguns paramentos podem ser adicionados ou retirados. Isto pode ser verificado na fala de um dos agentes: “quando é evangélico eu retiro aquele Cristo. O Cristo da capela ou quando vai para velório, nas capelas descentralizadas eu não levo o paramento completo, que é os aparadores e aquele resplendor que é uma imagem de Jesus Cristo” (DIÁRIO DE CAMPO, 23/10/17).



Figura 2: Capela Central C, arrumada para velório.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

É oportuno salientar que a arrumação profissional do local onde será velado o morto é um costume que existe desde os séculos passados. Conforme Reis (1991), para a arrumação da casa contratava-se o armador, cuja função era ornamentar os ambientes com os símbolos do luto. Na decoração se usava muito pano cortinado, frisado, armado com varas. A sala onde ficava o morto durante o velório era decorada com veludos, baetas<sup>26</sup>, belbutinas<sup>27</sup> e galões<sup>28</sup>. O corpo do defunto ficava

<sup>26</sup> Pano de lã felpudo, que não foi apisoado.

<sup>27</sup> Belbute de aveludado fino com raias paralelas.

<sup>28</sup> Tecido espesso de prata, ouro, seda, ou lã, do feitiço de uma fita, usado como remate ou enfeite em peças do vestuário ou do mobiliário.

exposto sobre uma tarimba, espécie de estrado alto. Dependendo das posses da família, usavam-se castiçais de prata ou de madeira para iluminar o morto.

A cidade de Cascavel conta com dezesseis capelas mortuárias para velar seus mortos. Quatro delas estão localizadas no centro, e são denominadas capelas centrais (A, B, C e Master), e doze nos bairros (Jardim União, Santa Cruz, Guarujá, Canadá, Interlagos e Floresta), com duas capelas cada, que são as capelas chamadas de descentralizadas. Já na área rural, apenas os distritos de São João, Juvinoópolis e Rio do Salto dispõem desta estrutura. As unidades do interior têm uma sala para velório com capacidade para acomodar cinquenta pessoas sentadas. A estrutura ainda conta com dois banheiros, cozinha e um quarto de descanso para três pessoas. Não há cobrança pelo uso do espaço.



Figura 3: Vista externa da capela central A. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Já o valor do aluguel das capelas mortuárias da cidade é estabelecido de acordo com os critérios de localização, tamanho e conforto oferecido. Todas elas possuem cadeiras estofadas e uma copa onde pode ser preparado lanche e café para os participantes do velório. Algumas capelas centrais possuem quarto mobiliado com cama para descanso e ar-condicionado.



Figura 4: Vista interna da capela central B. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

No ano de 2010, a autarquia passou a oferecer a capela central Master, espaço este mais luxuoso para a realização dos velórios. A capela é climatizada, e em seus 220 m<sup>2</sup> é possível realizar até quatro velórios simultâneos. Além de cadeiras estofadas, conta também com quarto e camas para descanso, sala com sofás e copa equipada com pia, geladeira, fogão e micro-ondas. A locação dessa sala para o velório custa R\$ 700,00. Já a mais barata pode ser locada por R\$ 60,00.



Figura 5: Vista externa da capela central Master. Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 6: Sala de velório capela central Master. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

É importante destacar que o luxo e a suntuosidade estão presentes nos funerais desde os tempos mais antigos. Reis (1991) destaca que era através dos funerais que as famílias demonstravam o seu prestígio social e econômico, retratado pelo funeral espetáculo, produzido exatamente para ser visto. Apesar das diferenças nas formas como o ritual de despedida era realizado, devido às condições financeiras do morto e de seus familiares, a morte era ocasião que dificilmente passaria despercebida pelas pessoas. Para o autor, a pompa era expressada através dos aparatos funerários, como os caixões de luxo, a quantidade de velas queimadas, o número de missas rezadas, a decoração da igreja, os dobres de sinos, o local de escolha da sepultura e também pela quantidade de participantes, incluindo conhecidos, amigos e padres.

### 1.3.3 Tarifas<sup>29</sup>, serviços e terrenos

<sup>29</sup> Na foto a denominação está diferente, pois essa divisão foi baseada no Decreto nº 12.520/2015. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/cascavel/decreto/2015/1252/12520/decreto-n-12520-2015-altera-os-valores-da-tabela-de-precos-dos-servicos-e-artigos-funerarios-da-acesc-administracao-dos-cemiterios-e-servicos-funerarios-de-cascavel-pr>.

Dentre os custos para uma despedida póstuma estão as cobranças de taxas e serviços. Os terrenos para sepultamento podem ser adquiridos na ACESC, através de permissão de uso, com vigência de cinco anos. Após esse período, o titular permissionário deverá realizar novo requerimento junto à autarquia e renovar o período de permissão. Caso a pessoa habilitada não apresente novo requerimento, depois de cinco anos os corpos podem ser exumados pela autarquia, independentemente de ser cadáver sepultado como indigente ou cadáver inumado em terreno arrendado. (DECRETO Nº 10.251/2011).

Em relação ao preço dos terrenos, observei que há uma diferenciação entre os cemitérios. Conforme a tabela de preços praticados, cada terreno individual no cemitério Central custa R\$ 7.200,00; no Parque São Luiz o valor é de R\$ 2.300,00; no Cristo Redentor, R\$ 1.550,00, e no Jardim da Saudade, R\$ 450,00. Esses valores pagos pelo familiar são para a permissão de uso do terreno. No entanto, para aqueles que desejam adquirir um espaço familiar, tanto no cemitério Central quanto no Cristo Redentor, existe a opção de terreno para seis gavetas. É importante destacar que os valores acima descritos são apenas dos terrenos. As gavetas são de responsabilidade do comprador do terreno e devem obrigatoriamente ser de concreto, para isolar o corpo do morto da terra, respeitando-se assim as normas ambientais.

No entendimento de Reis (1991), em meados do século XVIII, já começavam a aparecer novas divisões no espaço da morte. Nessa época, algumas igrejas começaram a construir carneiros<sup>30</sup> para sepultamento dos mortos. Os carneiros isolavam o contato do cadáver com a terra, um processo que já havia sido iniciado com a prática do enterro em caixões. Mesmo com os carneiros sendo mantidos dentro dos templos, o processo representou um marco importante para a sensibilidade funerária do século.

Observando os modelos de túmulos, desde a sua origem, no século XIX, depreende-se que os subterrâneos foram considerados como um lugar reservado ao sepultamento familiar. O enterro na sepultura subterrânea, reservada a uma família, refuta o sepultamento comum, solitário e anônimo, e também reflete a necessidade

---

<sup>30</sup> *Carneiro* vem do latim *carnarium*, depósito de carne. Na nomenclatura funerária significa cova onde se enterram os mortos; sepultura.

de reunir para todo o sempre seus membros, e o afeto que liga os membros vivos da família reporta-se aos mortos (ARIÈS, 2010).

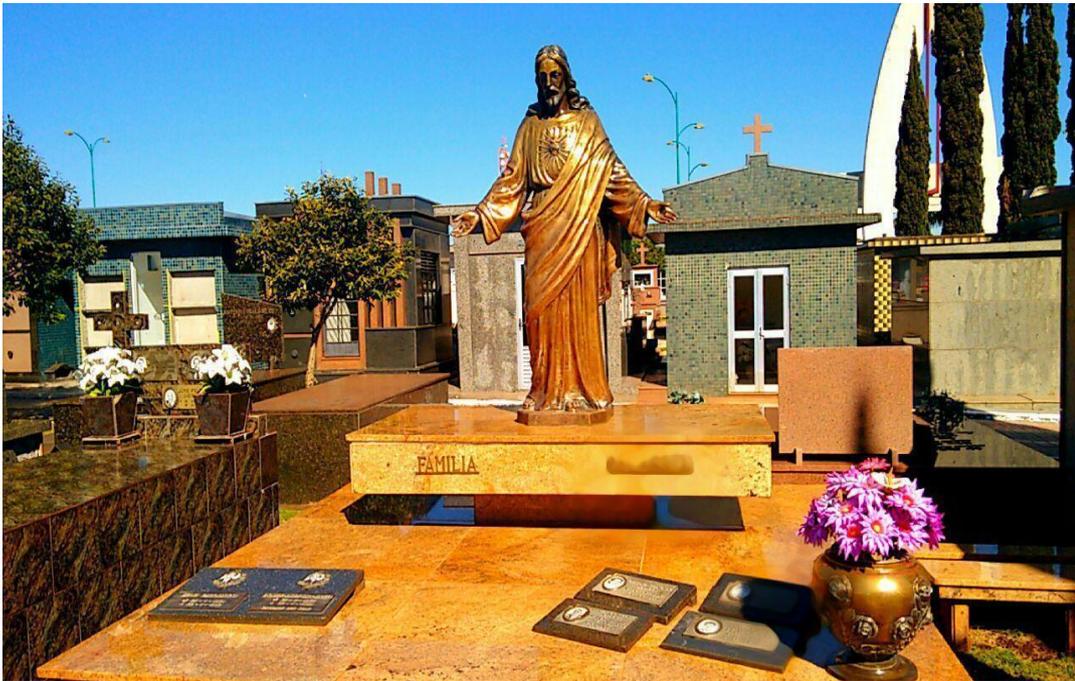


Figura 7: Subterrâneo familiar com seis pessoas sepultadas em gavetas.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Em princípio, pessoas de qualquer condição socioeconômica podem ser enterradas nos cemitérios de Cascavel, mas é possível observar distinções nada sutis relacionadas à localização do terreno no cemitério e no tipo de sepultura. As fotos abaixo chamam a atenção pelo revestimento empregado na sua construção. Através dele é possível perceber que, no cemitério, os mortos refletem a classe social dos vivos.



Figura 8: Túmulo sem revestimento.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 9: Túmulo revestido em granito.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Além disso, através da pesquisa de campo nos cemitérios e entrevistas, constatei que é bastante comum as famílias utilizarem a mesma sepultura para enterrar mais de um corpo de familiar. Sepultam pais, filhos, netos, com uma crescente agregação de familiares num mesmo túmulo.

Bom o cemitério ali eu tinha o túmulo já, daí já tinha a gaveta, daí esse a gente não pagou, porque eu já tinha comprado antes. Porque eu já tinha o meu marido lá, tenho minha filha, daí eu já tinha o terreno. Daí foi só colocada lá (JORGETE<sup>31</sup>, 24/07/17).

Porque a minha vó já estava lá daí foi enterrado junto com ela, foi feito uma casinha. Eu vou falar uma casinha que me fugiu o nome agora e foi posto o caixão em cima do dela. Como ela já estava lá, nós achamos melhor por junto já (MARISE<sup>32</sup> 03/08/17).

Além disso, quando não há espaço para o sepultamento no mesmo túmulo, os familiares que possuem condições financeiras acabam adquirindo jazigos no mesmo cemitério onde já se encontram sepultados outros familiares.

Eu adquiri esse jazigo antecipado, em virtude de já ter meu pai e minha mãe sepultados ali. Então essa pessoa que faleceu, é minha irmã mais velha. Então, a gente preferiu adquirir ali, e surgiu a oportunidade de compra, em virtude também de que todo mundo mora no centro. Então o local é mais próximo ao centro. [...] Então, a critério seria, se você vai no cemitério fazer uma visita ou participar no dia de finados, você vai em um único lugar, você não fica rodando dentro da cidade né? Em dois ou três cemitérios, fica todo mundo junto (ROSANI<sup>33</sup>, 02/08/17).

É cobrada uma taxa no valor de R\$ 120,00 para sepultar outro familiar no mesmo túmulo (com necessidade de exumação). Nestes casos, os ossos são acondicionados em sacos plásticos próprios para este fim; já o restante (roupas, urnas, adornos, etc.) são de responsabilidade de uma empresa contratada pela autarquia, que faz a coleta, transporte e disposição final dos resíduos provenientes das exumações.

Outras tarifas cobradas pela ACESC estão relacionadas aos serviços de:

Abertura e fechamento de subterrâneos em mármore e simples, abertura e fechamento de gavetas, abertura de covas (cemitério

<sup>31</sup> Aposentada, 63 anos.

<sup>32</sup> Vendedora, 38 anos.

<sup>33</sup> Servidora pública, 49 anos.

Parque São Luiz), tarifa para expedição de escrituras e 2ª via de títulos de cessão periódica, tarifa de cemitério para reforma ou melhoramento de túmulos, e tarifa para acondicionamento de restos mortais em ossuário individual (DECRETO nº 12.520/2015).

Anteriormente, havia terrenos nos cemitérios destinados especificamente às crianças cascavelenses. Estas eram enterradas em seções separadas dos adultos e o tamanho da sepultura era de acordo com a estatura do corpo.

Todavia, é possível perceber uma semelhança entre essa prática com a narrativa de Ariès (2010). De acordo com o autor, o século XIX foi um marco para a criança, no sentido de que ela finalmente passou a ser considerada um ser diferente de um adulto, passando a ter tratamento diferenciado em todos os sentidos, inclusive na morte.

Em outro estudo sobre a morte, verifiquei que no agreste sergipano também pode ser observada uma distinção com relação aos enterramentos de adultos e crianças. “No caso, as crianças-defuntas, chamadas de anjos, não são sepultadas com os demais. Elas são enterradas em cemitérios especiais, dispostos nas encruzilhadas do agreste” (SANTOS, 2012, p. 12).

No cemitério Central, os terrenos exclusivos para crianças ficavam localizados nas proximidades da entrada principal. Entretanto, a falta de vagas nos cemitérios fez com que essa área (que mais recentemente estava sendo usada para jardins) fosse reaproveitada para a construção de túmulos para adultos.



Figura 10: Túmulos de adultos em construção na área que era utilizada para sepultar crianças. Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 11: Túmulos prontos, na área que era utilizada para enterro de crianças.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Atualmente, nos cemitérios em Cascavel, não existe mais delimitação de espaço destinado ao sepultamento de adultos e crianças, e a morfologia tumular segue o mesmo padrão. Nesse sentido, a mudança do local, a forma e o tamanho tumular para o sepultamento de crianças desencadearam novas práticas culturais e adaptações da sociedade diante da morte.



Figura 12: Túmulo de criança.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Há algumas décadas as famílias cascavelenses poderiam adquirir um jazigo perpétuo. Depois de comprado ele passava a ser patrimônio da família. Hoje, só é possível adquirir em caráter de permissão. Sobre os jazigos perpétuos, observamos no cemitério Central (que é o primeiro cemitério de Cascavel) que anteriormente à criação da ACESC, as edificações tumulares se traduziam basicamente em duas espécies de monumentos: uns pequenos, geralmente destinados ao enterramento de um indivíduo ou casal e outros maiores, onde eram sepultadas pessoas da mesma família, por mais de uma geração, e cuja arquitetura se assemelha às capelas das igrejas.



Figura 13: Túmulo de casal.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

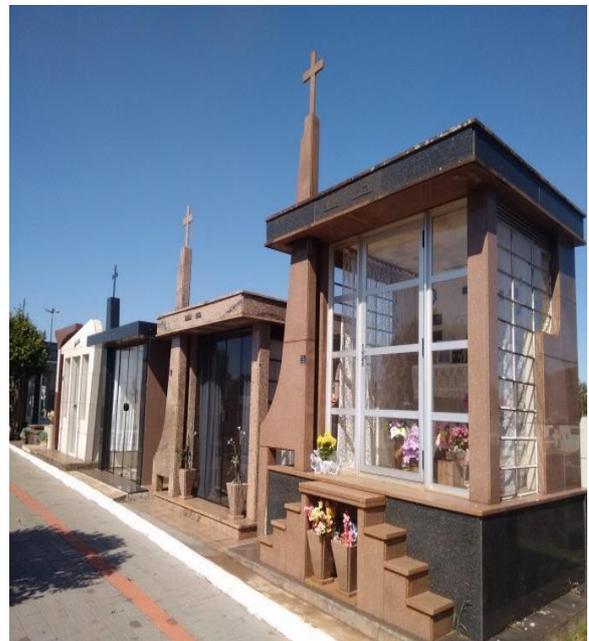


Figura 14: Túmulo familiar.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

O historiador Ariès (2010) conta que no século XIX, era comum o uso de jazigos de família e que esses túmulos coletivos eram construídos imitando as capelas laterais das igrejas. Em meados do século XX, o processo tornou-se banal. Miniaturizou-se a capela, que foi reduzida a uma pequena edícula, conservando, contudo, as suas formas e elementos. A partir desse modelo se originaram os jazigos de família nos cemitérios contemporâneos.

Todavia, Motta (2009) enfatiza que o sepultamento nos jazigos configurava não apenas a necessidade de reunir para todo o sempre, sob o mesmo teto, os mortos da mesma família, mas também o desejo de ostentar posses por meio da

arquitetura suntuosa dos jazigos, que definiam a posição social do morto e de seus descendentes.

Acompanhando as modificações ocorridas, não podemos deixar de falar sobre a falta de terrenos para sepultamento nos cemitérios municipais de Cascavel.

O fato fez com que os administradores da autarquia buscassem outras soluções para atender a demanda, até que fosse liberado espaço para a construção de um novo cemitério. Diante dessa escassez de espaço, novas formas tumulares apareceram, inovando a edificação cemiterial. Foi assim que, no ano de 2006, foram visualizados, no cemitério Central, os primeiros modelos de gavetários que, posteriormente, foram construídos também no cemitério Jardim da Saudade.



Figura 15: Gavetário cemitério Central. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Esse modelo de construção tumular, com gavetas, oferece mais lugares para acondicionamento dos mortos, mas utilizando uma área menor. Representa, desta forma, um grande benefício no reaproveitamento de espaço diante da pequena quantidade de vagas para sepultamentos.

Em relação aos valores cobrados pelos artigos e serviços funerários, destaca-se que os mesmos são tabelados e reajustados em conformidade com o Art. 30 da Lei nº 2.033/89 “os preços dos serviços funerários serão fixados e revistos, por iniciativa do superintendente, e aprovados por Decreto do executivo Municipal, após parecer prévio do Conselho Deliberativo e Fiscal da Autarquia”.



A seguir, após observação direta, descrevo passo a passo como acontece a relação comercial entre os agentes chefes da ACESC (que são responsáveis pela venda dos artigos e serviços ofertados) e as escolhas dos enlutados na ocasião da morte de um familiar, demonstrando como o consumo fúnebre está relacionado à cultura. Por último, retomo a ideia de humanização da morte, sendo apontadas diversas práticas realizadas pela autarquia, as quais demonstram a permanência desse princípio na instituição.

## 2 DA MORTE AO SEPULTAMENTO: A ECONOMIA DA MORTE E SUAS SIGNIFICAÇÕES

Uma vez atestada uma morte no município de Cascavel, iniciam-se os encaminhamentos para a realização do funeral, sendo de responsabilidade dos familiares as providências necessárias para o andamento dos procedimentos burocráticos para viabilizá-lo. Logo, a família deverá providenciar a remoção e o preparo do corpo, bem como adquirir caixão e sepultura, definindo ainda o local onde o morto será velado. Estes são apenas alguns dos primeiros procedimentos necessários para o velório. A família precisa ainda comprar o terreno no qual o corpo será enterrado e pagar as taxas de sepultamento. Há que se pensar também no revestimento tumular, nas lápides, nas placas e outros artigos e serviços que podem elevar os custos com o funeral.

A tomada de decisões referentes aos encaminhamentos do funeral é realizada num momento muito instável em que a dinâmica do sofrimento e da perda se alia ao tempo curto disponível. Afinal, o sepultamento deverá ser realizado em aproximadamente vinte e quatro horas. Neste sentido, observei entre os familiares uma grande instabilidade emocional derivada da necessidade imperiosa de se tomar decisões importantes e definitivas que envolvem os últimos momentos de convívio com o falecido e o destino final do seu corpo. Como explicou Rodrigues (2006, p. 34), “despedir-se de um indivíduo morto é um gesto de exclusão”.

Como em Cascavel não existem empresas funerárias particulares que realizam serviços póstumos, a ACESC cuida de todas as etapas relacionadas ao *post mortem*, ou seja, encarrega-se dos procedimentos que ocorrem desde a morte até o sepultamento no cemitério, mantendo estreito contato com a família e cuidando do corpo. Como numa divisão de tarefas, de um lado encontra-se o pessoal técnico da instituição efetuando todas as etapas de cuidado e de preparação do corpo e, de outro, estão os familiares, que precisam tomar certas decisões a respeito de encaminhamentos da documentação e da compra dos artigos e serviços que fazem parte do ritual fúnebre.

Em razão disso, é possível afirmar que parte do processo é completamente dominada pela instituição, enquanto a família participa da outra parte, escolhendo alguns artigos e serviços disponíveis e pagando pelo velório e o sepultamento. “O

corpo morto, que em outros momentos históricos era de posse da família, tem seu domínio repassado à instituição” (VERAS; SOARES, 2016, p. 234).

Compreendendo que o processo de decisão de compra dos produtos funerários envolve, por um lado, a ACESC e sua filosofia da humanização da morte, e por outro, os enlutados e sua compreensão do que é a morte e a qualidade das relações que tinham com o morto, os fatores que levam à aquisição de determinado produto são complexos. Destaca-se que este processo envolve certos artefatos obrigatórios, como por exemplo, a urna, enquanto que outros são optativos, como a ornamentação e vestes.

De modo geral, tive a percepção de que o rito de morte enquanto processo, está tanto ligado ao fato natural da morte biológica - já que há um corpo em processo de decomposição que precisa desaparecer - quanto à prática cultural que qualifica que tipo de velório e sepultamento será realizado. Diante desta constatação, neste capítulo efetuei uma tentativa de compreender como se dá o processo de consumo funerário mediado pela ACESC através do qual os enlutados escolhem os itens para um velório. Para tanto, serão utilizados conceitos teóricos da antropologia do consumo e o resultado da análise dos dados oriundos da pesquisa de campo, com o objetivo de entender os fatores que levam à determinação dos itens funerários consumidos.

Conforme explicam Douglas e Isherwood (2004), o consumo dos bens deve ser entendido a partir de uma perspectiva cultural. Os bens de consumo têm uma significância que vai além de seu caráter utilitário e seu valor comercial. Essa significância reside, em grande medida, na capacidade que têm os bens de consumo “de carregar e comunicar significado cultural” (DOUGLAS e ISHERWOOD 1978; SAHLINS (1976) *apud* McCracken, 2003, p. 99).

Quando se considera a relação entre pessoas e bens, aliada à capacidade dos bens em carregar significados culturais, concluí que os artigos e serviços fúnebres podem ser entendidos como bens de consumo que expressam os significados de uma cultura. Há que se considerar que as crenças e ritos de morte operam dentro de um campo semântico, ou seja, dentro de um conjunto de sentidos que são socialmente compartilhados (RODRIGUES, 2006, p. 26).

Destaca-se que, sobretudo no Brasil urbano (mais especificamente em Cascavel) o processo público de morte é vivido a partir da dominação das redes sociotécnicas que incluem, entre outras instituições, as funerárias (MATTEDI e

PEREIRA, 2007, p. 320), restando à família a vivência privada da experiência emocional. Ou seja, o processo de morrer se tornou alvo de intervenção especializada sendo sucessivamente ocultado da vista pública e organizado de forma objetiva.

Todavia, mesmo que o “ator-mercado funerário” seja imprescindível na organização do complexo da morte, depreende-se que existem teias ou redes interdependentes, através das quais os sentimentos, as decisões, as ações e as atitudes se realizam e se transformam em resposta à processos e desenvolvimentos sociais mais amplos (KOURY, 2013, p. 82). No que diz respeito às transformações no campo da morte, é possível perceber que estas ocorreram no Brasil através de diversos processos, entre eles, a história da morte, as práticas de higienização e também a secularização. Assim, a construção das novas sensibilidades, associadas à experiência da morte, faz com que alguns fatores diferenciados sejam levados em consideração no momento do consumo dos bens funerários nos dias atuais.

Pelo exposto, procurarei deixar evidenciado que os artigos e serviços oferecidos pela ACESC e conseqüentemente consumidos pelos enlutados durante o velório na cidade de Cascavel se relacionam às práticas culturais historicamente constituídas e também àquelas em processo de constituição. Percebi, por exemplo, que no momento da oferta e do consumo, certos aspectos culturais estão em relevo. Notei ainda que existe uma estreita relação entre os princípios da ACESC e aqueles que as famílias explicitam quando perguntadas a respeito do consumo funerário. É nesta similitude no momento do consumo que os significados se constroem e se reconstroem.

Importante ressaltar que, ao longo do texto, apresentarei vários tipos de dados que confirmam a tese defendida. Durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2017, intensifiquei os trabalhos de imersão no campo, com permanências durante os períodos da manhã e/ou da tarde na ACESC, quando efetuei observação direta de todo o processo de oferta e escolha. Naquela ocasião, realizei observação direta das etapas das vendas. Na medida em que o processo de oferta e de escolha ocorria, as observações eram registradas, anotando-se frases ou palavras-chaves no diário de campo. Também foram efetuados registros fotográficos que serão utilizados para complementar a narrativa. Durante esse processo de observação, presenciei quinze vendas, número este que possibilitou a compreensão de como é realizada a negociação entre os agentes e os familiares enlutados.

Entrevistas com os enlutados e com os agentes funerários (chefes), foram feitas na intenção de reconhecer os fatores que levam ao consumo de determinados artigos e serviços, bem como o significado atribuído aos bens. A entrevista com um agente funerário que exerce a função na autarquia desde a sua fundação também contribuiu significativamente com o objetivo de esclarecer quais eram os artigos e serviços que configuravam a tabela da ACESC naquela época<sup>35</sup>.

Além dos dados obtidos com a imersão no campo, destaco que a argumentação proposta também será baseada na análise de dados documentais, como decretos e leis, tabelas de registro de preços e os contratos de prestação de serviços.

Para uma melhor compreensão, o capítulo está estruturado em três partes. Na primeira delas, serão identificados os artigos e serviços mais consumidos pelos enlutados cascavelenses. Esses dados foram percebidos através da análise dos contratos de prestação de serviços utilizados pela ACESC para a venda de produtos funerários. Cabe ressaltar que a divisão e classificação dos artefatos comercializados em artigos e serviços segue a discriminação da tabela da ACESC, que foi estabelecida em 23 de setembro de 2015, por decreto<sup>36</sup>. O recorte da pesquisa considera os gastos particulares e aqueles cobertos pelos planos funerários de falecidos residentes e domiciliados na cidade de Cascavel<sup>37</sup>. Nesta primeira parte apontarei quais são os itens indispensáveis para um funeral básico atualmente. Através da comparação das tabelas de preços praticadas no ano da fundação da autarquia e a que vigora atualmente, foi possível determinar quais itens foram excluídos ou substituídos. Com esse exercício pretendo entender algumas das transformações ocorridas no mercado funerário, além de verificar a lógica a partir da qual essa mudança acontece.

Na segunda parte deste capítulo, farei uma narrativa de um caso de morte, utilizando, para isso, dados que foram anotadas no diário de campo. Através desses registros procurei descrever de maneira mais geral os preparativos para a organização de um funeral. Ao mesmo tempo, apontarei os critérios citados por familiares e pelos agentes funerários como influenciadores do consumo. Busco, com

---

<sup>35</sup> A primeira tabela da ACESC está reproduzida no anexo 3.

<sup>36</sup> Decreto nº 12.520 de 23 de Setembro de 2015.

<sup>37</sup> Os funerais isentos foram excluídos porque a análise considera os itens escolhidos pelos familiares. No caso dos funerais gratuitos, os familiares não escolhem nenhum dos artigos e serviços pois são padronizados.

isso, demonstrar como essa negociação é estabelecida entre a família e o agente funerário e quais são os significados culturais que agentes e familiares atribuem aos artigos e serviços consumidos. Para a análise dos dados, utilizei a teoria da antropologia do consumo. Afinal, se o consumo é cultural, as relações sociais estabelecidas entre os dois grupos (família e agentes funerários) pode nos dar pistas para compreendermos porque certos itens são vendidos e outros não.

Por último, na terceira parte do capítulo, procurei problematizar a ideia de “humanização da morte” posta em prática na ACESC. Afinal, é justamente no momento do atendimento aos familiares que podemos entender melhor como a questão da *humanização da morte* (que rege os princípios da instituição) funciona na prática.

De um modo geral, o objetivo do capítulo é demonstrar que a morte desencadeia todo um processo ritual que está atrelado ao mercado funerário e, ainda, que o consumo dos artigos e serviços para o funeral é parte integrante desse processo e segue a lógica cultural. Compreender o consumo como prática cultural é dar ênfase aos valores e significados partilhados socialmente no momento da escolha. Neste sentido, os bens que consumimos carregam um significado cultural próprio, através do qual reproduzimos nosso sistema de relações sociais (SLATER, 2002).

## 2.1 OFERTA, CUSTOS E TENDÊNCIAS DO CONSUMO FUNERÁRIO EM CASCAVEL

Fazer um funeral não é uma tarefa fácil e os custos podem variar bastante, dependendo dos artigos e serviços escolhidos pelos familiares. Em Cascavel - como argumentei anteriormente - os cuidados com a disposição do morto no caixão, o próprio caixão e outros artigos e serviços básicos necessários ao funeral são fornecidos pela ACESC. Isto pode ser constatado na lista de bens e serviços oferecidos pela autarquia, na qual constam itens e serviços como ornamentação do caixão, véu, velas, vestimentas, locação de capelas mortuárias, aparadores e resplendor. Além disso, a condução do corpo até o cemitério e o sepultamento também são realizados pela instituição.

Para tentar compreender de que maneira os gestores da autarquia decidem que itens serão oferecidos e também problematizar o processo de consumo realizado nas dependências da ACESC, realizei diversas pesquisas documentais. Inicialmente, efetuei consulta nas tabelas de preços da autarquia, nas quais é possível verificar todos os produtos vendidos. Foram comparadas as tabelas de preços do ano de 1992 com as tabelas atuais. Ao mesmo tempo, consultei os contratos de prestação de serviços que estão arquivados na ACESC, e a partir deles foram inventariados os itens mais consumidos. Com base em todos estes materiais e exercícios comparativos foi possível estabelecer os custos e também compreender as tendências de consumo dos artigos e serviços.

Inicialmente, considerei oportuno realizar uma simulação dos custos fúnebres a fim de comparar os valores gastos em um funeral mais simples e em um mais luxuoso. O objetivo foi demonstrar a destinação dos custos, revelando o quinhão dos valores dos artigos e serviços.

Na ACESC, o funeral mais simples custa em torno de R\$ 3.125,00, sendo: R\$ 110,00 para o transporte e preparação do morto; R\$ 250,00 para a urna modelo assistência sem visor; R\$ 30,00 para as velas; R\$ 25,00 para o véu; R\$ 180,00 para o arranjo de flores; R\$ 60,00 para o aluguel da capela mortuária do Guarujá; R\$ 1.550,00 para o terreno no cemitério Cristo Redentor<sup>38</sup>; R\$ 800,00 para a gaveta simples e R\$ 120,00 para tarifa de expedição de escritura.

Se a opção da família for por um funeral mais sofisticado, as despesas na ACESC podem chegar a R\$ 15.315,00. Neste caso, o que encarece bastante o valor de uma despedida mais requintada é o valor do caixão, que está em torno de R\$ 11.800,00, bem como o aluguel da capela Master, que custa R\$ 700,00. Conforme comentou Gustavo (chefe de plantão): “O valor do funeral varia de acordo com o desejo da família”.

A seguir, alguns exemplos dos gastos relacionados a um funeral mais requintado na ACESC.

---

<sup>38</sup> Note-se que em ambas as simulações, o local de enterro permaneceu o mesmo: cemitério Cristo Redentor. Esta permanência ocorreu porque apenas este cemitério possui terrenos disponíveis para venda na ACESC, de forma mais imediata. Nos cemitérios Central, São Luiz e Jardim da Saudade, que também são administrados pela autarquia, não há mais terrenos disponíveis para comercialização. Nesses cemitérios, os sepultamentos somente são realizados em terrenos que já foram adquiridos anteriormente pelos familiares.



**ACESC**  
 Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel  
 Autarquia Municipal criada pela Lei nº 2033/89 de 04/04/89  
 Rua Do Rosário, 218 - Centro - Cascavel/Pr - Cep 85802-005  
 Fone/Fax: (45)3224-7132 - CNPJ 80.880.883/0001-00

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**      Nº Contrato: **19008**

---

Atendimento:      Data: 17/07/2016      Hora: 00:40  
 Falecido:      Endereço:      Cidade: CASCAVEL  
 Bairro:      Local Sepultamento:      Data Sepultamento:      Hora Sepultamento: 17:00  
 Local Sepultamento:      Cidade: CASCAVEL      Estado: PR  
 Contratante:      CPF/CNPJ: 017.388.013-12  
 Endereço: R. RIO ORIENTE      Bairro: COUNTRY      Cidade: CASCAVEL      Estado: PR  
 Cep:      Telefone:      Profissão: ADVOGADA

Qtde	Ref.	Descrição	Vir. Unitário	Vir. Total
1	035	VEU ADULTO	25,00	25,00
4	034	VELAS	7,50	30,00
1	044	TRANSPORTE E PREPARACAO	110,00	110,00
1	001	URNA MODELO SUPER LUXO (VINTADAVA CER NAT/ENV E	11800,00	11800,00
1	068	ABERTURA E FECHAMENTO SUBTERRANEO SIMPLES	145,00	145,00
1	050	ALUGUEL CAPELA MORTUARIA CENTRAL MASTER	-700,00	700,00
Total do Contrato:				R\$ 12810,00

Nº G.R.	Nº Documento	Forma de Pagamento	Nº Parcela	Vencimento	Total
	CARTAO		1/1	17/07/2016	12810,00
					R\$ 12810,00

Pelo presente instrumento particular, DECLARO ter recebido os materiais e/ou serviços funerários, realizados pela Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel - ACESC, ter conhecimento e concordado com os dados discriminados acima. DECLARO ainda ter conhecimento que deverei efetuar o pagamento antes do sepultamento.

Cascavel, 17/07/2016 06:45:21

Plantonista: augusto.quadros      Assinatura do Contratante: \_\_\_\_\_

Observação: Não há reserva de veículo de transporte (ônibus) para velório.

Testemunha: \_\_\_\_\_      Testemunha: \_\_\_\_\_  
 CPF:      CPF:

Figura 17: Contrato de prestação de serviços da ACESC. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

No contrato acima foram registrados os gastos de um funeral cujo custo total foi R\$ 12.800,00. Este montante foi dividido entre os gastos relacionados aos seguintes artigos e serviços: R\$ 25,00 no véu, R\$ 30,00 em velas, R\$ 110,00 com transporte e preparação, R\$ 11.800,00 na urna modelo super luxo, R\$ 145,00 para abertura e fechamento de subterrâneo simples e R\$ 700,00 na locação da capela Master para o velório.

Comparando os preços dos produtos constantes da simulação realizada para um funeral mais simples com o caso real do funeral sofisticado, observei que o preço do caixão de luxo fez com que o valor pago subisse enormemente. Além do caixão, há que se considerar a diferença gasta com o aluguel da capela de luxo. Conforme pode ser observado, mesmo que o enterro mais simples tenha consumido flores e um terreno no cemitério, os itens de luxo modificam consideravelmente o valor pago.

É fato que a morte chega para todos. Contudo, o valor da despedida pode variar bastante, podendo chegar a um preço relativamente alto dependendo do modelo de caixão, da capela mortuária locada para o velório, do cemitério escolhido, dos adornos e outros artigos e serviços funerários que a família consome no último momento junto ao ente querido. Conforme refere Ariès (2010) uma pessoa mesmo em estado de morto, sofre influência da condição social na qual estava inserida em vida. Os artigos e serviços fúnebres algumas vezes são escolhidos a partir da classe social do morto ou dos familiares.

Dentre os vários documentos referentes à realização dos funerais e que são emitidos pela ACESC, o contrato de prestação de serviços é o formulário mais apropriado para listar os itens oferecidos pela autarquia e para deduzir as despesas pelo ângulo dos consumidores cascavelenses. Neste documento, além de ser possível verificar os dados pessoais do falecido e do contratante, o local do falecimento e a data, horário e local do sepultamento, também são listados em detalhes os gastos dos artigos e serviços consumidos no funeral.

Durante os meses de julho e agosto do ano de 2017, efetuei apurada análise destes contratos na intenção de saber quais são os artigos e serviços fúnebres mais consumidos no mercado funerário da cidade. Cita-se, por oportuno, que esses documentos e formulários referentes ao óbito<sup>39</sup> e ao funeral<sup>40</sup> (após o atendimento

---

<sup>39</sup> Declaração de óbito e Certidão de óbito.

<sup>40</sup> Os formulários emitidos pela ACESC, conforme já mencionado no capítulo um.

realizado aos familiares) são acondicionados dentro de uma pasta de papel na cor azul, de forma individualizada.

Data: 17/16  
**Acesc** Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel  
 Autarquia Municipal  
 Rua do Rosário, 218 - Fone: (45) 224-7132 - CEP 85802-005 - Cascavel - Paraná  
**DOCUMENTOS REFERENTE A FUNERAL**

NOME DO FALECIDO: \_\_\_\_\_  
 IDADE: 86 ESTADO CIVIL: CASADO  
 LOCAL DO VELÓRIO: CAPELA MASTEO  
 LOCAL DO FALECIMENTO: DO. LINA CAUSA MORTIS: NATURAL  
 HORÁRIO DO SEPULTAMENTO: 17:00H DATA: 6/7/16  
 NOME CONTRATANTE: \_\_\_\_\_  
 ENDEREÇO: CASCAVEL  
 FONE COMERCIAL: \_\_\_\_\_ RESIDENCIAL: \_\_\_\_\_ CELULAR: \_\_\_\_\_

PAGO  ISENTO

PARENTE: \_\_\_\_\_  
 FONE COM: \_\_\_\_\_ FONE RES: \_\_\_\_\_  
 CEL: \_\_\_\_\_  
 FALECIDO EM: 5 de 7 de 16  
 CEMITÉRIO: CC-12AL  
 LOTE: 11 QUADRA: 11 BL: \_\_\_\_\_  
 GAVETÁRIO: BL: \_\_\_\_\_ GAVETA: \_\_\_\_\_ QD: \_\_\_\_\_  
 ÓBITO DE OUTRAS CIDADES: \_\_\_\_\_  
FUNERÁRIAS RESPONSÁVEL PELA RETIRADA

Figura 18: Pasta com documentos do funeral.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Ao final do plantão, os agentes chefes encaminham as pastas à administração, e depois de contabilizadas, as mesmas são arquivadas em uma sala específica, dentro de caixas de papelão (arquivo morto). Antes disso, os documentos referentes a cada funeral são separados por mês de atendimento, e posteriormente, de acordo com o cemitério no qual o morto foi sepultado. Destaco que os funerais isentos, os funerais do interior e de outros municípios são guardados em arquivos próprios.

Como a intenção foi identificar os artigos e serviços consumidos pelos familiares cascavelenses residentes nas cidades, levando em consideração as suas escolhas, analisei os itens a partir dos arquivos dos cemitérios Central, São Luiz, Jardim da Saudade, Cristo Redentor e Jardins de Cascavel. Após análise do relatório do setor de contabilidade, percebi que, no período de junho de 2016 a junho de 2017, os meses em que houve o maior número de funerais pagos (particular ou planos funerários) foram os meses de julho de 2016 e abril de 2017. Desta forma, a

análise do consumo foi realizada considerando-se tais meses. No total, analisei duzentos e cinquenta contratos de prestação de serviços, mapeando cada item consumido. A partir dos dados levantados nos contratos, fiz um inventário dos artigos e serviços, tendo sido possível identificar, a partir deste exercício, certas recorrências de consumo.

Através desse levantamento, portanto, verifiquei que os artigos mais consumidos são as urnas, as velas, o véu adulto, o arranjo de flores, o tailleur feminino, o terno luxo masculino, o terreno no cemitério central, o terreno no cemitério Jardim da Saudade e no Cristo Redentor para gaveta e, por fim, a gaveta simples. Já os serviços mais consumidos são os seguintes: transporte e preparação do corpo; aluguel de capela mortuária; abertura e fechamento de subterrâneo mármore; abertura e fechamento de subterrâneo simples; abertura e fechamento de gavetas; abertura para exumação com mais de cinco anos; tarifa de expedição de escrituras e tarifa de expedição de 2ª via de título de cessão periódica.

A análise dos contratos possibilitou que fossem vislumbradas algumas alterações no consumo funerário, bem como algumas recorrências. Como observa McCracken (2003) os bens são uma instância da cultura material que também possibilitam fazer uma discriminação palpável das categorias culturais. Talvez as mais importantes categorias culturais sejam aquelas que segmentam a comunidade humana em distinção de classe, status, gênero, idade e ocupação (McCRACKEN, 2003, p. 101). O autor enfatiza ainda que os bens são instrumentos de distinção a partir dos quais as diferenças entre homens e mulheres, jovens e idosos, pai e cidadão, ricos e pobres se tornam produtos das diferenças codificadas e decodificadas pelos significados das mensagens que os bens trazem consigo e são relativos à cultura de determinada sociedade. Através de sua posse e uso, como algo compartilhado, os indivíduos definem-se culturalmente.

A partir dos exercícios comparativos entre as tabelas de preços e os contratos de prestação de serviço, pude compreender que o conjunto de itens ofertados pela autarquia sofreu alterações ao longo do tempo. Acredito que estas alterações refletem transformações culturais e demonstram o processo de adaptação da instituição a estas transformações.

Comparando a tabela da ACESC anexada ao Decreto nº 3.491, de 13 de Outubro de 1992 e a tabela de artigos e serviços vigente, verifiquei que alguns dos

artefatos fúnebres que eram comercializados na ocasião da fundação da autarquia, foram suprimidos.

Dentre as supressões estão artigos e vestuários considerados opcionais ou que a autarquia não teria condições materiais<sup>41</sup> de fornecer. Por exemplo, na tabela inicial da ACESC podia ser observada uma distinção em relação aos artigos infantis. Existiam artigos específicos para os adultos e para crianças. Havia coroas de carvalho, de lata, de plástico (adulto e infantil) e de metal (adulto e infantil). As vestimentas disponíveis eram calça e camisa (avulsos), calcinha e par de meias (adulto e infantil), manto adulto e camisola (adulto e infantil). De acordo com um dos agentes responsáveis pelas vendas, “a camisola era a mesma coisa, a espécie de uma túnica, era só isso que vestia” (JORDÃO, 21/10/17). Também era comum a venda de véu e gaveta infantil. A coroa de flores<sup>42</sup> foi outro item suprimido da tabela.

Se diversos itens foram suprimidos da tabela de venda, outros itens foram apenas substituídos. Por exemplo, durante a mesma entrevista, o agente citou que o tipo de flor utilizada para ornamentar os caixões sofreu alteração ao longo do tempo. Naqueles primeiros anos, a ACESC oferecia *palma* para a decoração das urnas. Já no final da década de noventa, o crisântemo substituiu a palma como opção de flor utilizada para decoração dos caixões. Ou seja, a palma foi usada pela ACESC para ornamentação dos caixões por quase uma década.

O uso da palma nos funerais daqueles primeiros anos não é exclusividade dos funerais da região. Conforme observou Ewbank Rodrigues (1997, p. 196), as folhas de palma eram colocadas entre as mãos das mulheres defuntas no Brasil durante o século XIX: “braços cruzados e as mãos descansando no cotovelo oposto [...] as mãos fechadas como em adoração, com folhas de palmas entre elas”. Segundo Bellomo (2008), na concepção dos cristãos católicos, a palma possuía um significado que geralmente estava associado à vitória, pois tinha relação com a passagem bíblica da entrada de Jesus em Jerusalém, representando ainda o renascimento.

O exercício de comparar as tabelas antigas das atuais trouxe a percepção de que os artigos e serviços mais vendidos atualmente já eram vendidos desde o

---

<sup>41</sup> Este ponto será abordado em específico no capítulo três.

<sup>42</sup> As coroas de flores serão analisadas no capítulo três.

momento da fundação<sup>43</sup> da ACESC. Assim sendo, estes artigos e serviços representam aspectos tradicionais do mercado funerário e itens indispensáveis para um velório básico. De acordo com os servidores da autarquia que serviram de informantes para essa pesquisa, os produtos e serviços oferecidos para um funeral simples são aqueles que são fundamentais no momento de uma morte. Ou seja, há certos artefatos considerados como indispensáveis e que não poderiam deixar de ser consumidos no evento funerário. Saliento que a ideia de item básico ou fundamental, como se verá adiante, não diz respeito apenas a um aspecto puramente utilitarista dos objetos. Afinal, a demanda por determinado consumo surge como “uma função de uma série de práticas e classificações sociais, em vez de uma misteriosa revelação das necessidades humanas ou de uma redução de um desejo universal e voraz por qualquer coisa que, por acaso, esteja disponível” (APPADURAI, 2008, p. 46).

Quando pude analisar mais detidamente o processo de venda, percebi certos detalhes instigantes no que diz respeito aos tais itens indispensáveis. Observei, por exemplo, que no momento da venda dos artigos na ACESC, certos itens são negociados e escolhidos, enquanto outros são simplesmente adicionados à lista. Estas particularidades serão objeto das próximas reflexões, no intuito de se identificar quais são os critérios, os fatores e os significados culturais atribuídos a alguns desses bens de consumo a partir de um processo de negociação presenciado no campo. Para isso utilizarei os relatos de outros casos, bem como algumas conversas com os agentes chefes da ACESC, visando a comparação de dados. Como o leitor poderá observar, o processo de consumo funerário que ocorre na instituição envolve diversos elementos além daqueles que dizem respeito apenas ao preço dos produtos e serviços.

## 2.2 O PROCESSO DE ESCOLHA: OFERTA E SIGNIFICAÇÕES DO CONSUMO FUNERÁRIO.

Foi numa tarde de segunda-feira que Simone chegou à ACESC acompanhada do esposo para encaminhar o funeral de sua avó, uma senhora de

---

<sup>43</sup> No próximo capítulo serão identificadas as inovações referentes aos artigos e serviços funerários que não são ofertados pela ACESC.

noventa e um anos de idade que havia falecido às 16h25min, em uma Unidade de Pronto Atendimento de Cascavel (UPA). A causa da morte foi infecção pulmonar. Como não trouxe consigo a declaração de óbito, ela foi orientada pelo chefe do plantão a retornar à UPA para pegar o documento, assim como também foi esclarecida sobre a possibilidade de providenciar uma roupa para vestir a morta. Nesse intervalo, os agentes funerários indicados pelo chefe do plantão realizaram o traslado do corpo para a ACESC.

Antes de sair, Simone e seu esposo quiseram saber qual das capelas era melhor para realizar o velório. O agente respondeu que, como a capela Master estava sendo usada, estaria disponível a capela A, e que esta seria a segunda melhor em termos de conforto. Então os familiares pediram para reservá-la, informando que a locariam.

Como se verifica na história real reproduzida acima, a escolha da capela para o velório ocupa lugar de expressiva preocupação na vida dos familiares, pois é inegável que a existência de um local específico para o velório tornou-se imprescindível por se tratar de uma tendência dos rituais de enterro a “evitação” do velório em casa.

Destaco que a ACESC disponibiliza, no perímetro urbano, quatorze capelas divididas por tamanho e comodidades. A construção das capelas é realizada pela autarquia, que busca disponibilizar os produtos e serviços básicos no caso de falecimento, e ao mesmo tempo demonstra toda uma preocupação com o conforto daqueles que passam por este momento de ruptura.

Entre os produtos e serviços disponibilizados juntamente com a capela, estão os seguintes: ar-condicionado, quarto com duas camas, banheiro privativo, copa com fogão, pia, armário, geladeira e bebedouro com água. Também são disponibilizados copos descartáveis, sabonete líquido, papel toalha e papel higiênico. Entretanto, os utensílios domésticos como chaleira, bule, garrafa térmica para fazer café bem como os produtos para preparação da alimentação devem ser providenciados pela família.

No levantamento realizado nos contratos de produtos e serviços fúnebres, percebi que a grande maioria dos familiares escolhe as capelas mortuárias centrais A, B e C, que são locadas por R\$ 275,00, R\$ 135,00 e R\$ 170,00, respectivamente. A partir dos relatos a seguir, podemos perceber que fatores como localização,

praticidade e comodidade foram os mais referidos pelos entrevistados para locação das capelas centrais para a realização do velório dos parentes.

Nós optamos pela capela por ser mais acessível e então todas as pessoas sabiam onde era e por ser mais prático também. Por praticidade mesmo (HELOÁ<sup>44</sup>, 04/08/17).

Porque a capela central é bem acomodada pelo seguinte, quem vem de ônibus é fácil localizar. Quem vem de outra cidade é fácil de achar. Então a gente decidiu fazer na capela pra que ficasse perto pra todo mundo (ANTONY<sup>45</sup>, 02/08/17).

Foi lá na capela da ACESC. Hoje em dia ninguém faz mais velório em casa, por causa de espaço. Lá fica mais confortável (ELISA<sup>46</sup> 03/08/17).

Outro fator que emergiu durante as entrevistas foi que cada vez menos os familiares suportam realizar o velório em casa, seja por motivo de espaço, comodidade e conforto, seja para evitar a associação desse momento de tristeza pelo falecimento do ente querido ao espaço doméstico. Conforme falou Antony “nós não queríamos a imagem da minha mãe, no caixão, em casa”.

A produção de lugares específicos para o velório está diretamente associada às novas sensibilidades em relação à morte. A partir da perspectiva da higienização, os mortos devem ser afastados dos vivos, evitando-se assim a contaminação dos espaços e o risco de se contrair doenças. Nesse sentido, o deslocamento do velório foi na intenção de mudar as circunstâncias estruturais dos espaços, não com objetivo de afastar os vivos dos mortos, mas envolver a questão da salubridade.

Para Foucault (1984, p. 93),

salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde.

---

<sup>44</sup> Vendedora, 22 anos.

<sup>45</sup> Empresário, 45 anos.

<sup>46</sup> Cabeleireira, 43 anos.

Embora os números de locações comprovem que a grande maioria dos familiares prefere realizar o velório nas capelas, os dados encontrados nos contratos de prestação de serviços demonstram que algumas famílias ainda mantêm o costume de velar o defunto na própria casa do falecido. Ao questionar uma informante sobre o motivo pelo qual seu avô havia sido velado em casa, foi-me dito que tal decisão ocorreu em respeito ao desejo que ele havia manifestado em vida. Neste caso, deve-se considerar que a decisão de não utilizar a capela seguiu um pedido expresso do falecido.

Ele não queria ser velado na capela. Ele queria ser velado em casa. Porque ele dizia assim que como ele sempre viveu ali, o último dia ele queria estar na casa dele também. Ele falou que como ele viveu toda a vida dele naquela casa, ele no último dia, no dia da partida dele, ele queria estar naquela casa também. Não queria ser velado na capela (MARISE, 03/08/17).

No que diz respeito ao valor de locação das capelas mortuárias, percebi que a mais cara de todas é a capela Master, que pode ser locada por R\$ 700,00. Para se ter ideia sobre os números de uso da capela Master em relação ao número de velórios realizados nas capelas com preços mais populares, analisei o total de locações realizadas no mês de julho de 2016. Tal levantamento apontou que oito pessoas foram veladas na capela Master e setenta e nove nas capelas centrais e nas descentralizadas.

Quando perguntei aos agentes da ACESC sobre os motivos levados em consideração pelos familiares na escolha desse consumo, os vendedores foram unânimes nas respostas. A escolha pela capela Master é feita porque é a maior em tamanho e acomoda um número maior de pessoas e também pelo conforto que oferece, tanto aos familiares quanto aos demais participantes do velório.

Locam para o conforto da família. Por questão do dormitório, espaço para o velório, a cozinha dela é bem mais equipada, tem micro-ondas, tem filtro de água melhor e é separada. Não é muito próxima a ala do velório. Ela tem três banheiros então o fluxo de gente para os banheiro é melhor, porque as outras tem um só e ela tem três. Tem uma área reservada também que é tipo uma salinha de estar. Mas é mais pelo conforto mesmo. O preço é bem diferente, dá R\$ 425,00 de diferença da capela mediana para a máster. É R\$ 700,00 o aluguel de uma e a outra R\$ 275,00. Então dá uma diferença. Mas a área de velório dela é bem melhor (NELSON, 02/12/17).

Basicamente um único motivo, muita gente vai vir para o velório. E ela é a maior que a ACESC tem. Basicamente esse é o motivo que os familiares comentam durante a escolha. É que vai vir muita gente para o velório (VERÔNICA, 03/12/17).

As famílias locam a capela Master pelo tamanho e pelo conforto, pelo número de conhecidos que o falecido tinha e que virão ao velório dele (JULIANO, 30/11/17).

Confirmando a fala dos agentes, o relato de uma enlutada que locou a capela Master para o velório da sua irmã também indicou os mesmos motivos. Quando perguntei por que havia locado aquela capela para velar o corpo, ela respondeu:

A nossa família é muito grande. O grau de conhecimento entre parentes e amigos também, a gente tem muitos conhecidos. A gente teve muito amigo que veio ao velório. Então em virtude de ser uma capela maior e obviamente durante a noite, na madrugada, dá maior conforto. Porque tava uma noite fria. Ela faleceu dia três de maio então tava frio. Em virtude disso. Porque a capela ela tem maior conforto e ela é a maior, né? Então assim, tava bem lotada, bem cheia mesmo (ROSANI, 02/08/17).

A escolha da capela Master para realização do velório é um dos vieses pelo qual o universo social do morto pode ser identificado, sendo, portanto, a necessidade social do consumo do conforto, associado aos valores simbólicos atribuídos a esse produto como a distinção social e o status (YACCOUB, 2016). O número expressivamente maior de locações ocorridas nas outras capelas remete ao fato de que, embora a capela Master seja a maior e mais confortável, nem todos podem realizar um velório neste recinto. Entretanto, deixando de lado o preço, posso enfatizar que a questão da preferência pela realização de um velório fora de casa é quase unânime entre os enlutados, assim como no caso de Simone.

Seguindo com a narrativa, aproximadamente uma hora depois Simoni e o esposo retornaram à ACESC, acompanhados por uma prima. Simone carregava uma sacola com a roupa e os documentos pessoais da morta, além da declaração de óbito preenchida pelo médico assistente da UPA.

Independente da causa da morte, a declaração de óbito é o documento necessário para que os familiares iniciem os preparativos para o funeral. Como destacou Vicente da Silva (2011, p.139), “a prática contemporânea dos “rituais de morte” se estabeleceu a partir de procedimentos burocráticos obrigatórios que fogem ao controle de qualquer comunidade ou grupo religioso”.

Logo, a partir da apresentação desse documento, os familiares foram conduzidos pelo agente chefe à sala de atendimento, para que fossem iniciados os encaminhamentos para funeral.

Ao iniciar o atendimento, Simone informou ao agente que sua avó seria sepultada no cemitério Central porque ela mesma era proprietária de um terreno com gaveta lá. Nesse momento, apresentou ao agente o título de cessão periódica que comprovou a posse da propriedade. Morais (2009) observou que o ato de adquirir antecipadamente a concessão de um terreno em cemitério está relacionado à preocupação da sociedade com o destino do corpo morto, sendo esta uma característica que motiva o consumo, pois está intimamente relacionada ao receio de que o corpo seja sepultado em covas rasas ou que não possa sequer ser identificado, lembrado ou cuidado. Como procuraremos demonstrar no capítulo três, a preocupação com o destino do corpo do morto também dá origem a outras práticas de consumo funerário.

Prosseguindo o atendimento, o agente funerário preencheu uma espécie de ficha cadastral na qual constava o número do atendimento, data, número da declaração de óbito, tipo de funeral (pago, isento ou de plano), identificação da falecida (nome, sexo, cor, data de nascimento, idade, naturalidade, estado civil, escolaridade, religião, profissão, endereço, nome do cônjuge, número de filhos, número de documento de identidade, etc.), dados do óbito (data, hora, local, cidade e estado onde ocorreu o falecimento, data, hora, local, lote, quadra e cidade onde o corpo seria sepultado, e o local do velório) e também os dados do familiar declarante, neste caso a neta.

Em seguida o agente perguntou se o sepultamento aconteceria no dia seguinte. Após confirmar que sim, Simone se voltou ao esposo e lhe perguntou que horas poderia ser o sepultamento, se às duas ou às três horas (da tarde). “Não sei se os parentes vão vir para o velório”, comentou. A realização dos velórios são ocasiões em que se estabelecem espaços de sociabilidade. É o momento em que se reúnem os parentes, amigos e conhecidos para prestar solidariedade à família e também homenagens ao morto. O agente orientou os familiares, informando que se quisessem alterar o horário do sepultamento não teria problema algum e que poderiam ajustá-lo, com aviso prévio ao plantão. Então os familiares decidiram deixar estipulado para às três horas da tarde do dia seguinte.

Decidido o horário, passou-se para a escolha da urna, que tem um lugar privilegiado nas escolhas familiares, em relação a todos os outros itens consumidos. Digo isto porque a sua aquisição deve ser realizada independentemente do tipo de disposição final do corpo, seja qual for o sepultamento, se em cemitério ou cremação. A urna representa a definição do espaço no qual o corpo do falecido será acondicionado e apresentado aos seus afins durante o velório (NEVES, 2014). Somada ao corpo morto, a urna representa o aspecto tangível da morte, para além do seu uso prático (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004) e a escolha do modelo é considerado o pior momento para os familiares durante os encaminhamentos do funeral (NEVES, 2014).

Dada a importância da escolha da urna no processo funerário, na ACESC existe um ambiente exclusivo para a exposição deste item. No mostruário, podem ser observados mais de vinte modelos dispostos em pé, lado a lado, fechados e com o preço fixado na tampa, em ordem crescente de valor.



Figura 19: Mostruário dos modelos de urnas. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Para realizar a venda, o agente convidou os familiares a se encaminharem até a sala onde estavam expostos os modelos de urnas para que eles primeiramente fizessem a escolha deste item.

Quando entraram na sala, os familiares ficaram parados por alguns momentos e deram uma olhada rapidamente em todas as urnas. O esposo de

Simone perguntou ao agente: “o preço tá neles né?” O agente respondeu que sim. Então o esposo voltou a questionar “e tem despesa de caixão, vela?”. Ao que o agente responde: “Tem despesa de caixão, capela, véu, velas e as flores dentro do caixão se vocês forem fazer com crisântemo”, responde o agente. E mais uma vez é indagado pelo esposo “você tem mais ou menos o que gasta nisso, fora o caixão?” “Depende do que vocês escolherem, daí eu já passo item por item pro senhor”, mas o mais caro é o caixão, frisa o agente que em momento algum interfere na decisão de escolha dos familiares.

Neste momento ficou evidente que existe uma estratégia de exposição das urnas disponíveis na ACESC. As urnas com preços intermediários são colocadas em posições privilegiadas, como uma estratégia para evitar negociações indesejáveis. Afinal, o momento da morte é um momento delicado para a família, que deve ser deixada à vontade para efetuar suas escolhas. O fato de se deixar a família na sala para observar e decidir pode ser uma conduta para evitar constrangimentos no que diz respeito aos preços.

O ato de consumir artigos fúnebres está relacionado a um processo no qual as categorias sociais são repetidamente definidas, afirmadas e redefinidas. As escolhas de consumo refletem julgamentos morais e valorativos culturalmente dados, carregam significados sociais de grande importância, dizendo algo sobre a pessoa morta, sua família e suas redes de relações (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004).

Os familiares ficaram alguns momentos olhando para os modelos de urna, principalmente aquelas com os preços mais baixos. O diálogo produzido entre Simone e seu esposo no momento da escolha do caixão é bastante elucidativo dos motivos que levam ao consumo de determinado item em relação a todos que estão sendo ofertados pela ACESC.

O esposo disse: “com imagem (sacra) assim acho que não”. Simone olhou as urnas à sua esquerda e disse: “aqui é tudo caro”. “Com bíblia assim, acho que não”, falou o esposo e sugeriu que comprassem a urna popular sem visor, no valor de R\$ 500,00, porque “tá bonita e barata”. Em seguida deu três batidinhas com a mão fechada sobre a tampa do caixão. “Mas essa aqui não tá melhor? Mais clarinha, tá mais bonitinha”, falou Simoni, apontando para a urna popular com visor no valor de R\$ 900,00. “Só se for esse claro, então. Porque o outro é mais chinfrim. O que você acha?”, “eu acho que aquela ali tá bom. É o preço que tá ali né?”, questionou o

esposo. E com a afirmação do agente decidiu, “então pode ser esse de novecentos pila”.

Baseando-me neste e em outros casos presenciados, concluí que os principais critérios para a aquisição da urna são a beleza, a cor, a qualidade e o valor. A seguir cito algumas das respostas que obtive nas entrevistas:

A gente procurou um de cor mais clara que daí a minha vó gostava de cores mais claras. E daí foi escolhido um caixão mais clarinho (ALINE<sup>47</sup>, 03/08/17).

Foi um médio, porque não foi tão ruinzinho (ADELINA, 01/08/17).

Meio termo. Em torno de uns mil reais (VANDER, 01/08/17).

Com relação às urnas, através da pesquisa nos contratos de prestação de serviços constatei que, apesar das variações de qualidade e preço, o modelo popular com visor e alças tipo varão no valor de R\$ 900,00 se destaca como o mais consumido. A explicação para essa predominância no consumo está associada ao seu preço, mas, sobretudo, ao fato de que todos os planos de assistência funeral<sup>48</sup> incluem esse modelo como padrão em seus pacotes.

---

<sup>47</sup> Caixa, 30 anos.

<sup>48</sup> Os planos de assistência funeral serão discutidos no próximo capítulo.



Figura 20: Urna mais vendida na ACESC.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Conforme apontou o agente funerário chefe de plantão na ACESC.

Essa urna é mais vendida pelo valor e também porque todos os planos usam ela como “carro chefe”, Pax, Prever, Umuprev, etc. todos eles usam essa. Uma das causas seria essa e porque ela é uma urna bonita. Não sei se é bonito caixão. E o preço acessível. Porque depois dela eu só vou ter urna de mil e quinhentos, daí seiscentos e setenta, novecentos, que seria a 010 (dez significa o valor de referência) e depois, posteriormente a de mil quinhentos. Então os familiares pra não pegar a outra que vai custar seiscentos reais a mais, optam por pegar essa de novecentos, os familiares, particular. Porque dos planos, já é padrão de todos eles. (GUSTAVO, 05/09/16).

Sobre a urna oferecida pelos planos, conversando com uma informante, ela disse que no funeral do seu avô foi optado pela urna oferecida pelo plano porque “era um caixão bem bom e bem bonito” (MARISE, 03/08/17)<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> Vendedora, 38 anos.

Os aspectos que justificam a escolha do caixão podem ser compreendidos se levarmos em consideração o que nos diz McCracken (2003), explicitando que os critérios culturalmente estabelecidos são transferidos para os bens de consumo e informam o processo de aquisição. Neste caso, os critérios “qualidade e beleza” são adicionados ao critério “preço”, para produzir o maior consumo do caixão de novecentos reais.

Como demonstrei no capítulo um, no Brasil, o caixão individual passou a ser um item obrigatório no ritual funerário ao longo do século XIX, por razões político-sanitárias de respeito aos vivos, já que com a crescente higienização dos cemitérios seria necessário evitar a contaminação do solo. Neste caso, um caixão de melhor qualidade protegeria tanto o corpo do morto quanto o meio ambiente.

Durante as entrevistas, ouvi o relato de uma informante que vivenciou o período em que o caixão era utilizado só no momento do transporte do morto para a sepultura, durante o velório o corpo dispensava o caixão e o defunto era colocado sobre uma tábua, coberto por um lençol. De acordo com a fala:

Antigamente quando eu era criança, quando morria colocava em cima de uma tábua, só vestido com um lençol por cima até chegar a hora de velar, a hora de enterrar. Daí chegava o caixão, colocava dentro, antigamente né. Agora hoje, ainda bem que tem, senão já pensou? (ADELINA<sup>50</sup>, 01/08/17).

Entre as urnas disponibilizadas, observamos também que a segunda mais consumida é a popular com visor e alças parreira, no valor de R\$ 670,00, seguida pelas ilustradas com bíblia dourada e imagens sacras, que custam R\$ 1.540,00 e R\$ 2.850,00 respectivamente. Conforme relatou Antony<sup>51</sup>, ele adquiriu uma urna com a imagem de Nossa Senhora Aparecida para sua mãe, porque ela era devota da santa.

---

<sup>50</sup> Aposentada, 57 anos.

<sup>51</sup> Empresário, 45 anos.



Figura 21: Urna mensagem bíblia dourada.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 22: Urna semiluxo com imagem sacra.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Embora não seja minha intenção analisar o aspecto religioso nesta dissertação, como se verá, este é um componente central para a significação da morte. Diversos produtos e serviços carregam significados associados à religiosidade dos mortos e dos seus parentes, e são componentes influentes no consumo funerário. Nesse sentido, podemos considerar que a escolha de um caixão estampado com um símbolo religioso se explica a partir de um sistema de significados que é suprido pelo aspecto simbólico da crença (McCRACKEN, 2003).

Seguindo com o atendimento de Simoni e seu esposo, o agente convidou os familiares para ir até a sala de preparação do corpo para que estes fizessem o reconhecimento. Antes de sair, o agente fez questão de enfatizar que lhe acompanhassem somente quem assim o quisesse. Chegando à sala, o agente levantou o lençol azul em TNT<sup>52</sup> que cobria o corpo empalidecido da senhora, a qual se encontrava com a boca e olhos entreabertos, deitada dentro de uma urna de

<sup>52</sup> TNT é um tipo de material classificado como um não tecido. É produzido a partir de fibras desorientadas que são aglomeradas e fixadas, não passando pelos processos têxteis mais comuns que são fiação, tecelagem e malharia.

remoção disposta sobre uma maca de elevação. Sem tocar a avó, a primeira reação de Simone foi perguntar ao agente: “e aqui tem como arrumar a boca dela?”, “é fechada a boquinha, o olhinho, tudo”, respondeu o agente. “Mas dá pra ajeitar assim pra ficar mais bonito?”, perguntou novamente Simoni. “O lábio dela é fino, mas dá pra fechar. Fica melhorzinho”, enfatizou o atendente.

Durante o trabalho de observação direta presenciei diversos atendimentos de venda nos quais a preocupação com a aparência do corpo do morto mostrou-se um fator de grande tensão. A busca por uma imagem do morto semelhante à imagem que ele tinha quando vivo é praticamente uma unanimidade. Seguindo esta tendência, a ACESC oferece serviços básicos que visam a preparação mínima do corpo do morto para o velório, tais como tamponamento dos orifícios com algodão, limpeza e vestimenta do corpo.

Em relação aos trabalhos de preparação do corpo morto para o velório, os enlutados almejam obter uma “naturalidade” baseada na mesma aparência que o cadáver tinha em vida. O velório é a única etapa do funeral em que o corpo do morto, arrumado, estará exposto junto aos seus familiares, amigos e conhecidos. A preparação visa o consumo de uma aparência, de uma naturalidade específica (NEVES, 2014). Essa naturalidade é informada pelas novas sensibilidades da morte que tendem a produzir um morto com a aparência cada vez mais parecida com a de um vivo.

Mas se os recursos estéticos amenizam e diluem o aspecto repulsivo da morte materializada no cadáver (MORAIS, 2009), a imagem da face da pessoa morta e a maneira como se apresenta a mesma aos participantes do velório são importantes, em particular no que tange aos aspectos da memória. Nesse sentido, a preocupação da família em ajeitar a boca e os olhos, teve como intuito amenizar as marcas desagradáveis do cadáver, fazendo com que a face parecesse recomposta e serena<sup>53</sup>.

De acordo com Vicente da Silva (2013, s/p),

[...] a face do morto pode revelar dados morais da trajetória cristã daquela pessoa e confirmar seu destino póstumo. A expressão do rosto morto é lida como a marca do momento decisivo da sua morte,

---

<sup>53</sup> No próximo capítulo haverá outros critérios de preocupação com aparência sendo analisados.

quando o indivíduo foi definitivamente julgado. Ao encontrar a “face feliz” certa tranquilidade toma conta dos enlutados.

Feito o reconhecimento do cadáver, os familiares foram convidados pelo agente para que se dirigissem mais uma vez até a sala de atendimento para terminarem a aquisição dos artigos e serviços do funeral. O agente prosseguiu lendo e marcando a lista dos produtos que seriam consumidos: “então novecentos reais que é a urna, vinte e cinco reais o véu, trinta as velas, cento e oitenta reais das flores, vai ter a despesa da capela, duzentos e setenta e cinco e só. A roupa vocês trouxeram né? confirmou o agente com a neta que comentou que haviam trazido um vestido vermelho, por pedido da sua avó.

Como o leitor poderá recordar, durante as primeiras conversas com Simoni e o esposo, o vendedor fez questão de alertá-los sobre o fato de que poderiam providenciar a roupa com a qual a avó falecida pudesse ser enterrada. O alerta feito pelo agente se explica pela situação recorrente de enlutados que preferem enterrar seus mortos com uma roupa que já pertencia ao próprio falecido. No entanto, analisando os números dos contratos de prestação de serviços, verifiquei que um número expressivo de enlutados também compra vestes na ACESC.

No Decreto nº 12.520/2015 existe a previsão para a vestimenta do morto. As roupas fúnebres comercializadas pela ACESC custam R\$ 180,00 e são de dois tipos: para os homens existe o terno, disponível nas cores preto, azul marinho, cinza e caqui, de vários tamanhos. Além do paletó e da calça, este terno vem complementado com uma camisa branca, uma gravata (de vários tipos e cores), uma cueca e um par de meias. Em relação à vestimenta feminina, há a oferta de um conjunto, tamanho único, com os seguintes itens inclusos: blazer, saia, blusa, calcinha e meias, nas cores azul claro, branco, lilás e bege. “O terno preto é o mais vendido, e quanto à veste feminina, a cor branca é a preferência”, relata Nelson, chefe de plantão.

No Brasil, foi a partir de 1850 que o uso das mortalhas de santos ou de cores que vestiam os mortos foi sendo gradativamente substituído pelos “melhores trajes ou as roupas do uso” (RODRIGUES, 1997, p. 197). Seguindo os atendimentos e ouvindo os enlutados, ficou evidente que na contemporaneidade as pessoas não acreditam mais que o tipo de roupa com a qual o morto é vestido para o funeral influenciará na sua passagem para a outra vida. No entanto, mesmo que a questão

religiosa não seja recorrente, notei que há grande preocupação com a identificação do falecido através da vestimenta.

Para se ter uma ideia mais precisa de como se vestem os cadáveres cascavelenses, examinei os contratos de prestação de serviço da ACESC referente ao consumo das vestes oferecidas. Nestes formulários, nem sempre consta o tipo de roupa usada pelo defunto, mas, através deles, foi possível selecionar informações a esse respeito, e a constatação a que cheguei é que num total de noventa e seis mortos, trinta e dois usaram as vestimentas comercializadas pela ACESC, sendo catorze mulheres vestidas com *tailleur* e dezoito homens com terno luxo. Ou seja, um terço dos mortos foi enterrado com vestimentas compradas. Diante destes números, depreende-se que, mesmo os enlutados trazendo as roupas de casa, o oferecimento da vestimenta entre os produtos da tabela da ACESC se justifica como um item básico, pelo fato de alguns mortos ainda serem enterrados com ele.

Então, como ela estava muito inchada, em virtude de ela ter ficado muito tempo hospitalizada, as roupas dela normal, não coube. Então a gente teve que comprar. A gente pegou roupa da ACESC, mesmo. Um *terrinho* dali e colocou nela (ROSANI, 02/08/17).

Outra situação que presenciei durante as observações, diz respeito ao desconhecimento de algumas famílias em relação ao fato de que poderiam levar de casa as vestimentas para o familiar falecido. Em razão disso, acabam comprando aquelas ofertadas pela autarquia, até por não disporem de tempo para buscar a roupa na residência do morto “vamos pegar essa daqui mesmo porque se nós for em casa pegar uma roupa, vai demorar mais” (DIÁRIO DE CAMPO, 07/10/17).

De toda forma, mesmo que a ACESC ofereça o produto e que haja mercado para esse consumo, o padrão das vestimentas funerárias apresenta semelhanças com o descrito por Rodrigues (1997, p. 197), apontando indícios de que a roupa que os mortos cascavelenses vestem são preferencialmente aquelas que habitualmente usam. A fala da filha de um defunto comprova isso quando se refere ao tipo de veste com a qual seu pai foi sepultado. “Foi uma camisa e uma calça jeans que eram dele. Na verdade, foi solicitada uma peça de roupa e a gente tinha várias roupas né? Então foi pego uma camisa e uma calça dele” (HELOÁ, 04/08/17).

Como defende McCracken (2003), a roupa é considerada uma classe de produto rico em conteúdo simbólico e material. É usada pelos indivíduos como

transmissora de comunicação e definição. Sua materialidade, cor, textura e modelos são carregadas de mensagens culturais. Através das roupas, categoriza-se idade, sexo, gênero, gostos individuais, filiação social e uma infinidade de categorias e princípios culturais referentes a uma determinada organização sociocultural. O vestuário funciona como mídia “para a expressão do significado cultural de acordo com o qual nosso mundo foi constituído” (McCRACKEN, 2003, p. 113).

Por meio das observações e entrevistas realizadas, percebi que ao escolherem as roupas para vestir o morto, alguns fatores são recorrentes: os familiares têm o cuidado em satisfazer os pedidos que foram manifestados em vida ou no leito de morte pelos próprios moribundos, e no caso de não haver manifestação do morto, a preferência é pela roupa que o falecido usava em vida ou aquela que ele vestiu em alguma ocasião especial.

Minha mãe foi enterrada com a roupa de casa mesmo. É que ela sempre quis, falava quando eu morrer eu quero esse vestido, daí foi posto (ADELINA, 01/08/17).

A gente utilizou uma roupa que a gente tinha em casa que ele gostava (MARLA<sup>54</sup>, 24/07/17).

Elas enterraram com roupa mais clarinha porque ela gostava mais assim, daí pegaram um terninho que ela gostava bastante. Um terninho que ela tinha, com uma blusa florida que ela tinha ganhado das noras. Daí foi enterrada com aquela roupa (ALINE, 03/08/17).

Ela queria um vestido azul, que eu comprei quando ela ficou na UTI. Eu acho que ela gostava mais dessa cor, do azul (ELISA, 03/08/17).

Ele foi enterrado com o mesmo terno que ele casou com a minha vó, minha falecida nona também de sessenta anos de casado. Como ela foi enterrada com o vestido de noiva dela, de sessenta anos que ele pediu, então nós achamos assim que ele também teria que ser enterrado com o terno do casamento dele de sessenta anos (MARISE, 03/08/17).

A veste dela, já tinha porque foi usada as dela mesmo (ANTONY, 02/08/17).

Como se pode inferir através das falas dos entrevistados e também da literatura especializada, os gostos, as relações que a pessoa morta tinha em vida influenciam no momento da escolha da roupa com a qual ela será vestida para o funeral.

---

<sup>54</sup> Auxiliar administrativa, 33 anos.

O vestuário fúnebre é rico em representações que vão além da função utilitária de resguardar e proteger o corpo da nudez. A escolha do vestido vermelho para adornar a avó de Simoni carrega aspectos simbólicos, culturais e estéticos que expressam a identidade da falecida. Segundo McCracken (2003), os bens são ricos em significados culturais e emocionais provenientes do processo de interação entre os artefatos, os indivíduos e a configuração sociocultural que os cerca, influenciando diretamente na constituição que caracteriza os indivíduos. Neste caso, entende-se que os enlutados, ao escolherem vestir seus entes com determinados modelos e cores, comunicam algo sobre quem o morto ou a morta era. Compreende-se que a pessoa morta acaba sendo um agente da escolha, influenciando nas negociações dos artigos que serão comprados ou não na ACESC.

Conversando com os agentes responsáveis pelo atendimento, fui informada que no momento da fundação da autarquia havia a oferta de muitos outros itens do vestuário, incluindo itens específicos para crianças.

A respeito das vestimentas infantis, o agente funerário relatou que:

No começo da ACESC, o vestuário infantil nós tentamos, mas era muito difícil, tinha de toda a idade, você não consegue acompanhar. No começo tinha calcinha, vestidinho, coisinha assim, mas depois largamos mão, por que não encaixava na tabela. Por que daí tinha que ter uma loja (JORDÃO, 21/10/17).

Entretanto, quando questionei o agente sobre as razões pelas quais a veste infantil fora retirada da tabela, obtive a seguinte resposta:

Lá na década de noventa, eu enterrei muitas crianças, principalmente com as roupas que os próprios pais usavam neles no dia a dia, mijãozinho, pagãozinho e macacãozinho, a roupinha do batizado que geralmente era branca, então as famílias pensavam em enterrar assim como um anjinho, por causa de ser criança. Era dessa forma que era feito o sepultamento. Aquelas que a ACESC tinha, as famílias não queriam, muitas mães não gostavam, por que eram feias, padrão. E hoje em dia como diminuiu a mortalidade de crianças, a ACESC só tem roupa pra adultos. Porque criança morre, bem pouco (JORDÃO, 21/10/17).

Continuando o atendimento, o chefe do plantão falou: “daí esse valor dá pra fazer parcelado. A vista com dez por cento. Quanto a isso vocês decidem”. Realizando a soma, os artigos e serviços custaram R\$ 1.410,00.

Nesse momento, o agente foi questionado por Simone se no lugar do crisântemo para ornamentar a urna, poderiam escolher outro tipo de flor. “Sim, as floriculturas fazem com outras flores, daí a senhora pede direto com eles. Eles fazem, daí eles vêm e fazem”. Informou também que a ACESC não tem coroas e os arranjos de rosas, gérberas e outros tipos de flores devem ser adquiridos nas floriculturas privadas. Explicou que a ACESC só oferece o crisântemo por que é uma flor mais resistente se comparada com as outras, que são mais delicadas e estragam facilmente. E que se quisessem escolher outras flores não teria problema algum.

Na tabela da ACESC, o arranjo de crisântemos na cor branca é vendido por R\$ 180,00. Assim, procurei compreender os sentidos relacionados à obrigatoriedade do consumo funerário das flores.

Eu acho que por costume, eu acredito que sim. É o costume, a tradição de pôr a florzinha. Tanto que quando alguém opta por não pôr a flor, ele fica meio assim né? Pois o que os outros vão olhar e vão falar. Então é assim, eles colocam porque é um costume pôr a florzinha. Mas é isso, se você for pegar um apanhado bem geral, mesmo as florzinhas não é porque eles acham bonito. É porque é assim, o morto vai estar sem nada lá. Os outros vão olhar e vão dizer o quê? tem uns familiares que até comentam “o que as pessoas vão pensar, fica feio”. Todo mundo coloca então vamos colocar também. Mas é um costume, uma tradição mesmo (VERÔNICA, 03/12/17).

As famílias compram as flores para ornamentar o caixão por tradição. Tradição que foi introduzida no serviço funerário. O arranjo de flor na verdade é uma tradição. Hoje ainda tem os arranjos de flores diferentes, rosas, gérberas que ficam mais legais. O crisântemo é mais tradicional (NELSON, 02/12/17).

Além da tradição, outros princípios também aparecem como centrais para explicar o consumo funerário de flores: proteção para o corpo; seguir o padrão; amor e carinho.

Eu ofereço e peço se a família vai querer ornamentar a urna com flores. E todas as famílias querem. Porque eu acho que é para embelezar (JULIANO, 30/11/17).

Então o arranjo de caixão em todo e qualquer velório que você vai ou funeral tem. Então, vamos dizer assim não seria uma regra, mas é uma tradição (ROSANI, 02/08/17).

A gente vai pelo padrão que a gente conhece, tem que ter as flores (HELOÁ, 04/08/17).

Eu acredito que pra nós a família é pra deixar aquilo ali mais alegre, mais apresentável, não deixar aquele corpo ali sem nada pra proteger, então a flor ali, seria uma forma de proteção em cima do corpo (ROSANI, 02/08/17).

Assim a flor eu acredito que você desperta um sentimento, é o sentimento teu que vai junto. Foi comprado flor, porque é um carinho. Porque se você tem um carinho pela pessoa você sempre dá flores. Eu acho que é um momento de despedida. Se você pode dar umas flores pra ela, eu acho que é um carinho (ANTONY, 02/08/17).

Quando você dá flor pra quem quer que seja, é o sentimento, o carinho que vai né? Como é que se fala. É um bem que não tem um valor material, mas sim um valor emocional (VANDER, 01/08/17).

Acho que é um sinal de amor (MARISE, 03/08/17).

Durante o trabalho de campo e também nas entrevistas, além dos critérios já citados para a escolha das flores, ouvi também alguns enlutados se referirem à preferência da pessoa falecida. Isso pode ser observado na fala de um entrevistado “troquei o crisântemo pela rosa porque foi um pedido da minha mãe. Porque a única coisa que a minha mãe pediu é pra que colocasse rosa no lugar do crisântemo” (EDER<sup>55</sup>, 24/07/17).

No caso do enterro da avó de Simoni, ela e o marido conversaram e decidiram que colocariam rosas para ornamentar o caixão, para ficar mais bonito. Se dirigindo ao agente funerário, o esposo de Simone perguntou “Daí esse valor você desconta? Quanto que você cobra?”. “Cento e oitenta”, ele respondeu.

Considerando a decisão dos familiares em não comprar o crisântemo para ornamentar o caixão, o agente refez o cálculo e o valor do funeral foi de R\$ 1.107,00, que foi pago à vista.

Terminando o atendimento, o agente solicitou à Simone que assinasse os seguintes formulários: contrato de prestação de serviços; informação de óbito; declaração de reconhecimento do corpo; autorização para o sepultamento no terreno de sua propriedade e declaração referente à inexistência de funeral isento

---

<sup>55</sup> Servidor público, 40 anos.

(neste caso, esse último formulário não se aplicava, já que a família não era carente<sup>56</sup> e inclusive já possuía terreno e gaveta no cemitério Central).

Os familiares também foram informados pelo agente que o corpo estaria pronto para o velório a partir das dezenove horas, sendo-lhes reservado o direito de programar o horário do início. Além disso, relacionou as comodidades existentes na capela escolhida.

Finalizada a compra dos artigos e serviços que seriam consumidos no funeral, os familiares foram orientados a encaminharem-se ao cartório para lavrar a Certidão de Óbito, cujo assento é gratuito, e sem o qual não é autorizado nem realizado o sepultamento pela ACESC.

## 2.2 A ROTINA DO ATENDIMENTO HUMANIZADO DA ACESC

A ACESC fica localizada na Rua do Rosário, Centro, Cascavel, Paraná. O seu perímetro é reservado aos pedestres. Os únicos carros que circulam são aqueles que servem ao comércio localizado no mesmo calçadão. Há aproximadamente nove anos, conforme me informou um agente funerário, a rua foi toda remodelada e pavimentada com calçada ecológica tipo *paver*. No seu entorno, além do cemitério Central e do prédio administrativo da autarquia, formou-se uma espécie de centro comercial de artigos fúnebres, integrado por floriculturas e planos de assistência funeral, além de uma loja especializada em fotografias de porcelana e placas póstumas. Flores coloridas contrastam com o verde das palmeiras, das árvores e das plantas ornamentais. Além de uma réplica da *Pietà* - escultura de Michelangelo, um chafariz embeleza a paisagem. No centro do passeio há vários bancos que são utilizados pelos participantes dos velórios realizados nas capelas anexas à área do plantão da ACESC. Mesmo sendo um local onde paira a tristeza e a desolação, é possível perceber que existe um esforço da administração em deixar o ambiente externo bonito e agradável.

---

<sup>56</sup> Família carente, desempregada ou comprovadamente sem recursos, conforme estabelecido pelo decreto municipal nº 2148/90.



Figura 23: Rua do Rosário. Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 24: Vista da entrada do plantão da ACESC. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Ao entrar pela porta de vidro do plantão funerário da ACESC, a primeira visão que os familiares têm é da recepção e da sala de espera, mobiliada com sofá, cadeiras, balcão, televisão, bebedouro, ar condicionado e vaso com planta

ornamental. O espaço foi projetado para não refletir um cenário fúnebre. As únicas referências visivelmente associadas aos serviços da instituição são a tabela de artigos e serviços e um pôster informativo sobre a venda de lotes do cemitério Cristo Redentor.

Jordão (um dos agentes mais antigos) recorda que, desde a sua criação, a ACESC já foi planejada de forma que se distinguisse das antigas funerárias. Uma das características deste planejamento foi a iniciativa de não deixar à mostra os artigos funerários. Ele relatou que, naquela época, as funerárias deixavam expostos caixões e coroas, e quem passasse em frente, se deparava com uma vitrine abarrotada de artigos fúnebres, que em nada atraía a atenção das pessoas. Segundo me contou o agente:

Eu me lembro que até a década de oitenta, noventa, todas as funerárias tinham em seus salões na frente, que eram todas com grandes janelas de vidro, onde da rua podia ser visto caixões expostos, aqueles no pedestal, aqueles de pé apoiada na parede, então todos os caixões ficavam expostos. E além dos caixões tinham algumas coroas também, ficava assim, praticamente como se tivesse tendo um velório. Eu me lembro que muitas pessoas deixavam de passar por essas ruas, justamente pra não ficar vendo o caixão fúnebre, essas coisas (JORDÃO, 21/10/17).

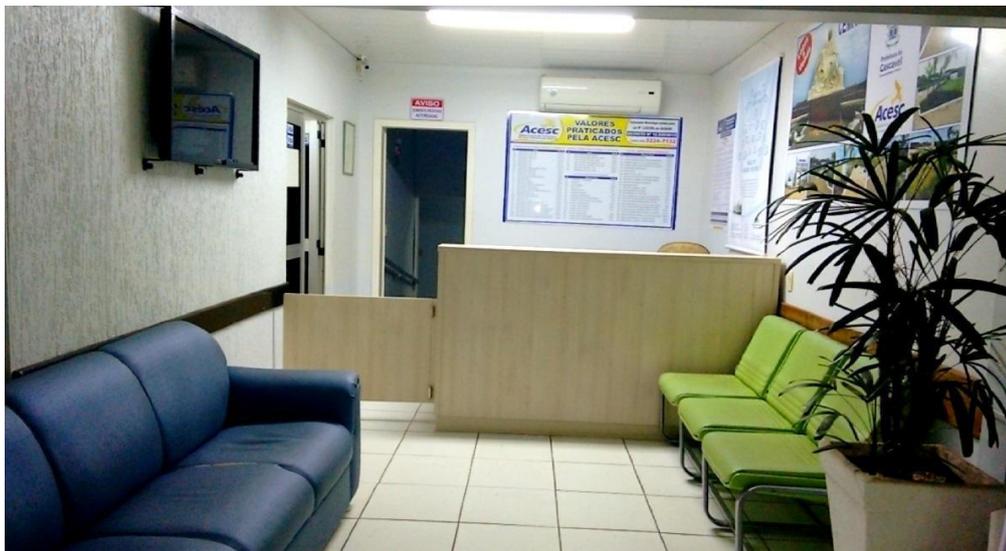


Figura 25: Recepção e sala de espera do plantão da ACESC.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Koury (2014, p. 597) explica que a morte e o morrer vêm sendo retirados sucessivamente dos ritos públicos. Neste processo, os velórios, os funerais e os enterros estão sendo cada vez mais rápidos, já que as expressões desta etapa da

vida são vistas como poluidoras. Expressões públicas tradicionais, como vestir o luto ou, ainda, as abstinências alimentares estão rapidamente desaparecendo. Acredito que o fato da administração criar um ambiente externo que minimize da vista pública as expressões diretamente associadas ao cadáver tem relação com a privatização da morte e com a consideração de que a mesma é poluidora. Ou seja, responde às novas sensibilidades das pessoas em relação à morte, as quais tendem a evitar o confronto direto com este período da vida fora do espaço do rito. Assim, a política de humanizar a morte praticada pela autarquia passa também pela criação de um espaço de atendimento no qual a visibilidade fúnebre seja reduzida ao mínimo. Aqueles espaços nos quais essa visibilidade está mais presente são fechados e oferecidos à família com o máximo de privacidade possível.

Ao lado do balcão, à esquerda, há uma porta composta de alumínio, vidro e duas folhas que dá acesso à sala onde são realizados os atendimentos às famílias enlutadas. A sala possui duas escrivaninhas, computador, impressora, máquina de cartão de crédito, além de cadeiras estofadas, numa das quais o agente chefe atende os familiares e concretiza a venda dos artigos e serviços fúnebres. Uma das escrivaninhas, localizada no lado oposto, é deixada à disposição dos escreventes autorizados dos cartórios Esteves Santos e Fratti, os quais realizam plantão para a emissão da certidão de óbito<sup>57</sup>. Anexo à esta sala, há um banheiro destinado ao uso de familiares.

Na sala de espera, atrás do balcão, existe outra porta, feita de madeira. Sobre o batente pode ser observada uma placa avisando que o acesso é permitido somente às pessoas autorizadas. Ao passar pela porta através de uma rampa de acesso cortada por um corredor, está localizada a sala que se restringe à exposição dos modelos de urnas convencionais, especiais, para natimortos e urna porta ossos.

Ao sair da sala, aproximadamente uns oito metros à esquerda, existe outro corredor. Do lado esquerdo deste corredor há duas salas. Na primeira, visualizam-se prateleiras nas quais são acondicionadas as urnas, que estão embaladas com plástico bolha e identificadas pelo número de referência, as quais são repostas diariamente conforme o consumo. Na outra sala ficam acondicionados os paramentos, que são os materiais de suporte para os objetos usados durante os

---

<sup>57</sup> Conforme já explicado no capítulo um.

velórios, tais como suporte para caixão, livros de condolências, castiçais para velas e resplendores.

Em frente à porta dessa sala, pode ser observada uma área exclusiva para embarque e desembarque, fechada lateralmente, onde os carros funerários estacionam para que o morto seja retirado e colocado no corredor, dentro da urna de remoção. Neste momento observei que o corpo fica coberto e disposto sobre uma maca, até que seja reconhecido pelos familiares, para posteriores encaminhamentos.

Ao lado direito do corredor está a sala de preparo (restrita aos agentes funerários) na qual são realizadas a higienização e o tamponamento dos corpos. Essa sala possui duas mesas tanatológicas para higienização, cujos formatos facilitam o escoamento da água. As mesas são de material inóx para possibilitar processos repetidos e sucessivos de limpeza. Outros equipamentos e materiais compatíveis podem ser encontrados nesta sala, tais como, bancada em granito, lavatório para as mãos, pia para higienização dos instrumentos utilizados (principalmente os de tamponamento), sistema mecânico de exaustor, porta papel toalha, caixa de luvas de procedimento, dispensador de sabonete líquido, ataduras, gazes, algodão, etc., além de maca sobre a qual é colocado o caixão para ornamentação.

### 2.3 PRINCÍPIOS DE HUMANIZAÇÃO DA MORTE EM AÇÃO

Durante o processo de compra e venda dos artigos e serviços fúnebres realizado no interior da ACESC, foi possível perceber que existe uma rotina de vendas que é praticada pelos agentes chefes. Essa rotina se divide em etapas e esclarece diversos aspectos dos princípios de humanização da morte seguidos pela instituição. Estas etapas, que incluem a fala dos agentes, o posicionamento dos itens, os preços dos produtos e serviços, além de toda etiqueta de atendimento, traduzem elementos que serão analisados a partir de agora.

É na sala de atendimento que ocorre o primeiro contato entre o agente chefe e os consumidores enlutados, quando são preenchidos formulários específicos, nos quais constam informações pessoais do falecido e do familiar responsável.

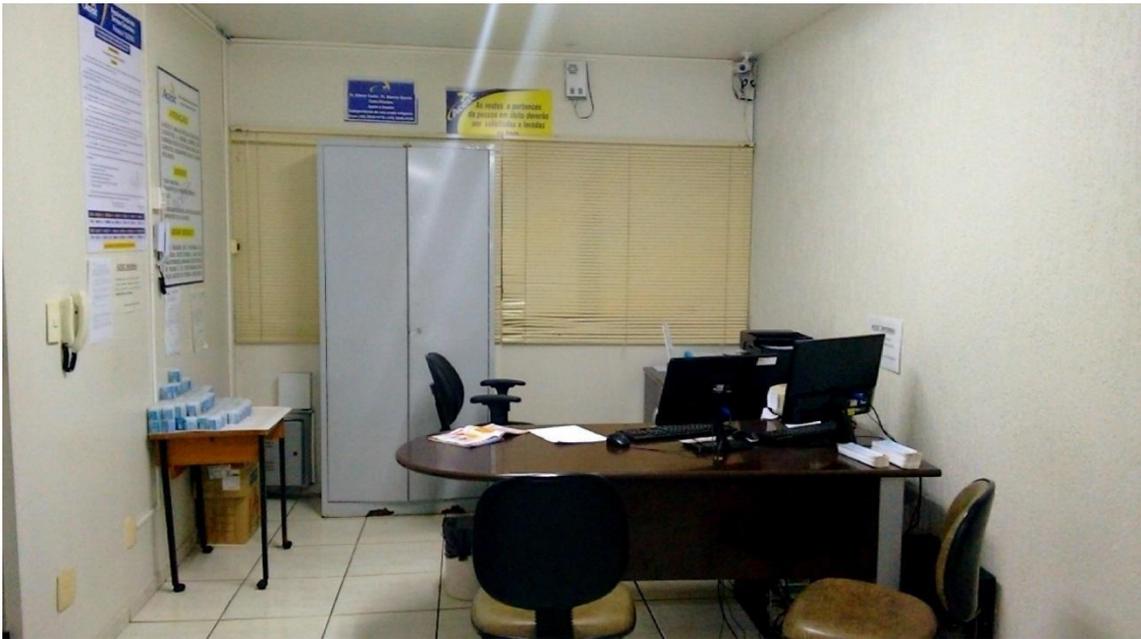


Figura 26: Sala para atendimento dos familiares. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

O segundo momento caracteriza-se pelo início da relação comercial entre os agentes chefes e os familiares. Depois de vários dias de trabalho de campo, durante os quais acompanhei a realização da venda de produtos e serviços, percebi que os agentes da ACESC seguem um procedimento operacional padrão. Na lista dos artigos, serviços e valores praticados pela autarquia, por exemplo, verifiquei que o primeiro item vendido é a urna. Como descrevi anteriormente, no caso do enterro da avó da Simone, os agentes conduzem os familiares até a sala onde ficam armazenados os modelos de urnas (para todos os gostos e preços), estrategicamente dispostos em ordem crescente de valores.

Ao longo do trabalho de observação, bem como por meio do relato dos agentes, constatei que, durante a venda da urna, os agentes levam em consideração a filosofia da autarquia, que foi tornar o mercado da morte humanitário e social, resguardando assim as famílias de cobranças abusivas pelos artigos e serviços fúnebres<sup>58</sup>. Todos os agentes entrevistados relataram que começam mostrando primeiramente as urnas de menor valor e que em nenhum momento interferem na escolha, “porque aquelas famílias que compram as mais caras, já pedem que querem a melhor que tiver” (JULIANO, 30/11/17).

<sup>58</sup> Conforme apresentado no capítulo um.

Como já foi dito, a urna mais vendida é aquela que custa R\$ 900,00. Além dos critérios relatados pelos informantes enlutados para a aquisição desta urna específica, durante as minhas observações percebi que, ao entrarem na sala em que estão expostas as urnas, é comum os agentes chefes da ACESC apresentarem, prioritariamente, os caixões de preços mais populares. Considerando que a urna é um item que possibilita a variação de modelos e valores, ficou evidente que este procedimento tem a intenção de desconstruir a percepção de exploração que os familiares geralmente possuem em relação ao setor funerário. Conforme relataram os agentes:

Na verdade, eu pelo menos faço isso pelo princípio da ACESC. O princípio da criação dela. É uma autarquia municipal, com intuito mais assistencial de ajudar o cidadão e não visar o lucro. Diferentemente de uma funerária particular que o pessoal visa somente o lucro. Como tem esse princípio, pelo menos no meu ponto de vista, no meu ponto de vista é esse, eu oferecer sempre a urna de menor para o maior valor. E nunca o contrário, independente se for, a pessoa tiver condição ou não. O meu modo é sempre mostrar da mais barata para a mais cara (NELSON, 02/12/17).

Independente da condição financeira da família eu apresento primeiro as urnas de menor valor. É rotina (GUSTAVO, 01/12/17).

Em alguns casos, por mim, imagino como se eu estivesse comprando. Porque eu no lugar da família, jamais iria para as mais caras. Eu iria para as de valor inferior. Então eu observo a família, a gente sempre conversa antes com a família. Você conversando com a família você já tem uma noção do que eles querem. É tipo, eles já chegam falando que não tem dinheiro. Então você não vai mostrar um caixão de onze mil para uma família que chegou aqui e falou que não tem dinheiro e não tem condições de pagar. Você vai pelo caixão mais barato. Eu vejo assim, são dois pontos pra mim que influencia: a minha opinião pessoal, o que eu faria no lugar da pessoa e o primeiro atendimento também. Que já define. No primeiro atendimento você já define o que a família vai querer mais ou menos (VERÔNICA, 03/12/17).

Eu começo mostrando aos familiares as mais baratas, porque eu acho que quebra aquela mentalidade de que morrer custa caro. Quebra aquela visão que a família tem de que é explorada, que a gente se aproveita do momento emocional (JULIANO, 30/11/17).

Dessa forma, fica claro nos depoimentos dos agentes aquilo que procurei mostrar no primeiro capítulo: que a autarquia foi fundada e persiste atualmente com um claro projeto de humanização da morte na cidade, que se inicia no atendimento

aos enlutados e se reflete inclusive na disposição e oferta dos produtos funerários. Através dos trechos citados nas entrevistas, percebi que termos como “princípio da ACESC”, “quebra a visão de exploradora” e “rotina” explicitam que há uma clara preocupação com a oferta de produtos sem objetivo de lucro.

Dando continuidade ao relato das rotinas de atendimento, constatei que, depois de escolherem a urna, os familiares são encaminhados à sala de preparo onde fazem a identificação, ou seja, o reconhecimento do corpo do parente falecido e, posteriormente, são redirecionados até a sala de atendimento, local onde acontece a definição e a compra dos demais artigos e serviços que serão utilizados no ritual fúnebre. Observei que nos velórios - assim como ocorre em todo ritual - existem certas etapas que são particularmente realizadas e objetos que são preferencialmente utilizados. O ritual é uma oportunidade de afirmar, evocar, marcar ou rever os símbolos e significados convencionais da ordem cultural (McCRACKEN, 2003). O funeral configura uma convenção de ordem cultural que é reafirmado socialmente através do rito.

Observando a lista de itens vendidos pela autarquia, foi possível aprofundar a compreensão a respeito dos princípios de humanização da morte praticados pelos funcionários da ACESC, mesmo tendo decorrido bastante tempo desde sua fundação. Por exemplo, e como já esclarecido no início deste capítulo, ao invés de proporem aos familiares a aquisição da roupa para uso o morto, os agentes, prioritariamente, esclarecem aos familiares sobre a possibilidade de se trazer de casa alguma vestimenta de uso pessoal do falecido.

Na verdade, a roupa a gente só vende quando os familiares pedem. A gente sempre deixa o familiar bem à vontade, na questão disso. Porque a roupa é uma particularidade né? Então para as mulheres principalmente, eu até falo “tem uma roupa que ela utilizava”. Eu sempre falo para os familiares, mas não tem uma roupa que, tipo dando uma insistida. Quando vão buscar, eu dou sempre a recomendação de ser de manga comprida e nada decotada ou transparente. Quando é mulher eu sempre peço para os familiares trazerem roupa íntima, porque às vezes, os familiares tem o hábito de trazerem camisa branca, blusa branca e para a mulher, se não trouxer sutiã, não vai ficar uma coisa muito adequada. Porque o branco queira ou não queira, ele tem transparência (NELSON, 02/12/17).

Eu sempre peço para trazer roupa de casa. Porque sempre tem uma roupa que a pessoa gostava mais e para a família economizar. Então eu sempre me coloco no lugar da pessoa. Se fosse eu, eu gostaria

de usar uma roupa minha, porque geralmente a gente tem um tipo de roupa que a gente gosta mais (VERÔNICA, 03/12/17).

Nestes trechos mostrados acima, notei que os agentes citam dois aspectos no que diz respeito à sugestão aos familiares sobre a roupa. Primeiramente, se referem à economia financeira dos enlutados pelo fato de não precisarem adquirir as vestimentas. O segundo motivo tem relação direta com aquilo que foi relatado pela maioria dos familiares entrevistados: o desejo de identificação do morto com suas roupas. Afinal, o processo de humanização da morte não envolve apenas a oferta de produtos abaixo do valor cobrado por funerárias privadas. Esta “filosofia” abarca também preferir aqueles procedimentos que deixam os familiares menos tensos e que fazem com que o rito de separação seja vivido com mais tranquilidade.

Além disso, há que se considerar também o que Elias (1994) chama de “economia dos sentimentos”, processo a partir do qual se estampa uma agência de autocontrole e de autolimitação que diz respeito à “privatização da subjetividade”. Neste território, toda maneira de contenção da tensão e de minimização das possibilidades de sofrimento público são valorizadas e utilizadas pela autarquia. Como estou demonstrando, estes princípios vão desde a retirada de objetos e/ou imagens das instalações que possam trazer associações com a morte, até o atendimento privado dos enlutados em sala reservada. Neste sentido, humanizar a morte envolve também respeitar a dor e o sofrimento vividos pela família em luto, dispensando-lhe especial atenção para que estas emoções sejam vividas com discrição.

Em oposição aos procedimentos quanto à vestimenta, os métodos para com a vela são diferenciados, ocorrendo justamente o contrário do que acontece com a vestimenta. Durante um processo de venda reparei que a vela é inserida na lista sem consulta ao cliente. No entanto, para inserir o item no contrato de prestação de serviços, os agentes inicialmente perguntam a religião do morto. Caso o familiar revele que o morto era católico, a inserção do item acontece automaticamente. Ou seja, através dessa prática recorrente, percebi que a liberdade de escolha da família é anulada. Não ocorre o oferecimento do item e o consumo é determinado diretamente pelo agente da ACESC.

Na verdade é assim, eu pergunto sempre o credo religioso se é católico ou evangélico. São os principais né? E no princípio católico

eles utilizam a vela, noventa e nove por cento utilizam velas no velório. Como é católico, a vela já vai no kit (NELSON, 02/12/17).

Primeiro você pergunta a religião. Se a família é católica, automaticamente ela vai querer velas. Se ela é evangélica automaticamente ela não vai querer velas. Eu já tenho esse costume, não vai vela. Porque evangélico não vai querer velas (VERÔNICA, 03/12/17).

É oportuno salientar que a forma de venda das velas pelos agentes não é obrigatoriamente uma conduta com intenção de lucro. Pelo contrário, a atuação busca promover o respeito à religiosidade dos familiares. Não é um caso de ofertar para vender e sim de inserir para dar fluência ao complexo ritual católico. Da mesma maneira, se um familiar relata ser evangélico, a vela não é oferecida, a fim de se evitar transtornos e/ou constrangimentos. O procedimento de respeito à religiosidade segue o mesmo trâmite.

Pela leitura dos contratos também foi possível presumir que, durante o velório, muita vela é usada para iluminar os mortos cascavelenses. Esse item faz parte dos costumes dos familiares católicos, sendo que o jogo com quatro unidades custa R\$ 30,00. A partir da observação da venda dos artigos fúnebres, não presenciei nenhum caso de recusa na aquisição das velas quando os familiares se definiram como católicos.

Na arrumação dos itens que compõem o velório, parece estar sedimentado o local de fixação das velas, que são acesas e colocadas uma em cada lado da cabeceira do caixão. No rito do velório católico as velas “estão ligadas a uma concepção de intercessão pela alma do morto” (VICENTE DA SILVA, 2011, p.160). Assim sendo, e de acordo com esta crença, as velas teriam o fundamental papel de auxiliar o morto, iluminando o caminho para a salvação da sua alma. Nesse sentido, a vela usada nos funerais é rica em significados, principalmente na cultura cristã católica. Esses significados representados pela chama são transmitidos aos familiares enlutados por meio de instrumentos chamados de “ação simbólica ou “ritual” [...] que é um tipo de ação social dedicada à manipulação do significado cultural, para propósitos de comunicação e categorização coletiva e individual” (McCRACKEN, 2003, p. 114).

A partir dos depoimentos dos enlutados católicos, ficou evidente que o consumo das velas durante o funeral está relacionado à tradição, aos costumes e à crença religiosa. Segundo McCracken (2003) os significados atribuídos aos bens

têm relação direta com o contexto social em que os indivíduos estão inseridos; as relações sociais e o consumo destes bens são moldados pelas crenças e pressupostos de sua cultura. De acordo com os meus entrevistados, a vela acesa tem caráter sagrado e representa a salvação da alma.

A gente vai pelo padrão que a gente conhece, tem que ter vela (HELOÁ, 04/08/17).

A vela foi usada porque é de costume. Todo morto tem que ir de vela. É costume da cultura dos mortos. A vela tem que tá lá. É que ali tá mostrando que é a luz, a luz. A vela é a luz (ADELINA, 01/08/17).

Para nós católicos significa luz, que ele voltou pra luz. Que ele foi pra luz. Que a luz é Deus. A luz é Jesus (MARISE, 03/08/17).

A vela significa luz. Para a pessoa, para o Espírito da pessoa receber luz (ELISA, 03/08/17).

O Divino Espírito Santo. É a chama que tá acesa né? Você acredita que a pessoa...que há vida ali, não do corpo, mas da alma (ANTONY, 02/08/17).

Além da vela, observei que o véu também não é ofertado aos enlutados, mas está inserido no contrato de prestação de serviços. Só que o véu ninguém escolhe. Nem o agente, nem a família. Ele é simplesmente adicionado e conseqüentemente, pago. Nesse sentido, ele é mais imóvel ainda que a vela, e acaba sendo consumido no funeral sem que ninguém o questione.

Através do objeto “véu”, percebi que existem artigos mais recorrentes e aqueles que são indisponíveis. Assume-se naturalmente que alguns devem passar pelo crivo da análise e escolha familiar, enquanto que outros são inseridos sem qualquer espécie de intervenção. Constatei que o consumo dos artigos e serviços mediado pelos agentes também transforma a autarquia em uma instância decisiva para a definição e manutenção dos componentes do ritual mortuário.

O véu liso, sem renda e na cor branca, custa R\$ 25,00. Este artigo é interposto entre o corpo e a tampa da urna. Talvez por ser um item inquestionável, os defuntos de noventa e seis óbitos analisados foram enterrados cobertos pelo véu. Consultando material bibliográfico, encontrei a seguinte explicação para o uso do véu: “Assim como os demais elementos que compõem a cena ritual, também (o véu) implica uma dimensão simbólica, pois ele recobre o corpo que é considerado

profano e simboliza a humildade da humanidade diante de Deus” (MENDONÇA, 2016, p. 62).



Figura 27: Véu cobrindo o corpo do morto na urna. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Inobstante a tudo o que foi dito sobre o véu, quando questionei os agentes sobre a prática de inseri-lo no contrato, os mesmos esclareceram que tal ação advém de hábitos e costumes, e por isso acabou sendo estabelecida como padrão para a arrumação do morto no caixão. Além disso, os agentes mencionaram que o objeto possui também uma função utilitária: formar uma barreira para proteger o corpo do morto do contato com insetos, especialmente para que as moscas não penetrem nos orifícios contidos na orelha e no nariz.

Eu já coloco o véu sem discussão. Eu trabalho aqui há nove anos e só uma vez uma família não quiseram que colocasse o véu. Na verdade o véu tem, eu não sei o princípio que foi utilizado o véu no velório. Só que o véu pra nós tem um princípio muito lógico, dos insetos, o mosquito, o mosquitinho ele inibe bastante porque o mosquito no cadáver, ele tem um mau costume de entrar pela via aérea, pelo nariz. Então o véu ele inibe, não os pequenininhos, mas o mosquito de porte maior, inibe os mosquitos. Eu não sei quando foi introduzido o véu. No serviço funerário foi com esse intuito, pra que ele tenha essa utilidade. Porque ele é um material todo furadinho, daí os insetos não passam (NELSON, 02/12/17).

Costume. É costume nosso usar o véu para cobrir o corpo no caixão. É também uma proteção para não sentar “bichinhos”. E não deixa de ser. O véu ele é uma proteção para não sentar “bichinho” (VERÔNICA, 03/12/17).

O véu é padrão, daí eu não pergunto se a família vai querer (GUSTAVO, 01/12/17).

Eu já coloco no contrato, independente de oferecer à família, porque é de praxe, é padrão (JULIANO, 30/11/17).

Logo, para os agentes da autarquia, a utilização do véu já se tornou padrão e sua função está intrinsecamente relacionada ao fato desse artefato possuir uma utilidade. Contudo, para os familiares, o véu é uma “complementação da urna”, sendo esse fator decisivo para a sua aquisição, conforme relatou Marla “O véu é um preparativo do próprio caixão que já vem junto”.

Como procurei mostrar neste capítulo, as escolhas dos artigos e serviços oferecidos pela ACESC estão envoltos em significados que emergem da prática cultural. Assim o mercado funerário contemporâneo se desenvolveu e se especificou, ou seja, a partir de práticas culturais seculares com relação ao cuidado dos mortos e na configuração dos rituais fúnebres. Afinal, é através da cultura que compreendemos os motivos que levam os enlutados a consumirem determinados artigos e serviços fúnebres, seus significados, a importância desse consumo e de que maneira os mesmos contribuem para o entendimento dos vários aspectos sociais e culturais atrelados à sociedade contemporânea (MORAIS, 2009).

Percebi que no momento em que são escolhidos os artigos e serviços utilizados no funeral, os familiares não decidem aleatoriamente. Todas as escolhas cumprem uma classificação própria que engloba muitas mensagens. Ao escolher os artigos, os enlutados estão revelando uma série de significados, pois determinados bens podem identificar a trajetória, a identidade, o gosto e as preferências do morto (BARBOSA; CAMPBELL, 2006).

Assim, considerando tudo aquilo que foi observado e relatado, posso afirmar com bastante segurança que, após a morte de um ente querido, os enlutados consomem, consomem e sempre consumirão artigos fúnebres. Consciente disso pela prática diária, a ACESC orienta seus trabalhos no sentido de oferecer produtos e serviços que possuem uma construção histórica e cultural de permanências e mudanças, que procurarei analisar no próximo capítulo.

Cabe aqui citar a fala de McCracken (2003), que considera o mundo dos bens como uma construção cultural em que significados encontrados nos bens e no mundo constituem o contexto cultural do consumo. O consumo passa a ser um fenômeno de ordem sociocultural, econômico e simbólico, que resulta da interação, da fruição e da troca e distinção entre bens e indivíduos e/ou grupos. (YACCOUB, 2016).

### **3 A INTERMEDIÇÃO DA ACESC NA VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS FÚNEBRES INOVADORES.**

As atitudes dos homens diante da morte e do morrer sofrem mudanças, alterações e modificações mesmo que de maneira lenta, com o passar dos tempos. Os ritos funerários são igualmente modificados quer por intenções políticas, econômicas ou por fatores morais, religiosos, sociais e culturais (ARIÈS, 2010).

Como já esclareci no primeiro capítulo, após a constituição da ACESC, a comercialização de artigos, prestação de serviços funerários e administração dos cemitérios passaram a ser praticados unicamente pela autarquia. Contudo, apesar da ACESC monopolizar o mercado mortuário em Cascavel por quase uma década, ao final do século XX, começam a surgir empresas dispostas a explorar comercialmente a venda de artigos e serviços inovadores relacionados à atividade funerária.

Neste capítulo, pretendo demonstrar quais mudanças ligadas às práticas funerárias ocorridas em Cascavel levaram a autarquia a assumir outra função em relação àquela que tradicionalmente realizava. A ACESC se tornou intermediadora entre os consumidores e as empresas privadas que ofertam alguns produtos e serviços que não são assegurados pela instituição.

Nesse cenário, a incorporação da função de intermediação pela autarquia não pode ser apenas interpretada do ponto de vista da abertura à exploração comercial deste mercado. Há muitos outros fatores em jogo no momento da oferta e da compra de produtos e serviços inovadores. Afinal, embora as inovações funerárias - tais como planos de assistência funeral, tanatopraxia, jazigos, sepultamentos em cemitérios privados, salas privadas para velório, flores e coroas de flores - indiquem mudanças na maneira da sociedade lidar e se relacionar com a morte, há que se perceber o lugar e o papel da autarquia na regulação deste mercado e quais fatores são levados em consideração para cada uma das substituições, exclusões e incorporações de itens ofertados.

Assim, apresento neste capítulo alguns produtos e serviços comercializados por empresas privadas e que sofrem intermediação da ACESC. Como o leitor irá perceber, a relação da autarquia com cada uma destas empresas é realizada de maneira específica. Ela participa da negociação entre a empresa e os enlutados e fornece alguns artigos e serviços já adquiridos anteriormente pelo próprio falecido ou

por seu parente; ou informa sobre a existência do serviço e a negociação é estabelecida entre o familiar e a empresa afim; ou esclarece aos familiares a respeito da possibilidade da compra cujo artigo ela recebe e disponibiliza para o velório; ou apenas informa a viabilidade da compra dos itens. Em todos os casos, verifica-se que, ao monopólio de artigos e serviços funerários tradicionais, somam-se novas práticas de intermediação que envolvem itens inovadores já solicitados pelos enlutados e que estão em processo de incorporação no imaginário da morte. Nesse sentido, o comportamento do consumo atua como agente importante na construção de significados, e é conduzido por atitudes compostas por valores socialmente constituídos. “É deste mundo assim constituído que parte o significado cultural rumo aos bens de consumo” (McCRACKEN, 2003, p. 102).

Conforme referem-se Menezes e Gomes (2011, p. 91), “as referências culturais determinam os cuidados com o corpo e seu destino”. Portanto, acreditamos que o surgimento da categoria de “consumidores fúnebres” também está relacionado às preocupações com a aparência do cadáver e com o destino final do corpo (MORAIS, 2009, p. 234). A partir desta compreensão e dos dados que disponibilizo adiante, podemos definir consumidores fúnebres como aqueles que adquiriram artigos e serviços com a finalidade de se precaverem da morte e de todos os seus desígnios.

Embora os itens mais recentemente agregados não sejam considerados básicos - já que não se encontram disponíveis nas tabelas de produtos e serviços ofertados pela autarquia -, percebe-se que a obrigatoriedade de seu consumo ocorre de acordo com as novas sensibilidades em construção e que dizem respeito à experiência da morte. Quando a autarquia promove a intermediação quanto ao consumo desses itens, ela nada mais faz do que incorporar práticas que levem ao cumprimento de seu objetivo que é humanizar a morte.

Diante deste contexto, procuro enfatizar o papel da ACESC e demonstrar como a autarquia absorve as novas demandas e regula o mercado a fim de manter uma relação estreita com essas empresas. Além disso, a intermediação para o consumo dos itens ocorre no momento do atendimento aos enlutados, mas considera cada caso no que diz respeito à realização dos procedimentos ou à demanda para a aquisição de determinado produto. O estabelecimento dessas conexões de intermediação e seus significados será feito pela relação entre os

sentidos evidenciados por enlutados, pelos agentes da ACESC e pelos representantes das empresas privadas.

Os dados utilizados para desenvolver os argumentos deste capítulo foram obtidos através da observação direta e de entrevistas com os agentes funerários chefes, agentes funerários, enlutados, executiva de vendas de jazigos, executiva de venda e atendente dos planos de assistência funeral, tanatopraxistas e vendedoras das floriculturas. A narrativa apresentada tem como base as anotações do diário de campo. Como material de apoio, fiz uso de fotografias para ilustrar as falas, folders e formulários. Também fiz uso de documentos tais como decretos, leis federais e municipais.

### 3.1. A ACESC E AS EMPRESAS PRIVADAS

Desde o ano de 1998, a ACESC passou a criar vínculos comerciais com empresas privadas a fim de garantir acesso aos artigos e serviços aos enlutados que ela mesma não oferece. Todavia, a incorporação desses produtos não impossibilitou que a autarquia mantivesse a função de regulação, centralização e controle do mercado fúnebre no município.

Anteriormente, as relações da ACESC com as empresas privadas ocorriam unicamente via licitação para suprir a demanda de produtos que a mesma não fabrica. Segundo um informante, o projeto inicial da ACESC previa a existência de uma fábrica de caixões para atender à demanda e uma floricultura e disponibilizar outros tipos de flores para ornamentação da urna e confecção de coroa de flores naturais. Mas, com o passar dos anos, a administração percebeu que não era uma boa opção, por isso optou pelo sistema de licitação, no qual os produtos necessários para realização de suas atribuições são fornecidos por empresas privadas selecionadas via pregão. Conforme relatou:

Para ter as coroas de flores naturais, tinha que contratar também as pessoas para fazer essas coroas, esses arranjos, por que a ACESC não tinha essa mão de obra específica. E não era possível a ACESC investir em flores de vários tipos para poder montar essas coroas, por que caso não vendesse, as flores estragariam. E no caso as floriculturas particulares, se não vender pra velório, fazem buquês, eles tem uma gama de outras pessoas que compram para outras coisas. Tem pessoas que usam essas mesmas flores só que para fins diferentes. Não só coroas fúnebres. Então eles não perdem. E o

foco da ACESC é mexer com morto, caso não vendesse para o falecido, no caso para o velório, ia vender pra quem? Por que ninguém ia comprar um buquê de flor na ACESC, por exemplo pra dar para um vivo (JORDÃO, 21/10/17).

Além das empresas que fornecem os itens obrigatório e que já foram analisados no capítulo anterior, atualmente, a ACESC se relaciona com empresas particulares que ofertam produtos fúnebres de duas maneiras: via convênio e via intermediação. No caso dos planos, a relação é firmada mediante convênio, ademais, existe apenas a intermediação relacionada à informação dos agentes chefes aos enlutados com relação à tanatopraxia, ao cemitério particular e às floriculturas.

A seguir, farei a análise dos artigos e serviços ofertados por empresas privadas, cujo consumo é intermediado pela autarquia para evidenciar as características desta relação comercial.

### 3.1 OS PLANOS DE ASSISTÊNCIA FUNERAL

Os planos familiares ou serviços/planos de assistência funeral começam a ser vendidos em Cascavel no ano de 1998, os quais são considerados como “o conjunto de serviços contratados a serem prestados ao titular e a seus dependentes na realização das homenagens póstumas” (BRASIL, LEI Nº 13.261, DE 22 DE MARÇO DE 2016).

É importante observar que, em Cascavel, a comercialização desses planos começou em 1998, mas somente no dia 22 de março de 2016 foi sancionada a Lei nº 13.261 que estabelece a normatização, a fiscalização e a comercialização desses planos. No município, a comercialização de planos de assistência funerária é realizada por empresas particulares regularmente constituídas conforme a legislação municipal mediante anuência da ACESC. Isto significa que antes da emissão do alvará, a solicitação para o funcionamento dos planos é encaminhada para a administração da ACESC que analisa se o desenvolvimento da atividade desejada não afeta as atribuições da autarquia.

Atualmente, onze empresas atuam no segmento. São elas: Plano Familiar em Vida, Pax Primavera, Bônus Club, Nipo Sul Prev, Pró-saúde, Sistema Prever, Umuprev, Sistema Pai, Viva Max, Protevida e Vida Segura. Mediante convênio firmado entre a autarquia e os planos, com exceção da tanatopraxia e dos arranjos para ornamentação da urna, o fornecimento dos demais artigos e serviços funerários, incluídos nos pacotes dos beneficiários, obrigatoriamente, devem ser adquiridos na ACESC.

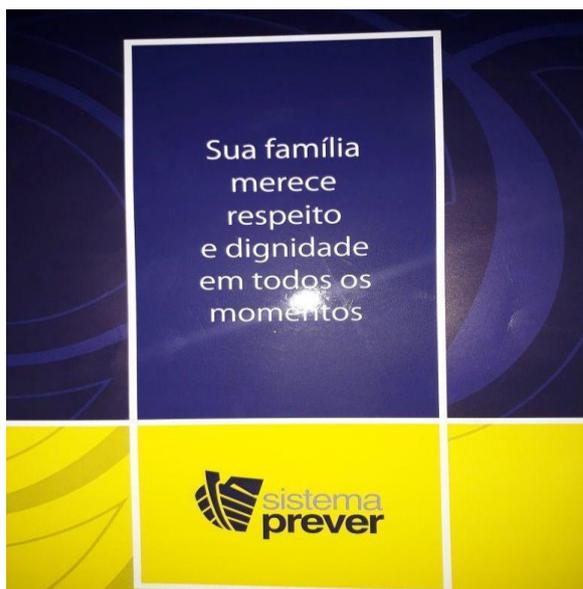


Figura 28: Folder Sistema Prever<sup>59</sup>.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

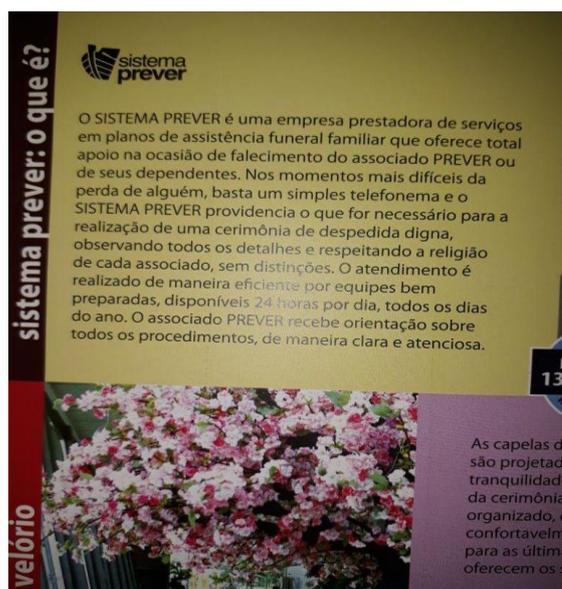


Figura 29: Verso folder Sistema Prever.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

<sup>59</sup> Os folders foram adquiridos junto aos escritórios dos respectivos planos.

**plano familiar ENVIDA**  
Fones (45) 3225.0125 e 3038.0127

**O que é Plano Familiar em Vida?**

O plano familiar ENVIDA, proporciona para você e sua família benefícios médicos com desconto em hospitais, clínicas, óticas, laboratórios.

No momento em que você mais precisa, você pode contar com uma equipe especializada para melhor lhe atender.

**Assistência funeral 24 horas por dia.**

CONSULTOR DE VENDAS

**Venha ser um associado.**

Mensalidades a partir de **R\$ 37,50**

24 Horas de segurança completa para seus familiares

Rua do Rosário, 257 (em frente a Acesc) Bairro Ciro Nardi - Cascavel - Paraná **Plantão 24 horas (45) 9105.0844**

Logos: HOSPITAL NOSSA SENHORA DA SALETE, ÓTICA CENTRAL, Gastrovel, Dta. Patrícia de Oliveira Lemos Dalla, Laboratório Alvaro.

**Assistência Funeral**

Com a Umuprev você tem o amparo de uma estrutura completa, onde sua principal preocupação será estar ao lado de seus familiares e amigos, compartilhando lembranças com toda comodidade e conforto.

**A UMUPREV disponibiliza os seguintes itens:**

- Urna mortuária semi-luxo
- Paramentação (conforme credo religioso)
- Velas
- Carro funerário para remoção
- Carro funerário para sepultamento
- Decoração de flores naturais na urna
- Uma coroa de flores naturais
- Certidão de óbito
- Guia de sepultamento
- Translado de até 200km sem custo (compreendendo ida e volta)
- Tanatopraxia
- Café completo

Figura 30: Folder Plano Familiar em Vida.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Figura 31: Folder Plano Umuprev.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Durante o período de realização da pesquisa, os valores das mensalidades cobradas pelos planos variaram entre R\$ 35,90 e R\$ 94,00, os quais são reajustados uma vez ao ano conforme o Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM).

Os planos oferecem um tipo específico de produto para cada grupo familiar para atender às necessidades dos associados, por exemplo: o Pax Primavera oferece o Plano Básico, o Plano Luxo e o Plano Superluxo; já o Viva Max dispõe do Plano Ouro e do Plano Diamante; o Sistema Prever tem o Plano Padrão Semiluxo

que cobre até cremação. De acordo com o tipo de plano, certos artigos e serviços fúnebres são cobertos para determinada idade dos titulares e beneficiários.

Acompanhei o atendimento para a realização do funeral de um beneficiário de plano em uma manhã em que eu estava na ACESC para o trabalho de campo. Após a finalização do atendimento, conversei com a atendente sobre a possibilidade de ir até o escritório do plano que fica localizado quase em frente ao plantão da ACESC. Expliquei para ela que minha intenção era obter informações sobre a adesão ao plano e sobre os artigos e serviço cobertos pelo mesmo. A atendente concordou, nos dirigimos até lá e ela me apresentou à executiva de vendas que relatou:

Nós cobrimos quase todo o funeral. A única coisa que a gente não cobre é o terreno e as vestes. Porque a veste é uma coisa particular de cada um né? Às vezes, muitos têm em casa, ou depende do credo religioso. E o terreno, nenhum outro plano também cobre. Nós damos todo atendimento, desde o cafezinho até a certidão de óbito, tudo a gente providencia. O traslado de Cascavel até 100 km, ida e volta, certo? Então o que o plano cobre, o casal, filhos até vinte e um anos de idade, pai e mãe ou sogro e sogra com menos de oitenta anos, se tiver mais gera um adicional de R\$ 24,00. E se for filhos maiores de vinte um anos, gera um adicional de R\$ 12,00. No caso se for só o casal, filhos até vinte e um anos, pai e mãe menos de oitenta, fica R\$ 50,00 mensais (BETH, 07/11/17).

De acordo com o regulamento de alguns planos, o pagamento mensal de uma taxa complementar por pessoa possibilita a inclusão de beneficiários extras tais como irmãos solteiros e avós tanto do associado como do seu cônjuge, sogro, sogra e filhos solteiros até 25 anos.

É possível verificar a partir da explicação da executiva de vendas que os planos de assistência funerária são responsáveis pela prevenção e gestão da morte. As atribuições que anteriormente eram realizadas por testamentos, agora tornaram-se realidade por aquisição destes serviços preventivos (MORAIS, 2009). Assim, o propósito principal desses planos é o de que o cliente inicie previamente o pagamento das despesas referentes ao próprio funeral, assim como o de sua família.

A sensação de tranquilidade relacionada ao planejamento antecipado do funeral foi narrada pelos meus interlocutores durante as entrevistas. Constatei que os titulares afirmam que previnem os familiares destes gastos e também evitam despesas inesperadas quando aderem aos planos mediante o pagamento de várias

parcelas ao longo da vida. Na fala de Elisa, é possível perceber que o consumo do plano está atrelado ao significado e ao sentido de uma boa morte ou de uma morte digna. Ao aderir ao plano, ela assegurou o próprio funeral, o da sua mãe e do filho.

Olha tá no meu nome. Porque colocando no meu nome eu teria o meu benefício, mais a minha mãe, mais o meu filho. E no caso se eu colocasse no nome da mãe, só ela estaria sendo beneficiada. Então por isso eu optei pra colocar eu como titular. Eu acho que ele auxilia, porque você não está esperando né? E quando acontece, nem sempre você tem aquele dinheiro disponível para bancar as despesas. Então o plano facilita e muito (ELISA, 03/08/17).

A partir do discurso acima, percebemos que a estratégia de oferecer total apoio na ocasião do falecimento do associado ou de seus dependentes bem como providenciar o que for necessário para a realização de um funeral já está bastante incorporada na argumentação dos consumidores, além de ser um dos motivos para a crescente aceitação e adesão deste tipo de produto. De acordo com os dados fornecidos pelo setor de contabilidade da ACESC, em média, trinta funerais de beneficiários são realizados mensalmente.

Os contratantes pagam uma taxa de adesão para qualquer um dos planos e os períodos de carência variam de 90 até 180 dias para usufruírem do auxílio funeral. Entretanto, alguns planos não preveem carência em casos de mortes acidentais ou violentas. A cobertura do plano já está em andamento logo após a assinatura do contrato e o pagamento da taxa de adesão e é extensiva aos natimortos e recém-nascidos com até 30 dias de vida, desde que sejam descendentes de quaisquer dos beneficiários.

Em caso de óbito, conforme já foi mencionado no capítulo dois, os familiares se encaminham à ACESC para dar andamento ao funeral e o atendimento do contratante do plano é feito pela ACESC. Conforme observado no campo, no início do atendimento, os agentes funerários perguntam aos enlutados se possuem algum plano de assistência funeral. Caso a família seja associada, primeiramente é orientada pelo agente da ACESC a ligar para o plantão do plano.

O atendimento aos enlutados é realizado por equipes dos planos que ficam disponíveis 24 horas por dia. Por exemplo: o plano Prever tem uma central de atendimento em Maringá - Paraná. No momento do falecimento do beneficiário, os

familiares realizam o contato e solicitam o atendimento. Segundo me informou o chefe de plantão da ACESC:

Geralmente, os planos têm uma central de atendimento, a família vai ligar lá. A pessoa que fica lá na central de atendimento de telefone, vai verificar se está tudo certo, se o associado não está em débito e se está fora da carência e daí vai acionar a atendente que estiver de plantão (GUSTAVO, 09/02/18).

Uma vez acionado, o atendente se encaminha à ACESC e toma as providências cabíveis. Todo este trabalho é mediado por um agente-chefe da ACESC que auxilia os familiares, por conseguinte, o pagamento dos artigos e serviços utilizados no funeral fica sob a responsabilidade do plano. Em seguida, é emitido um contrato de prestação de serviços que é assinado pelo atendente em nome do plano. O nome do contratante pode ser observado no exemplo abaixo.

**ACESC**  
 Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel  
 Autarquia Municipal criada pela Lei nº 2033/89 de 04/04/89  
 Rua Do Rosário, 218 - Centro - Cascavel/Pr - Cep 85802-005  
 Fone/Fax: (45)3224-7132 - CNPJ 80.880.883/0001-00

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS** Nº Contrato: **18862**

---

Atendimento: 18303      Data: 02/07/2016      Hora: 15:58  
 Falecido: GILSON NEVES DE SILVA  
 Endereço: R. TOUKAOKA, 119  
 Bairro: SANTA CRUZ      Cidade: CASCAVEL

Local Falecimento: NOSSA SENHORA SALETE  
 Data Sepultamento: 03/07/2016      Hora Sepultamento: 15:00  
 Local Sepultamento: JARDIM DA SAUDADE      Cidade: CASCAVEL      Estado: PR

Contratante: PREVER SERVIÇOS POSTUMOS LTD      CPF/CNPJ: 052.424.990-00167  
 Endereço: CASCAVEL      Bairro:      Cidade: MARINGÁ      Estado: PR  
 Cep: -      Telefone: ( ) -      Profissão: PLANO FUNERARIO

Qtde	Ref.	Descrição	Vir. Unitário	Vir. Total
1	010	URNA POPULAR COM VISOR E ALÇAS VARÃO - 010	900,00	900,00
1	035	VEU ADULTO	25,00	25,00
4	034	VELAS	7,50	30,00
1	051	ALUGUEL CAPELAS MORTUARIAS DESCENTRALIZADAS	140,00	140,00
1	044	TRANSPORTE E PREPARACAO	110,00	110,00
Total do Contrato:				R\$ 1205,00

Nº G.R.	Nº Documento	Forma de Pagamento	Nº Parcela	Vencimento	Total
26476	ADM		1/1	02/07/2016	1205,00
					R\$ 1205,00

Pelo presente instrumento particular, DECLARO ter recebido os materiais e/ou serviços funerários, realizados pela Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel - ACESC, ter conhecimento e concordado com os dados discriminados acima. DECLARO ainda ter conhecimento que deverei efetuar o pagamento antes do sepultamento.

Cascavel, 02/07/2016 16:23:26




Plantonista: Augusto ...      Assinatura do Contratante

Observação: Não há reserva de veículo de transporte (ônibus) para velório.

Testemunha: \_\_\_\_\_      Testemunha: \_\_\_\_\_  
 CPF: \_\_\_\_\_      CPF: \_\_\_\_\_

Figura 32: Contrato de prestação de serviços da ACESC com um plano.  
 Fotografia: Marilana Machado, 2017.

De acordo com o levantamento realizado junto aos contratos de prestação de serviços da ACESC, de modo geral, os artigos e serviços fornecidos aos beneficiários pelos planos são: o véu, as velas (respeitando a crença religiosa), transporte e preparação, locação de capela mortuária (com exceção da Master) e a urna (padrão 010) que custa R\$ 900,00<sup>60</sup>. Entretanto, se a opção da família for por uma urna de menor valor, o associado não recebe restituição da diferença do valor. Ao contrário, se ele escolher uma urna de maior valor ou a capela Master para a realização do velório, arcará com o pagamento da diferença.

<sup>60</sup> O consumo da urna referência (010) e a capela Master já foram discutidos no Capítulo dois.

A escolha das flores para ornamentação do caixão e da coroa de flores naturais que fazem parte do pacote de alguns planos podem ser escolhidas pelos enlutados e adquiridas diretamente nas floriculturas mediante convênio<sup>61</sup>. Outros asseguram somente o crisântemo que é comercializado pela ACESC.

O serviço de copa também está incluso no plano, o qual compreende a alimentação dos participantes do velório. E, após a observação de um atendimento, perguntei à atendente como era realizado o serviço de copa. Ela me disse que:

Por exemplo, esse velório vai começar agora de tarde, então depois que o corpo for para a capela, uma copeira vai lá e deixa, café, chá, água, bolachas, cueca virada, etc. Lá pelas quatro da manhã ela leva a canja da madrugada, por volta das sete horas ela serve o café da manhã. Café, leite, chá, sanduíche frio com pão, presunto e queijo. E a proporção de comida é feita para até trinta pessoas (ADRIANE, 02/07/16).

De acordo com a fala de alguns entrevistados, verifica-se que a comida servida pelos planos durante o ritual fúnebre proporciona tranquilidade e comodidade aos familiares.

Porque querendo ou não pra nós ali foi assim, ninguém precisou sair dali pra ir atrás no caso. Não teve necessidade de a gente sair porque eles já deixaram tudo pronto, a menina sempre estava ali fazendo um café. Ela deixou chá, bolacha, pão. Elas deixaram tudo feito pra nós. Por que a gente não precisa ficar se preocupando né? Que na verdade eles deixam tudo pronto, resolvem tudo ali e você pode dar atenção as pessoas (ALINE, 03/08/17).

A palavra comodidade citada pelos entrevistados diz respeito tanto ao bem-estar da família como também é uma maneira hospitaleira de receber os demais parentes, amigos e conhecidos que vêm para o funeral.

Quem é amigo, só vai lá faz uma visitinha e vai embora, mas por exemplo, a família, os filhos e os irmãos ficam o tempo todo ali. O plano deu café, chá, sanduíche, biscoito. Porque são doze horas de velório. No caso da mãe, a mãe faleceu meia-noite, aí a maioria do pessoal foi pro velório sem tomar café. Então, ... às seis horas da manhã eles começaram a servir (ELISA, 03/08/17).

É, digamos assim, para as pessoas que vêm se despedir, eles oferecem um café da manhã. No meio da manhã eles oferecem café

<sup>61</sup> Convênio realizado entre as empresas que vendem os planos funerários e as floriculturas.

novamente. No meio da tarde. Para receber bem as pessoas que vieram se despedir né? Receber bem as pessoas (MARISE, 03/08/17).

O plano fornece o serviço de copa. Daí veio o serviço de copa. Café, chá, pão, bolo, bolacha, biscoito e frios. Foi o que o plano forneceu. O que eu entendo é que você fica ali num período de doze, quinze, dezoito horas até muitas vezes um dia inteiro velando seu ente querido. Nesse período, obviamente quem fica ali, há a necessidade de tomar um café, comer alguma coisa (ROSANI, 02/08/17).

Durante o trabalho de campo, além de entrevistar os associados dos planos, também entrevistei os familiares que realizaram o funeral particular, relacionado ao consumo de alimentos durante o velório. As respostas à pergunta foram semelhantes:

A gente fez um café, pão, sanduíches. Porque muita gente vem de fora, chega e vai direto pro velório, fica o dia inteiro. Então assim tem que ter (ANTONY, 02/08/17).

Foi oferecido café, bolacha, pão, sanduíche, foi oferecido esse tipo de alimento que é mais prático né? Bolo. As pessoas ficam muito tempo ali. E daí a uma pessoa sem se alimentar querendo ou não é complicado. Então a gente ofereceu alimento. Eu acho que é importante ter alimento num funeral sim (HELOÁ, 04/08/17).

Nós compramos, porque passar a noite inteira lá, sem nada. Daí oferecemos, café, chá, bolacha e refrigerante (ADELINA, 01/08/17).

A partir da análise da bibliografia referente à cultura dos funerais, percebe-se que a oferta de comida e bebida nos velórios relaciona-se diretamente com a manutenção do bem-estar físico dos enlutados para que eles preservem a capacidade de intercessão pelo morto durante todo o velório. Reis (1991) nos faz lembrar que o costume de oferecer comida e bebida aos participantes durante o velório tinha a intenção de fazer com esses enfrentassem a noite com espírito elevado, a fim de fortalecer a alma do morto com rezas, cujo objetivo era proteger o falecido contra maus espíritos. Assim, o defunto atravessava a noite na companhia de parentes, amigos e conhecidos, para os quais era oferecido comida e bebida, inclusive bebida espirituosa.

Notamos que o alvo das preocupações com a alimentação por parte dos entrevistados direciona-se à permanência dos vivos junto aos familiares durante o período de velar.

As capelas têm uma cozinha. Quem quer se alimentar vai até a cozinha e se alimenta. Então eu acho que é importante, para as pessoas permanecer ali, sem precisar tá saindo (ELISA, 03/08/17).

Na madrugada, para as pessoas que ficam ali com a família, eles oferecem um alimento para as famílias: um café, um pão. Então, assim é uma comodidade para a família que não se preocupa em ficar correndo atrás disso. E eu acho que segura as pessoas no velório, eu acho que infelizmente segura (MARISE, 03/08/17).

Segura a família mais junto né? As pessoas não saem pra fazer lanche, segura o velório com mais aglomerado de pessoas. Acho que se torna, fica melhor pra quem tá sofrendo na hora, no momento. Com mais gente presente fica menos sofrimento eu acho, eu acredito (VANDER, 01/08/17).

Quando entrevistamos os associados a respeito dos motivos que os levaram a aderir aos planos, vários motivos foram apontados. No que diz respeito à diluição dos gastos, os entrevistados mencionaram que os pagamentos de parcelas mensais e valores considerados adequados facilitam o pagamento, que é realizado de forma gradual e cobre quase todas as despesas do funeral.

Em virtude da condição financeira. O plano you acaba pagando parceladinho, um pouco por mês. Em virtude do custeio mesmo. Porque o plano pagou toda a parte do que foi utilizado no dia do funeral, urna, véu, vela, caixão, ornamentação da urna, coroa e aluguel de capela. E transporte ainda (ROSANI, 02/08/17).

Se a gente fosse pagar em dinheiro o que a gente teve pelo plano, a despesa seria muito alta de imediato. E é um dinheiro que a gente nunca dispõe, o plano na verdade, vem pra ajudar a gente nesse momento (MARLA, 24/07/17).

A preparação antecipada para o funeral revela uma prática de planejamento que diz respeito tanto à questão econômica quanto à questão emocional e ritual. Conforme Lima (2015) observou, a adesão aos planos funerários tem como objetivo tranquilizar os vivos que não precisam se preocupar com a organização do velório dos familiares mortos, “visto que vivemos em uma sociedade onde as pessoas não dispõem de tempo para preparar os rituais fúnebres de seus entes queridos” (LIMA, 2015, p. 88). Além disso, a autora ressalta que a flexibilização nas formas de pagamento é necessária, considerando-se que, na contemporaneidade, as pessoas não se preparam para a morte, nem emocional nem financeiramente.

Devemos também recordar que no Brasil oitocentista já existiam as irmandades que ofereciam serviços semelhantes aos planos no que diz respeito à preparação para o funeral. Conforme relata Reis (1991), as pessoas muito pobres e incapazes de arcar com as despesas fúnebres se filiavam às irmandades porque encontravam nessas associações uma forma de garantir o funeral, seja de seus parentes ou de si próprio.

Na percepção dos entrevistados, os gastos com o funeral nem sempre são esperados, muito menos planejados. Nesse sentido, a contratação de um plano de assistência funerária age como um atenuante, posto que proporciona facilidade e comodidade, pois o plano assegura suporte do início ao fim do funeral. Além disso, os familiares contam com todo o apoio nesse momento desolador, sem ter que se preocupar com quase nada.

Na verdade, pelo dia que a gente passou ali, foi muito vantajoso ter o plano. Porque você só precisa chegar lá, escolher o que eles têm pra te oferecer e eles cobrem tudo. Você não precisa ficar correndo atrás de nada entendeu? Tá tudo ali perto, então eles resolvem tudo ali pra você e é só você esperar. E querendo ou não you não está no clima pra ficar escolhendo tudo certinho, você já vai ali e tá mais ou menos já especificado o que você tem. É isso que você tem pra escolher, você já escolhe ali e rapidinho já tá pronto (ALINE, 03/08/17).

Porque é um momento que ninguém gosta de falar. E preparar um funeral, no momento da perda. Na verdade, pela facilidade, pela comodidade que a gente tem de não ficar correndo atrás de tudo isso. Naquele momento você quer ir lá, você quer mais é não ter que mexer com isso (MARLA, 24/07/17).

Outros fatores externos ao velório e enterro também influenciam essa adesão. Entre os benefícios adicionais oferecidos estão: descontos no valor de medicamentos nas farmácias credenciadas, descontos em exames, consultas médicas, tratamentos odontológicos em clínicas credenciadas. Outros ainda oferecem o serviço de ambulância não emergencial; disponibilizam o transporte de associados, mediante o pagamento de uma pequena taxa, inclusive com veículos adaptados especialmente para o transporte de cadeirantes, além do empréstimo de equipamentos como cadeira de rodas e de banho, andadores, bengalas e muletas para associados e dependentes convalescentes.

Conforme pode ser evidenciado nos exemplos citados:

Eu comprei esse plano porque três amigas já tinham comprado e eu nem comprei pensando em velório, nem pensava nisso. Pensei comprando na consulta, os médicos que atendem nesses planos. Aí eu resolvi adquirir o plano porque era uma coisa que servia pra mim, pra minha mãe, porque eu tava sempre pagando consulta. Então pra mim era mais fácil porque eu marcava por telefone, então esse foi o meu objetivo do plano. Mas depois minha mãe adoeceu e morreu em doze dias (MARIA<sup>62</sup>, 24/07/17).

Eu tenho Prever, eles dão desconto em consulta médica, no caso eles dão desconto em exames, em consulta, até dentista (ELISA, 03/09/17).

Os agentes da ACESC ainda esclareceram que as famílias que são atendidas e beneficiárias de planos funerários são aquelas que possuem renda “de no máximo dois salários mínimos”. “A adesão aos planos funerários para muitos familiares é uma possibilidade de garantir um funeral digno”. Conforme me relatou Gustavo:

No meu ponto de vista, a questão dos planos em si é benéfica para as famílias. Por que uma boa parte delas na hora que acontece de uma pessoa morrer, não tem numerários para estar arcando com a despesa. O plano ele vai dar um velório um pouco mais digno, talvez. Para os familiares o funeral digno é colocar o ente querido numa urna decente, melhor e mais bonita que a isenta, por exemplo. A preparação do corpo, por que a maioria cobre a tanato [tanatopraxia], o arranjo com flores, a capela, essas coisas assim. Por que o familiar pagando ele vai ter essa cobertura, então o funeral tá garantido para aquele beneficiário assegurado. Por que quem tem condições, ele não vai pagar o plano. Quem tem condições chega na hora e tem como bancar um funeral de quatro, cinco, dez mil. Então o plano, o familiar pagando ele consegue dar um funeral um pouco mais digno para o seu ente (GUSTAVO, 10/10/17).

A tarefa de intermediação realizada pela ACESC junto aos planos de assistência funerária se justifica dada sua perspectiva de humanização da morte. A sensação de comodidade, praticidade, facilitação do pagamento relatada pelos entrevistados também foi citada pelos agentes da autarquia para justificar esta atividade. Neste caso, a existência de empresas privadas trabalhando diretamente com a ACESC auxilia a autarquia a oferecer serviços funerários à população bem como evita a prática abusiva de preços e faz com que o evento da morte seja vivido com mais tranquilidade, sobretudo para os mais pobres.

---

<sup>62</sup> Bilheteira, 59 anos.

Além disso, há que se apontar o fato de que, ao absorver a tarefa de intermediação, a ACESC permite que enlutados que anteriormente não teriam opções de consumo relacionados aos serviços e produtos fúnebres por falta de condições financeiras, possam escolher entre as opções mais sofisticadas disponibilizadas por estas empresas. Assim, a ideia de dignidade do morto - que é depositado numa urna mais bonita, mais durável - e a tranquilidade dos vivos - que são auxiliados pelos representantes das empresas - são fatores que devem ser levados em consideração para compreender a incorporação da função de intermediação realizada pela autarquia junto a estas empresas.

### 3.2 A TANATOPRAXIA

No quadro de mudanças relacionadas aos serviços fúnebres, em 1999, a tanatopraxia se insere no mercado funerário cascavelense, a qual é um conjunto de técnicas de preparo do corpo. O preparo tem como finalidades principais: a conservação do cadáver por meio do embalsamamento com o propósito de retardar temporariamente os efeitos naturais de putrefação; a higiene na proteção da saúde pública, através da degermação, que consiste em evitar a propagação de moléstias contagiosas; e o restauro da aparência natural do morto (BRANCO, 2010).

Essa técnica possibilita também práticas reconstrutivas que têm como objetivo restaurar as partes visíveis do corpo para o velório, principalmente a modelagem facial e a aplicação de cosméticos que visam devolver ao falecido uma aparência próxima ao seu estado natural. Isto é, devolver ao falecido uma aparência facial parecida com a que tinha em vida. Saliento que a reconstrução facial geralmente é realizada em situações em que ocorreram danos que comprometem a fisionomia do cadáver de forma radical. Os danos são causados por “fraturas, lacerações de pele e tecidos, hematomas, equimoses, entre outros, decorrentes de acidentes automobilísticos e/ou demais mortes violentas” (BRANCO, 2010).

No âmbito do município de Cascavel, o serviço é prestado por uma empresa privada denominada TANATO – Serviço de Tanatopraxia de Cascavel Ltda., credenciada junto à ACESC. No entanto, a decisão de realizar o preparo no corpo do morto é facultativa às famílias, (CASCAVEL, LEI Nº:4.634/2007), exceto nos

casos previstos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como o traslado internacional (ANVISA, RDC Nº 68 de 10/10/2007).

A oferta da tanatopraxia inicia novos costumes fúnebres relacionados ao preparo do corpo. A substituição do sangue corporal através da injeção arterial e da aplicação visceral de compostos químicos conservantes e desinfetantes, associados à necromaquiagem visa retardar o processo de decomposição natural e eliminar o aspecto de morto do cadáver, pois devolvendo ao defunto a imagem que tinha em vida. Desse modo, “[...] as técnicas químicas de conservação servem para fazer esquecer o morto e criar a ilusão do vivo” (ARIÈS, 2010, p. 187).

Como pretendo discutir adiante, o desenvolvimento das técnicas associadas à tanatopraxia pode ser compreendido a partir das transformações nas representações da morte tanto pelas práticas de higienização quanto pela preocupação com estética. Neste caso, como a ACESC foi remodelada em relação ao surgimento de novas sensibilidades e práticas da morte, a intermediação com este setor se relaciona com esta demanda do sistema da morte. Durante os atendimentos dos familiares que vão à autarquia para providenciar os preparativos do funeral e do enterro, os agentes chefes informam a respeito dessa possibilidade de contratação.

Na intenção de saber como o serviço é vendido, perguntei a um tanatopraxista como era realizado o contato entre os familiares e a empresa.

A gente chega lá na ACESC, o plantonista [agente chefe] já explicou a necessidade para a família, já fez uma pré-avaliação. Já explicou que eles não prestam esse tipo de serviço, só fazem o tamponamento no caso que é a preparação convencional. Explica que a preparação é feita por uma empresa particular e eles não passam valor. A parte de valor daí fica com a gente. Quando a gente chega lá, daí fazemos a avaliação e explicamos para a família mais detalhadamente o procedimento, o valor e a forma de pagamento no caso. E a família vai sempre optar por fazer ou não fazer, mesmo necessitando do procedimento, que daí tem a questão financeira de cada um também. Mas dificilmente não fazem (ARNALDO, 29/11/17).

Durante o campo, percebi que os agentes da autarquia procuram avaliar a necessidade do serviço e fazem valer uma lógica relacionada à sensibilidade com relação ao preparo do corpo e respeito aos familiares. Assim, no momento do reconhecimento do corpo, os familiares são informados pelos agentes sobre a existência do serviço de tanatopraxia. Nota-se que, quando o agente da ACESC

comunica sobre o serviço, as justificativas para essa indicação são técnicas e não se relacionam diretamente a uma prática de mercado. Afinal, a ACESC não obtém qualquer tipo de ressarcimento financeiro.

No entanto, há que se salientar que, conforme preconiza a Lei nº 4.634/2007, existe uma contrapartida da empresa que parece estar diretamente relacionada à ideia de humanização da morte praticada pela autarquia. O serviço de tanatopraxia é prestado gratuitamente aos corpos que do serviço necessitarem, desde que tenham usufruído do funeral isento. Além da obrigação legal prevista na lei, mesmo que o familiar não utilize o funeral isento, em caso de se tratar de família carente ou desprovida de recursos, a Tanato também realiza o preparo gratuitamente para estes enlutados. Conforme me explicou o agente chefe:

Quando a gente vê que o corpo precisa de tanato [tanatopraxia] e a família pegou o funeral isento ou então não pegou o funeral isento, mas é pobrezinha, a gente nem pede pro pessoal [tanatopraxistas] da Tanato vim fazer avaliação. Se a família concordar, só avisamos eles [tanatopraxistas] e já mandamos diretamente o corpo pra lá pra ser preparado e não é cobrado nada deles [familiares], o corpo é preparado de graça (NELSON, 10/02/18).

A oferta do serviço de tanatopraxia de forma gratuita para enterros isentos demonstra que as ações de intermediação da autarquia buscam proporcionar uma política de humanização da morte. E, segundo a percepção dos agentes, é uma “obrigação deles” orientar os familiares que existe este preparo. Essa orientação apareceu nas entrevistas como se estivesse relacionada, sobretudo, a proporcionar uma sensação de conforto durante o velório.

Eu oriento quando há a necessidade do corpo, para não causar transtorno para à família durante o velório. O corpo inchar, sair secreção que é o normal, costumeiro, dar odor forte, por causa disso. Então eu penso que eu tenho que informar ela sobre a tanato [tanatopraxia], sendo necessário ou não eu tenho que informar (VERÔNICA, 08/02/18).

Como em Cascavel é municipalizado o serviço de funeral, e a tanatopraxia ela é particular. Então em todos os casos ao meu ver, eu falo que é para orientar a família que existe um outro tipo de preparo além do nosso. Em alguns casos mesmo orientando a família que não é um serviço obrigatório e que é particular e não ter vínculo com a prefeitura, a gente acaba orientando a família da necessidade. Por exemplo: casos que já vem com sangramento, casos que vem do IML onde é aberto o corpo, acidente, hospital

onde passa muito tempo internado em UTI. Mesmo por que a preparação da ACESC não tem como dar garantia, então você pode preparar um corpo, pode levar pro velório, chegar lá e começar a sangrar, ou começar a dar vazamento de secreção. Na minha concepção então seria conforto e segurança para a família de um velório tranquilo. Por exemplo a família quer 100% de chance que ela vai poder velar o corpo com o caixão aberto ou por que tem familiares vindo de longe. Por comodidade para a família ela acaba fazendo. E o vazamento, o mau cheiro, com certeza é bem constrangedor. Então particularmente ao meu ver é por obrigação avisar que existe um outro serviço de preparação do corpo que diferencia do serviço da ACESC. Então a gente avisa que existe um outro tipo de preparo. Caso a família tenha a intenção de conhecer sobre o serviço, nem é a gente que fala. São os funcionários da Tanato que são chamados e explicam os procedimentos para a família. Então eu aviso que existe o serviço (JULIANO, 09/02/18).

A gente orienta sobre o serviço de tanatopraxia e a família opta ou não por fazer. É pra conservação mesmo, pra não ter nenhum risco durante o velório, vazamento, inchaço, mau cheiro, alguma coisa assim. E eu acho que isso causa um constrangimento durante o velório. Constrangimento pra família, daí tem aquela sensação ruim de estar com mau cheiro ou secreção saindo pelo nariz. Então eu informo a família por isso (NELSON, 10/02/18).

A predominância da perspectiva de higienização da morte fica bastante clara a partir das entrevistas com os agentes da ACESC. Cria-se, então, uma nova sensibilidade em relação ao processo de decomposição do corpo do morto. Quando os agentes se referem aos vazamentos de secreções, aos inchaços e aos incômodos provocados pela putrefação do corpo durante o velório, observa-se que esses são associados à ideia de constrangimento. A mesma sensibilidade também aparece como expressão daqueles que estão providenciando os velórios dos seus familiares.

O receio do corpo inchar e vazar foram os fatores mais mencionados pelos meus entrevistados quando perguntei sobre os motivos que levaram a consumir a tanatopraxia.

Ela ficou 16 dias internada lá no hospital. Ela estava entubada, aqueles canos na boca e daí muito inchada, muito feia ela ficou coitadinha (JORGETE, 24/07/17).

A tanatopraxia, foi justamente pro velório ficar mais apresentável. Assim pra não correr o risco do corpo vazar e tal nem nada (EDER, 24/07/17).

Porque a pessoa fica desfigurada né? Porque ela ficou muitos dias na UTI, e ela estava muito inchada (ELISA, 03/08/17).

Então, pelos históricos né? Porque se não preparasse, consequentemente o corpo poderia vazar. Então pelo histórico de como se comporta um corpo com “tanato” [tanatopraxia] e sem “tanato” [tanatopraxia] a gente optou pela “tanato” [tanatopraxia]. Mais por uma questão de prevenção mesmo. Pra evitar que vaze alguma coisa, líquidos. Por que o corpo solta alguns líquidos. Então para evitar que estes líquidos fossem soltos a gente optou pela tanatopraxia. Ah! É complicado né? Você passar ali, doze horas e aquele negócio. Não ia ser legal ver (HELOÁ, 04/08/17).

O preparo no corpo foi realizado porque ela ficou muito tempo internada. E ela estava muito inchada. Ela estava com, como é que eu vou te dizer, vazando. Ela já estava soltando líquidos. Porque assim que falece a tendência é soltar muito mais né? Então a gente fez por esse motivo mesmo. A gente não queria apresentar ela naquela situação (ROSANI, 02/08/17).

Porque incha. Porque se a gente não fizesse a preparação dela por exemplo, ou até quando o meu tio faleceu também. Como nos velórios de antigamente, você chegava lá tava o morto com o narizão (sic) cheio de algodão, inchado, vazando. É um troço esquisito né? (ANTONY, 02/08/17).

Em alguns casos, considerando-se o estado em que se encontra o cadáver, os próprios familiares que já a conhecem solicitam o serviço de tanatopraxia para que seja feito o embalsamamento. Conforme me relatou o gerente da empresa Tanato:

A gente percebe que quando fazemos uma preparação para uma família ou então para alguém que conhece ou acompanhou de perto os trâmites do velório, geralmente eles procuram fazer novamente. (ARNALDO, 29/11/17).

Outro fator muito citado para o consumo do serviço oferecido pela empresa privada é a estética do morto. Os parentes se preocupam com a posição dos olhos, com a boca aberta, com a palidez ou a rouidão cadavérica. Em alguns casos, alterações mais graves provocadas por acidentes ou por intervenções médicas invasivas também são relevantes e justificam a realização da necromaquiagem.

Os relatos dos meus entrevistados também reforçam o descrito anteriormente. Eles relacionam o preparo do corpo, principalmente, à beleza e à aparência do morto, posto que ele permanecerá exposto durante o transcorrer do velório, conforme demonstro a seguir.

O preparo no corpo foi realizado porque ela estava bastante machucada, tráqueo<sup>63</sup>, perfurações. Então a estética melhorou, a apresentação do corpo ali pra velório ficou bem melhor. Apresentação pra quem viesse a participar do funeral, pra quem viesse pra capela, pro velório (ROSANI, 02/08/17).

Porque ela tava muito feia, Deus o livre. Ela era muito vaidosa, gostava de andar tão bonitinha e daí eu falei para as meninas, não dá pra deixar ela ficar assim. Eu não entrei lá dentro mais as duas filhas minha entraram lá e falaram que tinha que ser feito pra deixar ela mais bonitinha. Ela gostava de andar bem arrumadinha, cabelinho bem arrumado o rosto todo maquiadinho, daí a gente deixar ela tudo roxa daquele jeito, e a boca cortada, daí a gente decidiu por isso. Deixar a imagem dela bonitinha. (JORGETE, 24/07/17).

Fazendo o preparo do corpo eles deram uma arrumadinha, porque tinha os netos, tinha criança. Daí eles preparam se a pessoa ficou com a boca aberta eles arrumam, eles fecham. Fazem uma maquiagem. Então fica melhor. Falando o português correto, pra não assustar né? Tipo criança por exemplo que vai num velório. Porque imagina você ver lá a vó com a boca aberta, porque a pessoa fica desfigurada né? Então a tanatopraxia ajudou nisso. Melhora a estética (ELISA, 03/08/17).

Neste ponto, é importante ressaltar que a preocupação com a aparência do morto ou a maneira mais adequada para expor o corpo durante o velório não é costume novo. No Brasil, segundo Reis (1991), no século XIX, a primeira providência a ser tomada após o falecimento era o cuidado com o cadáver. Naquela época, o preparo do corpo era realizado em âmbito doméstico e consistia em dar banho, cortar o cabelo, as unhas e aparar a barba. O cuidado com o corpo atendia aos preceitos religiosos e culturais, como a posição das mãos, o tipo e a cor da mortalha, a aparência do rosto, tudo isso fazia parte do ritual. “O defunto [...] devia estar limpo, bonito e cheiroso para o velório, esse último encontro com parentes e amigos vivos” (REIS, 1991, p. 115).

Para exemplificar como ocorre a aquisição deste serviço, a seguir, narro um caso presenciado por mim durante o trabalho de campo.

Em uma tarde do mês de outubro de 2017, cheguei à ACESC e fui informada que um atendimento estava em curso. Tratava-se da organização do funeral de uma senhora de 83 anos de idade, viúva, aposentada. Ela faleceu em um hospital de Cascavel após cinco dias de internação devido à insuficiência cardíaca congestiva

---

<sup>63</sup> Traqueostomia: intervenção cirúrgica que consiste na abertura de um orifício na traqueia e na colocação de uma cânula para a passagem de ar.

(ICC). Luci, acompanhada de sua filha e esposo, presidia os encaminhamentos para o velório da mãe. Terminada a escolha dos artigos e serviços adquiridos da ACESC, Luci demonstrava desconforto com as condições em que o cadáver se encontrava, boca aberta, olhos desidratados, os quais mantinham as pálpebras retraídas e palidez cadavérica.

Luci quis saber mais detalhes de como era feito o preparo do corpo na ACESC e também como era a tanatopraxia. O agente informou que na autarquia a preparação do corpo consiste somente em higienização completa e tamponamento que é a preparação simples. “Não fazemos a retirada de líquidos, de sangue, nada do corpo. Então a questão da preparação a família que determina. Daí assim, vocês que decidem se querem fazer a preparação aqui da ACESC ou a tanatopraxia. Vocês fiquem à vontade em querer fazer ou não”. “Isso tem custo?” Pergunta o esposo de Luci. O agente esclareceu que a tanatopraxia é realizada por uma empresa particular. E quando há interesse dos familiares em fazer, os agentes entram em contato com o plantão da empresa e um tanatopraxista se encaminha até lá. Após a avaliação das condições do corpo, explicam em detalhes como é realizado e a finalidade do preparo e passam o orçamento do custo. “E você sabe mais ou menos quanto é isso?” Indaga novamente o genro. O qual é informado pelo agente que o preço mínimo é R\$ 1.000,00<sup>64</sup>. “E daí vamos fazer? Ou não? Eu não sei!” Fala Luci, olhando para o esposo, demonstrando estar indecisa. “Ah! Ela não tá feia ali. Vocês dão uma ajeitadinha nela?” Ela pergunta ao agente.

Neste caso, o agente confirma e explica novamente aos familiares que o preparo do corpo realizado pela ACESC é o preparo básico, que corresponde à higienização do corpo, ao fechamento dos olhos e da boca; para isso, é aplicado um gel adesivo e o tamponamento dos orifícios. “Mas assim, retirar líquidos, tratar o corpo para que não inche e não dê mau cheiro, isso não fazemos. Mas vocês fiquem à vontade, é um serviço que não é obrigatório, é particular e vocês fazem se quiserem”, o agente frisa aos familiares.

Me pareceu que temendo alterações anatômicas e extravasamento de líquidos, durante o velório, originados do processo de decomposição, Luci novamente pergunta. “Mas ali do jeito que está vai inchar, vai vazar alguma coisa ou

---

<sup>64</sup> O valor do serviço de tanatopraxia é cobrado, baseado na tabela do Sindicato dos Estabelecimentos de Serviços Funerários do Estado do Paraná – SESFEPAR.

não tem como saber?” “Infelizmente não tem como saber, depende de vários fatores, tempo de internação, medicação, causa da morte”, frisa o agente.

Interessados em obter mais informações a respeito da tanatopraxia, os familiares também quiseram saber se era comum outras famílias optarem em realizar o procedimento. “Olha tem bastante gente [familiares] que faz”. “Mas pessoa de idade assim geralmente acontece o quê?” Quer saber o esposo. “Na verdade, é como eu disse, depende do tempo de internação, medicação, causa da morte, cada corpo reage de uma forma. Não tem como eu garantir que vai dar algum problema ou não, durante o velório”, responde o agente.

Luci comenta, com ar de preocupação estampado no rosto, que durante o tempo de internação sua mãe permaneceu com infusão contínua de soro e que estava em dúvida quanto à realização da tanatopraxia, e pergunta ao agente. “E o que eles fazem, dão uma coradinha nela, uma ajeitadinha, retiram líquido?” De uma maneira simples, o agente explica que o procedimento consiste em retirar todo o sangue do corpo e no lugar injetar um líquido conservante. E conforme o desejo dos familiares é realizado também a necromaquiagem.

A prática de maquiar os mortos foi registrada no Brasil do século XIX. Naqueles tempos, os corpos das crianças-defunto eram preparados utilizando-se todo um aparato material para a boa apresentação do cadáver. A utilização de cosméticos na face era comum durante o velório, conforme descreve Reis (1991, p. 128), [...] pelo menos as crianças eram fortemente maquiadas, sobretudo de ruge, e enfeitadas de flores, laços e bijuterias”.

Os questionamentos prosseguiram. O esposo de Luci quer saber se para contratar o serviço eles precisam ir até a empresa. “Não, eles [tanatopraxistas] vêm aqui sem compromisso. É só ligar eles vêm aqui e conversam com vocês e explicam direitinho”, responde o agente. “E quanto tempo demora pra fazer isso?” Pergunta Luci, a qual foi informada pelo agente, que o procedimento normalmente demoraria em torno de uma hora e meia a duas horas. “Ah Luci! Faz pra ela, pra dar um enterro legalzinho pra ela. Vai que os parentes de fora resolvem vir e daí tem que atrasar o enterro”, diz o esposo.

Este último trecho da fala do esposo demonstra outro motivo de grande preocupação dos familiares e que leva à contratação do serviço de tanatopraxia: a prorrogação do tempo do velório. Afinal, há familiares que moram mais distante e

precisam de mais tempo para chegar na despedida. Tal fator também foi evidenciado no relato de outra entrevistada:

Na verdade, nós achamos melhor fazer porque a gente achava que ia vir uma irmã dele de Rondônia pra cá. Daí fazendo, o corpo dura mais tempo né? Ele fica mais tempo. Ele podia ficar sendo velado mais tempo. Tanto que nós tínhamos três dias pra velá-lo. A tanatopraxia mantém em condições de velório por mais tempo (MARISE, 03/08/17).

Resposta semelhante obtive do gerente da empresa Tanato quando questionei quais eram os motivos pelos quais os familiares solicitavam a preparação de um corpo para velar além das 24 horas.

Às vezes é por que tem algum familiar viajando ou que mora em outro País que tem que vir de avião ou em outro Estado que é difícil ou demora o contato. Mas geralmente os pedidos mais longos dos familiares não passam aí de quatro dias (ARNALDO, 29/11/17).

Este motivo também foi mencionado pelos agentes chefes da ACESC e comprova a fala do gerente. Isso pode ser observado a seguir:

Têm famílias que querem velar 24 horas, têm famílias que velam 30 horas, têm famílias que resolve velar mais, outras às vezes nem velam, mas resolvem fazer tanato [tanatopraxia], porque simplesmente eles querem conforto, a garantia e a certeza de que enquanto o corpo estiver na capela não vai dar problema (JULIANO, 09/02/18).

Determinados a fazer o preparo do corpo, Luci solicitou ao agente que telefonasse à empresa e pedisse para que um tanatopraxista fosse até lá para atendê-los. Chegando à ACESC o tanatopraxista cumprimentou a família e acompanhado pelo agente foi ver o corpo para saber em que condições ele estava. Voltou à sala de atendimento, explicou à família a finalidade do procedimento e passou o valor.

Como a realização da tanatopraxia envolve um familiar responsável, o tanatopraxista preencheu a ficha de autorização<sup>65</sup> e solicitou a assinatura do familiar.

---

<sup>65</sup> A ficha de autorização é o documento que uma pessoa da família do morto assina, para que consinta que seja efetuada a tanatopraxia (conservação do corpo) e também ficará sob sua

Essa negociação é realizada na ACESC entre o tanatopraxista - representante da Empresa Tanato - e a família. Nenhum documento é vinculado à ACESC, ou seja, não há contrato de prestação de serviços entre a autarquia e a empresa Tanato. Da mesma forma, mesmo que a negociação seja realizada na sede da autarquia, em caso de ocorrência de quaisquer eventualidades relacionadas ao procedimento, ela deverá ser resolvida entre a empresa e os familiares.

Firmada a contratação do serviço, os agentes funerários realizaram o transporte do corpo até o laboratório de tanatopraxia da empresa, juntamente com o caixão, a roupa fúnebre, o véu e as flores para ornamentação. Após a realização da tanatopraxia e higienização, o cadáver foi colocado na urna, vestido e maquiado. A ornamentação também foi feita pelos tanatopraxistas. Essa preparação demorou aproximadamente uma hora e meia. A seguir, foi informado ao agente chefe da autarquia que o corpo já estava pronto, o qual foi trasladado pelos agentes da ACESC até a capela onde ocorreu o velório.

Ao longo do meu trabalho de campo, percebi que o preparo do corpo, através de técnicas de conservação e necromaquiagem tendem a minimizar o impacto do confronto dos familiares, amigos e conhecidos, com o corpo morto e sua deterioração. “A representação da “boa-morte” passa, assim, pela imagem de integridade física e de serenidade do corpo sem vida e a tanatopraxia revela-se um recurso importante na construção desta imagem” (MENDES, 2010).

O fato da ACESC ter agregado o serviço de tanatopraxia a suas práticas de intermediação responde às novas sensibilidades da morte e minimiza os traumas relativos ao encontro com o corpo do morto. Como vimos no capítulo anterior, na nova sensibilidade da morte atualmente praticada, quanto mais semelhante ao vivo o cadáver esteja, menos convivência com a visão da morte tem os vivos. Como também apontamos, a preocupação com a deterioração corporal também foi um fator muito citado, pois apontava o desejo de se minimizarem os riscos de que a morte evidencie seus sinais ainda no velório.

Segundo a explicação do gerente da empresa de tanatopraxia, os familiares querem evitar transtornos durante o velório, o que tornaria o momento ainda mais doloroso para os familiares. O embalsamamento e a necromaquiagem melhoram a

estética e proporcionam uma boa apresentação do corpo aos participantes durante o velório.

A maioria das famílias que faz pela primeira vez é pra prevenir transtornos no decorrer do velório a fim de evitar vazamento, mau cheiro e inchaço. Principalmente o vazamento que dá mais transtorno. Tem que ficar secando o morto, e isso aí deixa a família meio “sem graça”, perante as pessoas que estão no velório, vamos dizer assim. E também pra deixar o corpo mais bonito, esteticamente mais apresentável (ARNALDO, 29/11/17).

A fim de dar respaldo à fala do gerente e acrescentar outros detalhes, o discurso de alguns entrevistados faz referência ao receio do odor fétido exalado do cadáver foi apontado como fator para decisão.

A tanatopraxia é importante, pra ter um funeral decente, que eu acho assim, sem cheiro, sem odor. Para evitar constrangimento no velório, mau cheiro, com isso ameniza (VANDER, 01/08/17).

A tanatopraxia a preparação do morto, qualquer morto, tem que ter. Pra ficar mais tranquilo, por medo de a pessoa feder. Melhora pro velório, pra quem tá ali (ADELINA, 01/08/17).

Porque a pessoa fica desfigurada né? Então a tanatopraxia ajudou nisso. Melhorou a estética e também não deu mau cheiro (ELISA, 03/08/17).

Ela ficou muito tempo internada. Ela já tava bastante machucada, tráqueo, perfurações. Então aquilo ali já tava vazando em vida, se deixasse depois do óbito ali daquele jeito ia vazar mais ainda. E daí produz um mau cheiro, fica ruim, né? Uma coisa bem chata mesmo pro momento (ROSANI, 02/08/17).

A minha análise do campo e relatos dos entrevistados aqui apresentados reforçam o pensamento de Mendes (2010) de que as técnicas aplicadas à morte parecem contribuir para a construção dos novos “rostos da morte”, pois tencionam resguardar o confronto dos familiares, amigos e conhecidos com a degradação corpórea do falecido, com a iminência da decomposição física e com a fealdade da morte.

Neste sentido, podemos compreender que a oferta da tanatopraxia pelos agentes da ACESC é justificada mediante as novas sensibilidades em relação ao cadáver e a sua exposição. E, embora esta prática esteja diretamente relacionada à

oferta de um serviço de empresa privada, o ato de oferecer não é realizado de forma ostensiva, exigindo-se do seu familiar a compra. Ao mesmo tempo, a autarquia explica que tende a respeitar a vontade dos familiares quanto à aquisição ou não do serviço.

Diante dos relatos e dos dados que presenciamos em campo, podemos dizer que o fato deste serviço ser oferecido nas dependências da ACESC, é uma transformação no gerenciamento da morte que visa atender às demandas vindas dos próprios enlutados, os quais demonstram grande preocupação com a estética, com a beleza e com a limpeza do corpo do morto.

### 3.3 O CEMITÉRIO PRIVADO

Como expliquei no primeiro capítulo, ao longo do tempo, devido à grande quantidade de enterros ocorridos na cidade, as vagas para sepultamento nos cemitérios geridos pela ACESC se tornaram insuficientes para dar conta da demanda. Inicialmente, para resolver o problema, foram construídos gavetários nos cemitérios Central e Jardins de Cascavel. Entretanto, dada a existência de uma demanda que refletia a falta de espaço público para o enterramento, a ACESC considerou oportuno agregar ao mercado da morte um cemitério privado denominado Jardins de Cascavel. Esse novo cemitério tem formato de cemitério-parque e foi autorizado mediante a Lei nº 3.183, de 22 de dezembro de 2000 e o Decreto Municipal nº 5.195/2000. O primeiro sepultamento neste cemitério ocorreu em 2001.

Esse modelo de necrópole, o cemitério parque, no Brasil, também chamado de cemitério jardim, teve sua origem no *lawn cemetery*<sup>66</sup> anglo americano do século XX. Naquele contexto, ele se caracterizava por um “grande relvado onde pequenas placas funerárias são perceptíveis. Assim, na América, o cemitério passou a ter cada vez menos a aparência de um *churtyard*<sup>67</sup> e cada vez mais a de um jardim” (ARIÈS, 2014, p. 718).

---

<sup>66</sup> Cemitério gramado. O cemitério de Mount Auburn, em Cambridge, Massachusetts, região metropolitana de Boston, é considerado o primeiro cemitério desta tradição. Datado de 1831, foi construído devido ao empenho e ideais de Jacob Bigelow, médico e botânico estadunidense. Na medicina, este personagem, em consonância com os estudos de sua época, tinha atenção pelo campo da saúde pública (SANTOS, 2015, p. 72).

<sup>67</sup> Cemitério.

No Brasil, o primeiro cemitério deste formato foi construído na cidade de São Paulo na década de sessenta e é chamado de Cemitério da Paz. Entretanto, conforme observou Santos (2015, p. 71), “no Brasil, nota-se nas últimas décadas um movimento em direção aos cemitérios parque/jardim e, a maior parte das novas necrópoles implantadas se apresentam desta forma, principalmente as de cunho privado”.

O cemitério Jardins de Cascavel está localizado afastado do perímetro urbano e é rodeado por cerca viva. Os jazigos são construídos abaixo do nível do terreno que é recoberto por grama, os quais são identificados por lápides padronizadas em granito. No cemitério, não é permitido o levantamento de qualquer construção ou monumento nos jazigos. A escultura funerária na qual constam o número do jazigo e o nome da pessoa ou pessoas sepultadas são placas em inox. Também fazem parte do ambiente paisagístico, ciprestes, lírios amarelos, agapantos azuis, buxos, plantas ornamentais e árvores.



Figura 33: Cemitério Jardins de Cascavel. Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 34: Cruzeiro do cemitério Jardins de Cascavel. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

A regulação e a fiscalização do novo cemitério permaneceram sob a jurisdição da ACESC, mesmo mediante à concessão do poder público municipal para a exploração dos sepultamentos pelo setor privado. Essa fiscalização e demais competências relacionadas à intermediação são atribuídas a cinco conselheiros, nomeados pelo prefeito municipal e que compõem o Conselho Deliberativo e Fiscal da Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel. São membros: um presidente, o superintendente da ACESC, um representante da Secretaria de Administração e dois representantes do Poder Legislativo.

Os valores cobrados pelos serviços funerários relacionados ao sepultamento, aquisição, manutenção dos jazigos, exumação, locação de salas de velório, administrado pelo cemitério privado, antes da sua implantação devem ser remetidos à ACESC para aprovação, segundo critérios devidamente fundamentados que levem em consideração os custos envolvidos. E uma tabela com os preços deve permanecer fixada no cemitério, em local visível ao público (LEI Nº 4.634/2007).

Nota-se que, no Brasil, a concessão para instalação e funcionamento de cemitérios privados começou a surgir em meados do século XIX a partir da prática médica e da higienização, que culminou na proibição dos sepultamentos no interior das igrejas e seus adros. Devido à falta de espaços para enterrar os mortos, interesses privados começaram a aparecer em várias cidades a fim de construir e explorar comercialmente os cemitérios. Em 1835, em Salvador, empresários enviaram propostas para resolver a questão dos cemitérios (REIS, 1991). “Em

situação idêntica, surgiu, no Rio de Janeiro, em 1843, uma proposta privada para a construção dos cemitérios públicos da Corte” (RODRIGUES, 1997, p. 92).

Os jazigos disponibilizados no cemitério Jardins de Cascavel são adquiridos sob a forma de concessão, individual ou familiar e estão disponíveis em quatro modelos: subterrâneos individual no valor de R\$ 7.000,00, subterrâneo com três gavetas, sem área de exumação. Isto é, apenas três pessoas podem ser sepultadas, no valor de R\$ 10.000,00, subterrâneo com três gavetas, área lateral para exumação, que custa R\$ 15.000,00 e o jazigo subterrâneo com seis gavetas e área central para exumação, de R\$ 20.000,00.



Figura 35: Jazigo subterrâneo com três gavetas com área lateral para exumação.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 36: Jazigo com três gavetas, sem área para exumação.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

No valor cobrado pelo jazigo já estão incluídos a lápide, placa de identificação e floreira que são padronizados. O pagamento pode ser parcelado em até dez vezes no cartão de crédito. Segundo Moraes (2009, p. 158), “a comodidade financeira e prática é um dos principais atrativos do consumo de produtos e serviços fúnebres”.

A morte é um assunto sobre o qual muitas pessoas não gostam nem de pensar e por isso não é comum que os cascavelenses comprem antecipadamente um jazigo, mesmo que a modalidade para utilização futura ou preventiva, seja oferecida pela administração do cemitério privado. Assim, o cemitério Jardins de Cascavel disponibiliza jazigos prontos para o sepultamento, que podem ser adquiridos na modalidade emergencial.

Perguntada sobre qual a condição que leva as pessoas a adquirirem jazigos na modalidade preventiva, uma executiva de vendas relatou:

Alguns que comprem jazigos de forma antecipada, comprem para prevenção. Prevenção deles, assim eles estão prevenindo para não sobrecarregar a família depois. Mas a maior parte das pessoas que vem aqui para comprar é por que na família tem alguém muito

velhinho ou por que tem alguém doente, então a maioria refere isso, eles compram quando acham que alguém vai morrer. Ou ainda até mesmo a própria pessoa ela já tá velhinha, ela vem e quer comprar pra não dar trabalho pra família (PATRÍCIA, 12/11/17).

A taxa de sepultamento não é cobrada ao se comprar um jazigo na modalidade emergencial no cemitério Jardins de Cascavel. E, ao adquiri-lo na modalidade preventiva e ocorrer o uso antes de trinta dias, que é o período de carência, o concessionário também estará isento da taxa de sepultamento, porque será considerado como uso emergencial. Entretanto, terminado o período de carência, caso o jazigo venha a ser utilizado, é cobrada a taxa de sepultamento que corresponde a um salário mínimo. Independente do modelo de jazigo adquirido, após um ano de sepultamento, é cobrada anualmente uma taxa de meio salário mínimo para jazigos individuais e, para os demais modelos, a taxa de um salário mínimo para a manutenção permanente do local que é realizada por jardineiros e paisagistas.

Os concessionários podem autorizar o sepultamento de qualquer pessoa que desejar, desde que respeite a capacidade de cada jazigo. Para a reutilização das gavetas, dos modelos que possuem área para exumação, os proprietários só poderão realizar novos sepultamentos após o decurso do prazo de exumação de cinco anos e os restos mortais exumados permanecerão no mesmo jazigo preservados em embalagens adequadas e identificadas. E também é cobrada a tarifa de um salário mínimo para realizar a exumação.

Além do espaço para os sepultamentos em jazigos, o cemitério proporciona uma infraestrutura no qual se incluem estacionamento, duas salas para velório (sala azul e sala verde) com quartos para repouso e banheiros privativos.

Conforme a executiva de vendas explicou:

Para utilizar as salas do cemitério Jardins de Cascavel para o velório, os concessionários pagam o valor de um salário mínimo e contam com uma equipe no local para dar toda a assistência necessária, desde o começo do velório até o sepultamento, que é realizado pelos coveiros do próprio cemitério. Nesse valor cobrado pelo uso da sala também está incluso um coffee break, que é servido aos participantes do funeral (PATRÍCIA, 12/11/17).



Figura 37: Sala Azul para velório. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

O local também possui sala de meditação (espaço para todas as crenças que é utilizada para o cerimonial de despedida), brinquedoteca, copa equipada com serviço de café 24 horas, sala de recepção para atendimento administrativo, sanitários de usos comuns e um jardim de inverno para descanso.



Figura 38: Sala de meditação. Fotografia: Marilana Machado, 2017.



Figura 39: Brinquedoteca. Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Conforme pude observar, o cemitério Jardins de Cascavel representa essa nova tendência de cemitérios com concepções arquitetônicas e paisagísticas inteiramente diferenciadas. As sepulturas são escondidas no solo, recobertas por um extenso gramado que dão a sensação de não ser uma necrópole e sim um parque/jardim, como o próprio nome diz. A vista dos olhos, o verde do gramado contrasta com o colorido das flores. O local da inumação é sinalizado por pequenas floreiras e lápides discretas, pois “nenhuma evidência alegórica alusiva à conservação do corpo morto deve se tornar elemento constitutivo da paisagem cemiterial” (MOTTA, 2009, p. 86).

No início dessa pesquisa havia um banner informativo sobre a existência do cemitério Jardins de Cascavel pendurado na parede sala de recepção do plantão da ACESC.



Figura 40: Banner cemitério Jardins de Cascavel.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Atualmente, o banner foi retirado devido à reforma da sala para substituição do teto e pintura das paredes.

Considerando-se que, atualmente, o município somente dispõe de jazigos para a venda no cemitério Cristo Redentor e que o objetivo da concessão para a instalação de um cemitério particular foi autorizado justamente como forma de suprir a carência de espaço para os cascavelenses sepultarem seus mortos, a depender do caso, os agentes chefes informam sobre a disponibilidade dos jazigos comercializados pelo cemitério Jardins de Cascavel.

Tem alguns que não querem ser enterrados no Cristo Redentor, por que é lá no Guarujá, principalmente aquelas pessoas mais “estilosas”, daí como é só lá que temos pra vender, eu também falo do cemitério particular. No caso eu indico que tem o Jardins de Cascavel (VERÔNICA, 08/02/18).

Quando não querem comprar no nosso cemitério [Cristo Redentor], por que é o único cemitério municipal que tem terrenos pra venda, eu informo que tem a opção de um cemitério particular, daí eu falo do Jardins de Cascavel, daí a família tem essa opção para escolher (NELSON, 10/02/18).

Embora os jazigos do cemitério possam ser adquiridos em parcelas, na opinião dos agentes da ACESC, não é acessível a todas as camadas sociais, mas, somente as que possuem boa condição financeira e podem comprar um jazigo no cemitério. Como pode ser confirmado na seguinte fala.

Como em Cascavel hoje, a ACESC só tem um cemitério que tem terrenos disponíveis para a venda, o cemitério Jardins de Cascavel seria uma segunda opção para as pessoas de posse maior. Quem não tem R\$ 2.500,00 para comprar um terreno no cemitério aqui [Cristo Redentor], não vai ter sete, oito, dez, quinze eu acho que o mais baixo deles está em torno de R\$ 8.000,00 agora. Se a família chegar aqui perguntando, a gente informa. Se na hora que a gente tá vendendo o funeral a família solicitar, ou pedir: Não existe outro cemitério? A gente diz que existe o cemitério particular da Mascor, o Jardins de Cascavel, daí a gente passa o telefone, às vezes a gente mesmo liga lá para ajudar a família (GUSTAVO, 11/01/18).

É fato que a morte chega para todos. Contudo, o valor da despedida pode variar bastante. Pode inclusive chegar a um preço relativamente alto, dependendo dos artigos adquiridos, entre eles o cemitério. Conforme refere Ariès (2010), uma pessoa, mesmo em estado de morto, sofre influência da condição social no qual estava inserida em vida. Um exemplo disso são as escolhas dos artigos e serviços fúnebres, que às vezes são escolhidos a partir da classe social do morto ou dos familiares, como parece ser o relato pelos agentes da autarquia e do cemitério.

Quando os familiares já são concessionários de um jazigo no Jardins de Cascavel, na ocorrência da morte de um ente, o corpo é trasladado pela ACESC até o cemitério quer seja para ser velado e posteriormente sepultado, ou somente para o sepultamento. Nesse caso, a atribuição da ACESC limita-se somente a realizar o transporte do morto. Conforme explicou o agente:

Se a família já tem jazigo e o morto vai ser velado e enterrado lá no Jardins de Cascavel, a gente cobra a taxa de deslocamento, que seria a taxa de transporte igual a taxa que é cobrada para levar para os cemitérios do interior do município que custa R\$ 70,00. Igual é feito quando só vai ser enterrado lá. Depois do velório a gente leva e deixa o corpo no local. E daí lá eles fazem as últimas despedidas e os coveiros do próprio cemitério fazem o sepultamento (GUSTAVO, 11/01/18).

Nota-se que o surgimento do cemitério-parque dá conta de prover o mercado da morte cascavelense de um produto relacionado a um público específico. Neste caso, como os dados comprovam, o serviço é disponibilizado aos mortos cujas famílias têm condições materiais para aquisição deste tipo de produto considerado caro se comparado aos demais semelhantes existentes. No entanto, não se trata apenas de ter questão financeira, “o cemitério-parque também se encaixa no surgimento de itens funerários que desconstroem a imagem da morte como amedrontadora e dos cemitérios como lugares lúgubres” (SANTOS, 2015, p. 80). O cemitério deve combinar com as expressões mais comedidas perante a morte com o surgimento de novas sensibilidades relacionados a morte. O oferecimento do serviço pelos agentes da ACESC evidencia também elementos que reforçam a nossa hipótese de humanização da morte pela autarquia, pois atende a um público específico da cidade.

### 3.4 AS FLORICULTURAS

As floriculturas também fazem parte do cenário mercadológico da morte cascavelense e estão localizadas no calçadão da ACESC. Estes estabelecimentos comerciais fornecem flores diferenciadas do crisântemo - que já é oferecido pela ACESC para ornamentação da urna<sup>68</sup>. Há arranjos, buquês e coroas de flores naturais e artificiais. Há também outros produtos além dos confeccionados com flores tais como fotografias em porcelana e placas póstumas que contêm uma inscrição ou epitáfio em homenagem e em memória do falecido.

Quando a ACESC foi criada no ano de 1989, quatro modelo de coroas eram comercializados: de carvalho, de plástico, de lata e de metal<sup>69</sup>. As flores utilizadas para ornamentação eram as palmas. Como expliquei no capítulo anterior, as palmas foram substituídas por crisântemos. No entanto, as coroas foram removidas da lista de produtos ofertados pela autarquia. Busquei compreender estas transformações no mercado de flores associadas a morte na cidade.

---

<sup>68</sup> No capítulo anterior já discorremos a respeito dos crisântemos.

<sup>69</sup> Segundo Jordão, as coroas de plásticos e as de carvalho bem como as coroas de lata e de metal eram dos mesmos materiais, de plástico e de lata, respectivamente. A diferença encontrada na tabela era uma maneira de diferenciar o preço, devido aos detalhes, que tinha em uma e não tinha em outra.

Realizei entrevista com um funcionário da ACESC que já trabalhava na autarquia no ano da sua fundação. De acordo com o relato deste agente, a palma era mais cara e perecível e isso acarretava muita perda. Então, devido ao custo e à fragilidade da flor, a solução encontrada pela administração daquela época, o crisântemo foi introduzido como flor ornamental na tabela dos artigos.

Por muitos anos nós usamos a palma. Mas a palma além de ser mais cara, ela perece demais, de um dia para o outro ela amadurecia e apodrecia tudo. Mas fizemos por muitos anos arranjo com palma, era o costume. E o arranjo era muito mais bonito que o crisântemo, mas devido a perdas percebemos que não era viável. Por que a palma de um dia para o outro desabrochava e se não usasse, no outro dia ela estava estragada. Por uns oito ou dez anos usamos a palma. Mas depois veio o crisântemo e como ele dura mais, por que vem em vaso plantado e o custo também é inferior, foi deixado de usar palma e então passamos a usar o crisântemo branco, que é fornecido para ACESC diariamente, por licitação, pela floricultura, conforme o uso. Então não estraga nada (JORDÃO, 21/10/17).

Alguns fatores apontados pelo interlocutor explicam essa mudança com relação à retirada das coroas da tabela de artigos fúnebres que eram comercializadas pela ACESC.

A ACESC deixou de vender pelo seguinte: as coroas de lata, que eram feitas antigamente, essas coroas elas eram cortantes, por que eram feitas de reaproveitamento de latas de óleo, latas de tudo quanto era tipo. Então no manuseio muitas vezes a gente acabava se cortando. E as coroas de plásticos também compravam, menos que as de lata mais compravam. Mas as coroas feitas com esses materiais eram muito resistentes, duravam muito, principalmente as de latas, duravam muitos anos e ficavam entulhadas nos cemitérios, ficavam aqueles amontoados poluindo e quando a gente fazia limpeza e jogava fora, algumas famílias não gostavam e acabavam reclamando. Depois que inventaram as coroas de flores naturais melhorou muito, por que quando a coroa seca, se é jogada fora pelos zeladores dos cemitérios, as famílias não vêm reclamar. Digamos assim, foi melhor até pro meio ambiente (JORDÃO, 21/10/17).

Outra questão corriqueira era a reclamação de familiares junto à administração da autarquia com relação ao furto das coroas de flores:

Às vezes, um dia depois do sepultamento a coroa já não estava mais lá no túmulo. E antigamente, não era como hoje, esse monte de coroas, ninguém mandava coroa, então o morto só tinha uma. Daí

roubavam, pintavam de outra cor e vendiam para a família de outro defunto (JORDÃO, 21/10/17).

Segundo o depoente, quando o dia de finados se aproximava, era costume que algumas famílias fossem ao cemitério pegar a coroa de lata e mandar avivar as cores com uma pintura nova. Assim era feito por anos e anos consecutivos.

Os motivos narrados por Jordão são reveladores para compreendermos as transformações das práticas relacionadas ao consumo das flores. Nesse sentido, é possível perceber que as coroas antes confeccionadas em lata ou plástico foram substituídas pelo consumo das flores naturais. Nota-se que na explicação para estas transformações estão presentes fatores ambientais, de sociabilidade e também aqueles associados à saúde dos trabalhadores da autarquia. No entanto, não podemos deixar de notar a facilitação para o crescimento do mercado de venda de flores naturais na cidade que se desenvolveu no seu entorno.

Em frente à ACESC existem três floriculturas especializadas que vendem dois tipos de coroas. As de flores artificiais custam entre R\$ 135,00 à R\$ 280,00 e os preços das flores naturais variam de R\$ 195,00 a R\$ 710,00, cada. Segundo me informou uma vendedora, as coroas mais vendidas custam R\$ 280,00.

As coroas de flores naturais são as mais vendidas para as famílias. Nós mostramos um catálogo com alguns modelos, então a família escolhe e a gente faz. As flores que mais usamos para a confecção são o crisântemo, a rosa de várias cores, a gérbera, lírios, mini margaridas e mosquitinho. E para fazer o fundo da coroa usamos o tango e ao redor aricana<sup>70</sup>. Essas flores também são usadas quando as famílias preferem fazer a ornamentação do caixão, diferente do crisântemo, que é a flor que a ACESC tem (ROSA, 17/10/17).

É interessante se observar na fala da vendedora que a floricultura não oferece o crisântemo para o caixão - já que é disponibilizado pela ACESC. A venda dos produtos está relacionada a itens distintos, resguardando-se a exclusividade da autarquia.

É muito comum que os cascavelenses consumam coroas de flores. “As coroas de flores que enfeitam as capelas e as sepulturas [...] são imprescindíveis em qualquer velório, mesmo nos mais pobres” (VICENTE da SILVA, 2011, p. 158).

---

<sup>70</sup> Aricana: Pequena palmeira de folhas lanceoladas (semelhantes as folhas do milho).

No transcorrer de alguns velórios observados, reparei que os familiares recebem coroas de flores de parentes e amigos que proporcionam a ornamentação da capela mortuária, a fim de amenizar o ambiente funéreo. Conforme me relatou uma entrevistada a qual, durante o velório de sua mãe, recebeu muitas coroas.

A coroa, meu Deus, quanto a mãe ganhou de coroa. Ela nem era conhecida assim do povo, mais ela ganhou doze coroas: uma pela seguradora e depois das famílias que gostavam dela, porque eu me admirei, encheu de coroa, doze coroas, eu contei (ADELINA, 01/08/17).

Essas coroas são enviadas tanto em homenagem à pessoa falecida como em condolência à família enlutada. Nas coroas também é usual a colocação de uma faixa e, pela inscrição, é possível identificar quem enviou. Se amigos, empresas, familiares, colegas de trabalho, etc.



Figura 41: Coroa de flores naturais.  
Fotografia: Marilana Machado, 2017.

Para compreender melhor o significado da coroa de flores para os entrevistados desta pesquisa, primeiramente, é necessário entender alguns aspectos e considerações que permeiam o consumo desse artigo. De acordo com Moraes (2009), uma cena comum observada nas capelas velatórias é a ornamentação da sala, quando as capelas passam a receber coroas de flores de parentes e amigos da pessoa falecida.

Contudo, como ressalta a autora, “o hábito de ornamentar os túmulos ou as capelas com flores sugere uma demonstração de carinho que os vivos têm por seus

mortos. Já quando presenteadas por amigos ou conhecidos também podem sugerir solidariedade para com a família enlutada” (MORAIS, 2009, p. 205). “A coroa de flores também pode ser o símbolo da saudade e, por isso, é utilizada constantemente nos funerais” (DALMÁZ, 2008, p. 104).

Ao se focar especificamente na intermediação realizada pela ACESC, nota-se que quando os familiares preferem outro tipo de flor que o crisântemo ou querem comprar uma coroa, os agentes indicam as floriculturas para que o familiar possa adquirir. Assim, posteriormente à compra dos demais itens na ACESC, os familiares se dirigem às floriculturas localizadas em frente à autarquia e efetuam a compra.

Na fala dos agentes chefes, é possível entender melhor como essa intermediação acontece, no momento em que os familiares escolhem os artigos funerários.

Na hora que a gente tá vendendo o funeral, tem muitas famílias que pedem coroas, ou até mesmo aquelas que não querem o crisântemo pra ornamentar o caixão. Daí eu digo que nós não temos, mas tem as floriculturas que vendem (VERÔNICA, 08/02/18).

Quando a gente vai vender, a gente vende itens. Então quando chega na parte de ornamentação eu já digo que essa ornamentação não diz respeito à coroas, por que existem casos que se você não explicar, a família depois liga cobrando a coroa. Eu explico que a ornamentação que a ACESC fornece é a interna da urna. Então nesse ponto a gente já explica. Normalmente a maioria das famílias pergunta que tipo de flor que vai, por que há interesse em saber que tipo de flores vai nessa ornamentação né? Daí a gente explica que tem crisântemos. Caso haja interesse a própria família fala: Não, mais eu quero rosas. Daí eu digo que rosas a gente não fornece e que daí tem as floriculturas particulares que vendem. Algumas famílias também perguntam se a gente vende coroas, aí eu digo que não fornecemos, que também são as floriculturas que vendem. Até para evitar problemas depois no velório, dela vir cobrar de nós que foi comprado a ornamentação e não foi mandado a coroa (JULIANO, 09/02/18).

No momento da venda, como a gente não oferece, por que a ACESC não tem, alguns familiares dizem que querem uma coroa também. Daí a gente tem que informar que a gente não faz coroa de flores e que as floriculturas fazem, daí eles vão e escolhem a que eles quiserem (NELSON, 10/02/18).

Nota-se que, nos argumentos dos servidores da autarquia, aparece a ideia de evitação de problemas. Isto ocorre devido à tradição no que tange à existência das

coroas de flores para a ornamentação do velório. Tradicionalmente, para os familiares entrevistados, a coroa é vista como um artigo “básico” ou até mesmo “essencial” para o funeral, isso devido aos costumes culturalmente constituídos. “Coroas em todo e qualquer velório que você vai tem. Então, vamos dizer assim, não seria uma regra, mas é uma tradição (ROSANI, 02/08/17).

Contudo, como a autarquia não providencia estes itens - devido aos fatores já esclarecidos acima - há que se explicar ao cliente que o produto é restrito à ornamentação da urna. Neste caso, a indicação da floricultura para a realização do serviço é realizada visando atender ao desejo dos enlutados que muitas vezes querem flores diversas e também as coroas para enfeitar as capelas.

Quando perguntados sobre o significado do consumo atribuído às coroas que são compradas pelos próprios familiares ou ganhadas, as respostas constituem três significados distintos. Nesse sentido, a coroa é vista como um artigo ligado à homenagem, carinho e beleza.

É pra homenagem. Por que é o carinho que as pessoas têm. Eu acho que é isso. O carinho que as pessoas têm pelos vivos (ADELINA, 01/08/17).

Uma foi ganhada pelo plano, nós compramos a outra. Daí tiveram várias outras que foi ganhado das pessoas da família, das pessoas que gostavam muito dele assim que foram enviando para nós (MARISE, 03/08/17).

Na verdade, a gente comprou uma coroa de flor. Mas ela recebeu bastante. Homenagem de amigos, parentes, empresários bastante mesmo (ANTONY, 02/08/17).

Na verdade, não fui eu que comprei. Foi minha irmã. Mas ela comprou uma coroa diz ela, pra ficar mais bonito (HELOÁ, 04/08/17).

Nota-se que homenagear o morto e externar carinho por aquele que se foi são demonstrações que perpassam também pela aquisição da coroa de flores. Neste caso, deixar o ambiente mais bonito é construir um espaço da morte no qual as novas sensibilidades sejam atendidas por um ambiente acolhedor e bonito. E no que tange à ornamentação da urna, os funcionários (as) destas floriculturas são responsáveis por levar as flores e realizar o serviço diretamente na sala de preparação da ACESC.

Existem três possibilidades de entrega quanto às coroas. Se o velório for realizado nas capelas centrais (anexas à ACESC), depois da confecção, os funcionários (as) levam o tripé e a coroa e os colocam na sala de velório. Quando o velório ocorre nas capelas descentralizadas (nos bairros), geralmente, quando os agentes funerários levam o morto, já o levam junto com a coroa. Em alguns casos, as próprias floriculturas são entregues no local onde o morto está sendo velado.

Através do exposto nesse capítulo, foi possível constatar que a monopolização, até então praticada pela autarquia, foi inviabilizada uma década após a sua fundação. O surgimento de novas sensibilidades dos enlutados e a inovação dos artigos e serviços ofertados pelas empresas particulares fizeram com que a instituição adquirisse uma nova atribuição para suprir essa demanda, qual seja o papel de intermediadora entre os familiares diante deste consumo.

#### 4. CONCLUSÃO

Nesta dissertação, procurei analisar o mercado da morte na cidade de Cascavel, no Paraná a partir do advento de criação da ACESC e de sua proposta de humanização da morte.

Também procurei evidenciar que a ACESC foi instituída visando combater a exploração comercial que as empresas funerárias particulares praticavam junto aos familiares enlutados mediante a cobrança abusiva de preços. Naqueles primeiros anos, podemos afirmar que o gerenciamento da morte passou do setor privado à gestão municipal, já que a criação da autarquia teve como propósito a monopolização do mercado funerário e a humanização da morte.

O período temporal atual seguiu-se ao momento inicial de centralização da oferta de produtos e serviços da morte realizada pela autarquia, no qual a mesma assumiu uma nova forma de atuação a fim de se intermediar a venda de produtos e serviços por algumas empresas privadas.

Procurei listar quais produtos e serviços são oferecidos exclusivamente pela autarquia e compará-los com outros ofertados por empresas particulares que realizam seus trabalhos a partir da intermediação da ACESC. Este exercício inicial me fez estabelecer uma diferenciação entre itens indispensáveis - que são os vendidos exclusivamente pela ACESC - e os itens que estão em processo de consolidação no mercado da morte e que estão sendo incorporados através da função de intermediação.

A este exercício inicial, segui outra direção complementar para analisar em que medida o consumo desses artigos e serviços inovadores interferiu e modificou as atribuições iniciais da ACESC, considerando-se que a lei garante a exclusividade de comercialização dos produtos fúnebres e da administração dos cemitérios a autarquia. Para tanto, problematizei as decisões de oferecimento de produtos e serviços feitas pela autarquia em relação aos fatores que levam os enlutados a consumir tais itens e também a relação que a autarquia mantém com as empresas privadas.

Verifiquei que diversos fatores, além dos sentimentos em relação ao morto, mobilizam o mercado da morte que é pleno de questões burocráticas e gastos financeiros. Também procurei apresentar os motivos elencados para a aquisição de produtos e serviços são diversos. No entanto, mesmo nesta pluralidade, percebi que

na maior parte dos casos, os enlutados e os agentes da ACESC responsáveis pela venda compartilhavam certos princípios em relação à passagem por este momento da vida que procurei expressar através da narrativa do momento do consumo, da oferta e da explicitação por parte dos entrevistados da escolha de determinado bem.

Conforme observou McCracken (2003), ainda que os significados públicos de alguns bens possam parecer estáveis ao longo do tempo, eles são dinâmicos e refletem as mudanças nas concepções sociais e culturais. Para o autor, o significado cultural está localizado em três lugares: no mundo culturalmente constituído, no bem de consumo e no consumidor individual, e move-se através de dois pontos de transferência: do mundo para o bem e do bem para os indivíduos.

E, ao analisar o consumo de cada um dos itens ofertados pela ACESC e também intermediados por ela, percebi que a política de humanização da morte proposta inicialmente para a autarquia se mantém em andamento a partir de diversos aspectos. Assim, procurei esclarecer. No momento do consumo ocorrido no interior da ACESC, há grande preocupação em seguir as sensibilidades dos enlutados, daí a importância de providenciar produtos e serviços que garantam um enterro digno, uma morte tranquila, um morto bonito, uma família bem atendida. Assim, para alcançar o objetivo de humanização da morte, a autarquia cuida de diversos aspectos da sua atividade que se referem à disposição e decoração espacial, ao atendimento específico e privado, ao preço justo, à estética e à beleza do corpo do morto bem como aos itens ofertados, entre outros.

Ao longo dos capítulos, procurei comparar os dados produzidos na ACESC levando em consideração às relações de consumo e evidenciar como a interação entre os diversos atores em ação e as representações da morte são postas em prática, questionadas e/ou modificadas. Por exemplo, muitas pessoas se associam aos planos de assistência funeral e também compram um jazigo parcelado, como forma de garantir tranquilidade. A facilidade e a comodidade, atreladas à facilidade do pagamento garantem o planejamento de um funeral digno. O serviço de tanatopraxia, cujo consumo e aceitação têm crescido consideravelmente, também expressa transformações importantes na vivência da morte, associadas à preocupação com a conservação do corpo, principalmente com a higiene, beleza e aparência do morto.

Como procurei comprovar, a ACESC respondeu a essas novas sensibilidades dos enlutados, agregou este tipo de serviço e passou a intermediar as relações entre consumidores e empresas particulares na busca de uma morte humanizada.

No entanto, também percebi que não ocorreram somente adições de produtos e serviços funerários. Observei que alguns costumes e práticas desapareceram, tais como os locais destinados exclusivamente ao enterro das crianças. Porém, algumas outras experiências foram ressignificadas, como no caso dos velórios que antes eram realizados nas casas e agora ocorrem nas capelas velatórias. As pesquisas bibliográfica, de campo e documental, além das entrevistas realizadas, me ajudaram a perceber como essas mudanças e/ou permanências foram incorporadas na autarquia e geraram efeitos nos serviços e produtos oferecidos.

Tais observações sobre o cotidiano da morte em Cascavel evidenciaram mudanças ocorridas no que diz respeito ao modo de morrer e o modo de pensar e sentir a morte. Nesse processo, percebemos que embora a criação da ACESC tenha regulado, centralizado e monopolizado o mercado funerário na cidade, as novas demandas do consumo fúnebre extrapolaram essa monopolização. Se os enlutados têm assimilado esses produtos inovadores é porque as práticas fúnebres têm acompanhado também mudanças sociais. Além disso, o consumo desses artigos e serviços exprimem a maneira como novas sensibilidades estão sendo postas em prática na experiência da morte e do morrer.

Foram justamente as transformações do mercado, com relação ao consumo de novos produtos fúnebres que fizeram com que a autarquia criasse vínculos comerciais com empresas particulares a fim de garantir aos familiares enlutados acesso aos artigos e serviços que ela mesma não oferece. A humanização da morte, no atendimento funerário e a preocupação com a situação emocional e financeira dos familiares enlutados estão presentes e fazem parte da filosofia de trabalho da ACESC.

Reconheço que o mercado funerário vem se especializando e ampliando a variedade de artigos e serviços. No entanto, como procurei sustentar, a autarquia busca se adaptar a essas mudanças e mantém a regulação e a centralização do mercado fúnebre porque essas relações mercadológicas ocorrem no seu interior e sob seu controle.

Todos esses dados e suas problemáticas foram discutidas levando-se em consideração as mudanças expressivas na forma de como os enlutados

cascavelenses se relacionam com as práticas fúnebres e obedecem aos padrões, às lógicas sociais e culturais próprias. Como procuramos apontar, essa escolha é histórica e está relacionada à história da morte, à prática de higienização e à laicização.

Ademais, é importante frisar que embora alguns serviços sejam inovadores e que sejam comercializados por empresas particulares, o fato de serem incorporados e intermediados pela ACESC ocorre porque a autarquia quer atender de maneira plena aos usuários. Neste sentido, o papel de intermediação, de regulação, de oferta de determinado produto é realizado somente para justificar as práticas de humanização da morte.

## REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida social das Cosias**: as Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente**: desde a Idade Média. Tradução de Pedro Jordão. 4ª. ed. Lisboa: Teorema, 2010.

\_\_\_\_\_. **O homem diante da morte**. Tradução: Luiza Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

AZEVEDO, Marcella. As representações sociais dos adolescentes na obra da escritora best seller juvenil Thalita Rebouças. **Rev. Vozes e diálogo**. Itajaí, v. 14, n. 02, jul./dez. 2015.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Collin (org.). **Cultura, consumo e identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOMO, Harry Rodrigues. (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul**: arte, sociedade, ideologia. 2ª ed. Rev. e Ampl. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BRANCO, Sérgio Luiz da Rocha Fiúza. **Tanatopraxia**: teoria, prática & legislação. Fiúza e Marchioro. Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. **Lei Nº 6.015 de 31 de Setembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 8.987 de 13 de Fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 13.261 de 22 de Março de 2016**. Dispõe sobre a normatização, a fiscalização e a comercialização de planos de assistência funerária.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 68 de 10 de Outubro de 2007. **Dispõe sobre o Controle e Fiscalização Sanitária do Translado de Restos Mortais Humanos**. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Referência técnica para o funcionamento de estabelecimentos funerários e congêneres**. Brasília, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2ª ed. Brasília. Editora: UNESP, 2006.

CASCAVEL. **Decreto Nº 2.079/87, de 13 de Julho de 1987**. Aprova o Regulamento de Funcionamento das Empresas Funerárias de Cascavel.

CASCAVEL. **Decreto Nº 2.111/87, de 09 de Outubro de 1987**. Regulamenta os serviços nos Cemitérios Central, Guarujá e Parque São Luiz.

CASCAVEL. **Decreto Nº 3.491 de 13 de Outubro de 1992.** Aprova a nova tabela de preços dos serviços e artigos funerários da “Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel – “ACESC”.

CASCAVEL. **Decreto Nº 5.195/2000, de 28 de Dezembro de 2000.** Aprova a construção do cemitério particular denominado Jardins de Cascavel.

CASCAVEL. **Decreto Nº 10.251, de 10 de Novembro de 2011.** Regulamenta a permissão de uso de sepulturas, carneiros, jazigos e ossuários, e dá outras providências.

CASCAVEL. **Decreto Nº 12.520, de 23 de Setembro de 2015.** Altera os valores da Tabela de Preços dos Serviços e Artigos Funerários da ACESC - Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel - Paraná.

CASCAVEL. **Decreto Nº 13.954 de 20 de Dezembro de 2017.** Dispõe sobre o reajuste da Unidade Fiscal do Município – UFM, para o exercício fiscal de 2018.

CASCAVEL. **Lei Nº 1.788/85, de 20 de Maio de 1985.** Dispõe sobre o Serviço Funerário em Cascavel e dá outras providências.

CASCAVEL. **Lei Nº 2.033/89, de 04 de Abril de 1989.** Cria a “Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Cascavel” e dá outras providências.

CASCAVEL. **Lei Nº 3.183/2000, de 22 de Dezembro de 2000.** Autoriza a Construção de Cemitérios Particulares no Município de Cascavel e dá outras providências.

CASCAVEL. **Lei Nº 4.634/07, de 02 de Agosto de 2007.** Cria normas para a instalação e funcionamento de cemitérios públicos, associativos ou particulares e dá outras providências.

CASCAVEL. **Lei Nº 4.756/07 de 29 de Novembro de 2007.** Regulamenta a Concessão de Benefícios no Âmbito do Município.

DALMÁZ, Mateus. Símbolos e seus significados na arte funerária cristã do Rio Grande do Sul. In: BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul: arte, sociedade, ideologia.** 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 97-112.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos.** Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. O processo civilizador. **Uma história dos costumes.** Tradução Ruy Jungman. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. v. 1. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução, Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4ª ed. 1984.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HÖFKE, T. F. Paisagem do Silêncio: reflexões sobre o simbolismo na arte funerária. In: TERRA Carlos Gonçalves; ANDRADE, Rubens Oliveira. (Org.). **Coleção Paisagens Culturais**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro: Escola de Belas Artes, 2008. p. 276-288.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. Emoções e sociedade: um passeio na obra de Norbert Elias. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 79-98, jul./dez. 2013. Editora, UFPR.

LIMA, Rafaela Moreira de. **Os espaços tanáticos e os atos funerários em Limoeiro do Norte – CE (1989-2012)**. 2015. 144 f. Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2015.

LIOTO, Mariana. R\$ 2 milhões: licitação para urnas funerárias atrai cinco empresas. **Central Geral de Notícias**, 11/07/17. *Disponível em:* <http://cgn.uol.com.br/noticia/238116/r-2-milhoes-licitacao-para-urnas-funerarias-atrai-cinco-empresas>. Acesso em: 09/07/17.

LONDRINA. **Lei Nº 2.837/77, de 01 de Dezembro de 1977**. Cria a ACESF - Autarquia de Serviços Especiais e dá outras providências.

MACHADO, Marcelo. Morrer em Cascavel pode custar de R\$ 1,2 mil até quase R\$ 20 mil. **Jornal O Paraná**. Folha Cotidiano. Cascavel Paraná, 26/07/15. *Disponível em:* <https://www.oparana.com.br/noticia/morrer-em-cascavel-pode-custar-de-r-1-2-mil-ate-quase-r-20-mil>. Acesso em, 12/09/16.

MATTEDI, Marcos Antonio; PEREIRA, Ana Paula. Vivendo com a morte: o processamento do morrer na sociedade moderna. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 20, n. 50, p. 319-330, Maio/Ago. 2007.

McCRACKEN, Grant. **Cultura & Consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Tradução Fernanda Eugênio. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MENDES, Ana Celeste. Rostos da morte na era da técnica. **Alicerces**. 2010; v. 3, p. 131-45. Editora: Instituto Politécnico de Lisboa.

MENDONÇA, Francisca Simone da Silva. **A PARTIDA**: um estudo sobre os ritos fúnebres entre católicos. 2016. 99 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal

do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2016.

MENEZES, Rachel Aisengart. Tecnologia e “Morte Natural”: o Morrer na contemporaneidade. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 129-147, 2003.

MENEZES, Rachel Aisengart; GOMES, Edlaine de Campos. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. *Rev. de Antropologia*. V. 54, n. 1. USP. São Paulo, 2111, p. 89-131.

MIRANDA, Gabriel Mattioli de. **Serviços funerários e livre iniciativa econômica: perspectiva jurisprudencial** 9STF/STJ/TJSP). 2011. 81 f. TCC - Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo.

MOTTA, Antônio. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. *Rev. Brasileira de Ciências Sociais*. v. 24, n. 71. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil, 2009, p. 73-93.

\_\_\_\_\_. No território da morte: cenários, pompas e urbanidade nos cemitérios do Rio. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. n. 8. p. 237-255. Rio de Janeiro, 2014.

MORAIS, Isabela Andrade de Lima. **Pela hora da morte estudo sobre o empresariar da morte e do morrer: uma etnografia no Grupo Parque das Flores, em Alagoas**. 2009. 289 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

NEVES, Marcos Freire de Andrade. **Por onde vivem os mortos: o processo de fabricação da morte e da pessoa morta no segmento funerário de Porto Alegre**. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEGORARO, Paulo. ACESC faz 10 anos e tem nova sede. *Jornal Folha de Londrina*. Folha cidades. Londrina Paraná, 03/07/1999. Disponível em: <http://www.folhadelondrina.com.br/cidades/acesc-faz-10-anos-e-tem-nova-sede-172646.html>. Acesso em: 16/08/16.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1995.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REESINK, Mísia Lins. Quando lembrar é amar: tempo, espaço, memória e saudade nos ritos fúnebres. *Etnográfica*. *Rev. do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*. v. 16. p. 356-386. Junho, 2012.

RIBEIRO, Ana Cláudia Aníbal. **A morte pede passagem: ressuscitando lembranças dos ritos fúnebres em Russas - CE (1930-1962)**, 2013, 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Culturas) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos**: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural; Divisão de Editoração, 1997.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.

\_\_\_\_\_. Publicidade, silêncio, personalização, espetáculo: representações da morte no Ocidente. **Revista ALCEU** - v. 13 - n.26 - p. 5 a 26 - jan./jun. 2013. Disponível em: [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo1\\_26.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/artigo1_26.pdf).

SANTOS, Aline Silva. **Morte e Paisagem**: Os Jardins de Memória do Crematório Municipal de São Paulo/ Aline Silva Santos - São Paulo, 2015. 349 f. Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. Agonias e penitências: o universo simbólico da morte no agreste sergipano. **Rev. eletrônica da Faculdade José Augusto Vieira**. Ano V – nº 07, de setembro 2012 – ISSN – 1983-1985. Disponível em: [http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Agonias\\_e\\_penitencias\\_o\\_universo\\_simbolico\\_da\\_morte\\_no\\_agreste\\_sergipano.pdf](http://fjav.com.br/revista/Downloads/edicao07/Agonias_e_penitencias_o_universo_simbolico_da_morte_no_agreste_sergipano.pdf)

SEGALEN, Martine. **Ritos e Rituais contemporâneos**. Tradução Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SLATER, Don. **Cultura, consumo e modernidade**. São Paulo: Nobel 2002.

VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de "anjinho" na literatura de viagem. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 365-392, 2002. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200006&lng=en&nrm=iso)>. Access on 27 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882002000200006>.

VERAS, Lana; SOARES, Jorge Coelho. Aqui se jaz, aqui se paga: a mercantilização da morte. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v. 28, n. 2, p. 226-236, ago. 2016. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010271822016000200226&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822016000200226&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 26 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p226>.

VICENTE DA SILVA, Andréia. **Ritualizando o enterro e o luto evangélico**: compartilhamento e incomunicabilidade na experiência da finitude humana. 2011. 248 f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Corpos próximos e distantes: o rito de enterro evangélico e seu caráter de moralidade. **Rev. Nures**. Ano VIII. Número 21. Maio-agosto de 2013.

YACCOUB, Hylaine. **Antropologia do consumo**. Disponível em: <http://hilaineyaccoub.com.br/antropologia-do-consumo-2/>. Acesso em 12/11/2016.

## ANEXOS